



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 1383 - Dezembro/2023
Resoluções - Nº 616 a 618/2023
(CEPEX/UFPI)

21 de dezembro de 2023



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 616, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova criação do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 18/12/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.038870/2023-07;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a ser ofertado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL da Universidade Federal do Piauí, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência devido ao prazo para submissão das propostas de APCN pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

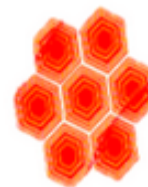
Teresina, 20 de dezembro de 2023


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGGEO**



PORPOSTA APCN PARA O DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO/UFPI

**GILDASIO
GUEDES
FERNANDES:
07757956315**

Digitally signed by GILDASIO
GUEDES
FERNANDES:07757956315
DN: cn=GILDASIO GUEDES
FERNANDES:07757956315,
c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=PRESENCIAL,
email=guedes@ufpi.edu.br
Date: 2023.12.21 10:45:44 -
03'00'

TERESINA, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitora

Viriato Campelo

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

Diretora do Centro de Ciências Humanas e Letras

Edna Maria Goulart Joazeiro

Comissão de Produção da APCN - Doutorado em Geografia

Bartira Araujo da Silva Viana (coordenadora PPGGEO - UFPI)

Antonio Cardoso Façanha

Armstrong Miranda Evangelista

Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque

Mugiany Oliveira Brito Portela

Raimundo Jucier Sousa de Assis

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA	6
1.1 Instalações físicas, laboratórios e biblioteca	6
1.2 Acesso à rede mundial de computadores, bases de dados e a fontes de informação multimídia para docentes e discentes	10
1.3 Espaço físico, mobiliário e equipamento para condução das atividades administrativas do curso	10
2 PROPOSTA DO CURSO	10
2.1 Histórico e contextualização da proposta de curso	10
2.2 Adequação ao plano de desenvolvimento da instituição proponente e política de autoavaliação do programa	17
2.3 Objetivos	18
2.4 Coerência entre área de concentração, linhas de pesquisa ou atuação, e projetos	19
2.5 Estrutura curricular, disciplinas e referencial bibliográfico	20
2.6 Critérios de seleção de alunos	21
2.7 Quantitativo de vagas e relação de orientandos por orientador	25
2.8 Formação pretendida e perfil do egresso – para cursos acadêmicos e profissionais	25
2.9 Regimento do curso e forma de implementação de política de autoavaliação do programa	26
3 CORPO DOCENTE	28
3.1 Caracterização geral do corpo docente (relação entre número de docentes permanentes e demais categorias)	28
3.2 Quantidade mínima de docentes permanentes para cada nível (mestrado e doutorado) e modalidade (acadêmico e profissional) de curso	30
3.3 Regime de dedicação de docentes permanentes ao curso	30
3.4 Qualificação mínima de docentes permanentes (observar a orientação para formação do corpo docente para a modalidade profissional)	31
3.5 Vinculação da qualificação acadêmica, didática, técnica ou científica do grupo proponente ao objetivo da proposta	32

3.6 Política de acompanhamento de docentes (credenciamento, recredenciamento e descredenciamento)	33
4 PRODUÇÃO	38
4.1 Avaliação da produção (acadêmica e técnica, de acordo com a modalidade do curso — acadêmica ou profissional), considerando a aderência em relação ao curso proposto, às áreas de concentração e às linhas de pesquisa	38
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	44
APÊNDICES	
Apêndice A - Regimento PPGGEO - Doutorado	46
Apêndice B - Matriz Curricular	66
Apêndice C - Informações gerais dos docentes	79
Apêndice D - Carga horária docente	81
Apêndice E - Formação dos docentes e projetos de pesquisa	83
Apêndice F - Produção do Docente: Quantificativos declarados (Geral) e consolidados com base nas produções declaradas na proposta	86
Apêndice G - Produção docente em revistas e livros	89
Apêndice H - Qualificação acadêmica, didática, técnica, científica	97
ANEXOS	
Anexo A - Cartas de Anuência	99
Anexo B - Planta do CCHL	103

APRESENTAÇÃO

A presente proposta visa a aprovação do curso de Doutorado em Geografia, vinculado ao PPGGEO - UFPI. Trata-se de um novo nível do programa de Pós-graduação que funciona desde 2011, com o mestrado. Tem como missão formar profissionais na área de Geografia em condições de analisar criticamente processos e ações sociais em suas relações com a organização do espaço brasileiro, com maior ênfase na escala regional onde se insere o território piauiense, evidenciando os problemas ambientais decorrentes dessas interações da perspectiva da ciência geográfica, suscitando, assim, uma atuação profissional comprometida com o enfrentamento dos desafios socioespaciais da contemporaneidade e a melhoria da qualidade de vida da população. O doutorado seguirá com a oferta de duas linhas de pesquisa, a saber: a) Estudos Regionais e Geoambientais; b) Ensino de Geografia, e terá como público-alvo egressos de cursos de mestrado em Geografia e áreas afins.

1 INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

1.1 Instalações físicas, laboratórios e biblioteca

Os Laboratórios e os Grupos de Pesquisas do PPGGeo, tem a seguinte estrutura/equipamentos:

1) Laboratório de Geomática (LAGEO), sob coordenação da professora Bartira Araújo da Silva Viana e Sônia Maria Ribeiro de Sousa, tem por objetivo dar suporte aos docentes e discentes da graduação e pós-graduação. Conta com os seguintes equipamentos: Impressora – ML 3310 ND, dez computadores HP completos com softwares de geoprocessamento, Impressora Plotter – HP Designjet 510, Impressora Plotter – HP Designjet T2300 Emfp, Scanner Scanjet G4050 HP, DataShow Sony e Tela de Retroprojeção. Além de 17 cadeiras e 10 mesas

2) Laboratório de Cartografia Escolar e Geotecnologias (GEOTEC) sob coordenação da professora Andrea Lourdes Monteiro Scabello e Mugiany Oliveira Brito Portela, tem por objetivo dar suporte aos docentes e discentes da graduação e pós-graduação. Conta com os seguintes equipamentos: Dezesete computadores HP com softwares de geoprocessamento e Projetor – SONY. Além de 25 cadeiras e 13 mesas.

3) Laboratório de Climatologia Geográfica (TUPÃ) sob coordenação do professor Carlos Sait Pereira de Andrade, tem por objetivo dar suporte aos docentes e discentes da graduação e pós-graduação. Conta com os seguintes equipamentos: Dez computadores HP, quatro nobreaks, Data Show – EPSON, quatro Termo-Higro-Anemometro-Luxímetro Digital Portátil Mod. THAL-300 e Tela de Retroprojeção. Além de 30 cadeiras e 06 mesas

4) Laboratório de Geografia Física e Estudos Ambientais (GEOAMBIENTE)

sob coordenação do professor Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque e professor Suedio Alves Meira, tem por objetivo dar suporte aos docentes e discentes da graduação e pós-graduação. Conta com os seguintes equipamentos: Nove computadores equipados com softwares de geoprocessamento, Scanner HP – Scanjet 64050, Tela de projeção, Data Show – EPSON, sete GPS Maps 76S – Garmin, duas Bússolas – Premesu, Trena fibra de vidro – Starfer p 3005, Termômetro de

parede – DGBM 6915023, Termômetro – Higrômetro, Altímetro, Termômetro-Base Madeira, Medidor de Oxigênio - HOMIS/ H004, Medidor de Oxigênio – HOMIS/ H005, Luminária / Lupa de Laboratório, Toyo – TL – 1020 e Escalímetro. Além de 22 cadeiras e 02 mesas.

5) Laboratório de Solos e Sedimentos (PEDONPI) sob coordenação do professor Gustavo Souza Valladares e professora Claudia Maria Saboia de Aquino, tem por objetivo dar suporte aos docentes e discentes da graduação e pós-graduação. Conta com os seguintes equipamentos: Forno mufla – SP 1200DM/F, Estufa – SP 102/100, Chapa Aquecedora - Eletrolux, Balança de duas casas decimais (Modelo BL 3200H – SHIMADZU), Balança de precisão (Modelo ATY 224 – SHIMADZU), Capela de exaustão, Destilador de Água – SP 10L, Bomba de vácuo – Modelo 121, Geladeira – Brastemp, Computador desktop – Samsung S19C301F, Microondas – ME 285 Eletrolux, Agitador de hélice, Scanner HP Scanjet G4050 (Tipo 1 de mesa fotográfico – Cinza), Erlenmeyers, Beckers químico, provetas graduadas, pipetas diversas, Kit de peneiras granulométricas, Placas de Petri, termômetro, Pipetador de borracha (peras).

6) Laboratório de Geopolítica e Estudos Territoriais (GEOPOL) sob coordenação do Professor Raimundo Jucier Sousa de Assis, tem por objetivo dar suporte aos docentes, discentes da graduação e pós-graduação. Conta com os seguintes equipamentos: Dois Computadores - Desktop (LG e Dell), armário, estante com prateleira e livros, 15 cadeiras e mesas para estudo.

A Biblioteca Central foi instalada em janeiro de 1973, resultado da fusão dos acervos existentes nas Bibliotecas das Escolas Isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração, quando da implantação da Fundação Universidade Federal do Piauí, instituída nos termos da Lei nº. 5.528, de 12/11/1968. Tem como função atuar na promoção do acesso à informação e dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Universidade, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social do Estado do Piauí.

Em agosto de 1995, foi inaugurada a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB), órgão subordinado a Reitoria e que atualmente coordena 09 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI – SIBi /UFPI, instituído pela Resolução do Conselho Universitário nº. 26/93. A Biblioteca Jornalista Carlos

Castello Branco possui uma área total de 4.394.01 m², distribuída entre acervo, espaços de leitura e consulta, serviços ao público, serviços técnicos e outros fins.

O sistema de bibliotecas SIBi/UFPI é composto por 01 (uma) biblioteca comunitária e 08 (oito) bibliotecas setoriais: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco – BCCB; Biblioteca Setorial Prof. Zenon Rocha - CCS (Teresina); Biblioteca Setorial Profa. Raimunda Melo – CCE (Teresina); Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias – CCA (Teresina); Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza – CCN (Teresina); Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras CCHL (Teresina); Biblioteca Setorial do *Campus* Prof. Amílcar Ferreira Sobral (Floriano); Biblioteca Setorial do *Campus* Senador Helvídio Nunes (Picos); Biblioteca Setorial do *Campus* Profa. Cinobelina Elvas (Bom Jesus).

A biblioteca possui como missão atuar na promoção do acesso à informação e dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Universidade, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social do Estado do Piauí. Além disso, procura ser um centro de referência de informação e disseminação do conhecimento para a comunidade acadêmica e toda a sociedade piauiense, possuindo como valores: excelência na prestação dos serviços e produtos; responsabilidade socioinformacional; inclusão social; inovação e ética profissional.

São vários os serviços prestados pelo Sistema de Bibliotecas da UFPI, o que assegura, de tal maneira, uma formação condizente com as necessidades impostas pelo mundo contemporâneo. Apontamos os principais: empréstimo; renovação on-line; reserva do material bibliográfico; catálogo on-line; orientação à normalização de trabalhos acadêmicos; elaboração de ficha catalográfica; levantamento bibliográfico; treinamento de usuários em base de dados e Portal da CAPES e acesso wi-fi.

A biblioteca também mantém importante vínculo com o Portal de Periódicos da CAPES. Esse portal é um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. São mais de 49 mil periódicos com texto completo e 455 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência.

Entre seus espaços internos se destacam salas de estudos em grupo, que permitem um local de trabalho para os usuários da biblioteca, a fim de possibilitar um

espaço para debates, estudos e organização dos trabalhos acadêmicos. Além disso, evidencia-se o espaço Digital Santander, que oferece à comunidade acadêmica a oportunidade de acessar a internet gratuitamente. São 16 computadores conectados à rede que podem ser utilizados para realização de pesquisas ou elaboração de trabalhos acadêmicos. Outro importante serviço oferecido pela biblioteca diz respeito ao Laboratório de Acessibilidade e Inclusão, que fornece serviços para pessoas com deficiência. A média anual de discentes atendidos somente no ano de 2022 foi de 13.651 alunos.

Uma das mais importantes aquisições da biblioteca e de imensurável contribuição para a comunidade acadêmica foram as compras das plataformas de E-books “Minha Biblioteca” e “EBSCO” que somados ultrapassam a marca de 10.000 mil títulos. Esta aquisição representa um salto evolutivo tecnológico nas possibilidades de pesquisa da comunidade ufiplana. Isso torna-se importante, uma vez que, as mudanças de hábitos implementadas com o avanço das tecnologias levaram à preferência de livros digitais no lugar de livros impressos. Outra vantagem é o contato oferecido aos usuários com obras nacionais e internacionais, fortalecendo ainda mais suas pesquisas.

Em relação ao acervo geral da BCCB, de acordo com dados fornecidos pela biblioteca no ano de 2022, ela contava com 52.504 livros. Somava - se a esse número 2.332 monografias; 2.376 dissertações; 365 teses; 1184 CDs; 1.077 DVDs; 43.286 referências e 102 e-books. O acervo da biblioteca encontra-se dividido em coleções, a saber: referência (dicionários, enciclopédias, bibliografias, índices, resumos, catálogos, abstracts, dados estatísticos, referência legislativa, etc.); coleção didática (livros técnicos-científicos, dissertações e teses que abrangem todas as áreas do conhecimento); coleção Piauí (livros sobre nosso Estado e de autores piauienses); multimeios (CDs e DVDs); periódicos (jornais, revistas especializadas, boletins, etc.); trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses).

Na área de Geografia, o acervo da biblioteca central possui em média 314 títulos, somando cerca de 1.174 livros. Para o curso de pós-graduação em Geografia são cadastrados cerca de 84 títulos. As obras cadastradas perpassam várias áreas da Geografia, indo da Geografia Física à Humana, nas suas mais diversas ramificações, até obras de metodologia da pesquisa e relacionadas à educação, sobretudo ao ensino de Geografia. Além disso, verifica-se a presença de obras

clássicas da geografia, indo desde autores locais, nacionais e internacionais. Isso demonstra que a biblioteca possui condições de atender aos discentes e docentes da graduação e pós-graduação em Geografia, oferecendo exemplares de livros físicos e digitais.

Ademais, a comunidade de Geografia ainda pode utilizar a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, que disponibiliza em seu espaço acervo, salas de estudos, atendimento/consulta e serviços técnicos à comunidade acadêmica da UFPI, em especial aos usuários de graduação e pós-graduação do Centro.

1.2 Acesso à rede mundial de computadores, bases de dados e a fontes de informação multimídia para docentes e discentes

O Núcleo de Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Piauí (NTI/UFPI), por meio da Coordenação de Sistemas gerencia os sistemas SIGAA, SIPAC, SIGRH, as Sub-Páginas do site da UFPI.

Quanto a acesso à internet, a UFPI possui parceria com a RNP, via rede Poty, além da infraestrutura de wifi e redes cabeadas. Quanto a bancos de dados, nós possuímos diversos, desde bases para sistemas acadêmicos, administrativos e orbitais. E quanto às fontes de informações multimídias, temos desde sistemas OJS para revistas eletrônicas e DSpace para gestão de repositórios temáticos, dentre outros

1.3 Espaço físico, mobiliário e equipamento para condução das atividades administrativas do curso

O Curso de doutorado terá o mesmo espaço de funcionamento do curso de mestrado. Possui uma sala de secretaria, uma sala da coordenação e uma sala de reunião com uma mesa grande que comporta 19 cadeiras. Conta com dois computadores, um notebook, três mesas pequenas e um data show. Uma pequena cozinha com pia, bebedouro, mesa e armários. O Doutorado usufruirá do espaço do CCHL que possui um prédio de apoio aos programas de pós-graduação, nele há gabinetes para professores, auditório, banheiros e salas para convívio.

2 PROPOSTA DO CURSO

2.1 Histórico e contextualização da proposta de curso

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi instituída nos termos da Lei nº. 5.528 de 11 de novembro de 1968 e instalada oficialmente em 12 de março de 1971. Considerada a mais antiga e conceituada instituição de ensino superior do Estado do Piauí. Sendo suas atividades de ensino iniciadas com 09 (nove) cursos em diferentes áreas do conhecimento. As unidades gestoras estão organizadas sob a denominação de Órgãos, Centros e Unidades de Ensino. Os Órgãos Centrais são: Reitoria, Pró-reitora de Administração, Pró-reitora de Ensino de Graduação, Pró-reitora de Extensão, Pró-reitora de Pesquisa, Pró-reitora de Ensino de Pós-Graduação, Pró-reitora de Planejamento e Orçamento, Pró-reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários e Vice-Reitoria.

A UFPI oferece cursos de graduação, pós-graduação, extensão, médio e profissionalizante na modalidade presencial e, graduação e extensão, na modalidade à distância. Atualmente, conta com 102 (cento e dois) Cursos de Graduação presenciais distribuídos em 05 (cinco) Campi: Campus Ministro Petrônio Portella - sede da instituição e localizada no município de Teresina com 44 (quarenta e quatro) cursos de graduação; o Campus Amílcar Sobral em Floriano com 4 (quatro) cursos; o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros em Picos conta com 11 (onze) cursos de graduação; o Campus Professora Cinobelina Elvas localizado em Bom Jesus conta com 05 (cinco) cursos de graduação. Em termos de Ensino de graduação à distância, a UFPI possui 10 (dez) cursos de graduação em várias áreas do conhecimento em 37 (trinta e sete) polos. Nestes mais de cinquenta anos expandiu-se, especialmente em termos do ensino de graduação e pós-graduação. Destacam-se a excelência na melhoria da infraestrutura física e da qualidade do ensino, da pesquisa e extensão, subsidiada, particularmente nas ações da pós-graduação.

Quanto à pós-graduação oferece atualmente 33 (trinta e três) cursos de mestrado acadêmico, 08 (oito) cursos de mestrado profissional, 21 (vinte e um) cursos de doutorado, totalizando 62 (sessenta e dois) cursos de Pós-graduação Scrito sensu reconhecidos pela CAPES, destes 03 (três) são cursos de doutorado na área da saúde, a saber: Ciências farmacêuticas, Enfermagem e Farmacologia. Além destes cursos a UFPI integra a Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), contando com um doutorado em rede e diversos cursos de residência médicas em diferentes especialidades e 04 (quatro) multidisciplinares.

O Doutorado Acadêmico em Geografia decorre do processo da discussão da referida proposta no âmbito do colegiado do PPGGEO - UFPI, que se constitui no mestrado acadêmico com a área de concentração: Organização do Espaço e Educação Geográfica, com as seguintes linhas: a) Estudos Regionais e Geoambientais; b) Ensino de Geografia. A proposta do doutorado terá como lugar de suas ações o cinquentenário CCHL-UFPI. Ressaltamos que o doutorado implica na consolidação institucional colocando a UFPI na função de contribuir socioeconomicamente e cientificamente no cenário regional e nacional.

A proposta do doutorado além de oportunizar para os alunos egressos das universidades Federal e Estadual do Piauí a inserção no aprofundamento científico, propiciará mais pesquisas que discutirão o contexto regional e nacional, tendo em vista a crescente inserção do estado do Piauí e dos demais estados nordestinos no cenário global. Temáticas referentes aos aspectos físicos-naturais (ex: relevo, clima, vegetação, hidrografia...), aspectos urbanos, agrários, sociais, culturais, e as discussões no campo do ensino de geografia (formação de professores, currículo, aspectos teóricos-metodológicos...) suscitam debates e sistematizações de ideias mais profícuas, o que é pertinente ao processo de doutoramento.

Durante os últimos 12 anos (a implementação do mestrado foi no ano de 2011), o PPGGEO-UFPI, contribuiu para o desenvolvimento de 187 pesquisas. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos poderiam avançar e aprofundar questões importantes quando o programa disponibilizar o doutorado, tendo em vista que as pesquisas científicas incitam as discussões sobre temas caros à produção do conhecimento geográfico. Para exemplificar, a pesquisa sobre a área de litígio entre os estados do Piauí e Ceará do mestre Eric de Melo Lima, sob a orientação da Profa. Iracilde Maria de Moura Fé, atualmente recebe notoriedade no parlamento estadual do Piauí. Outros trabalhos como a dissertação de Helena Vanessa Maria da Silva, orientada pela professora Cláudia Maria Sabóia de Aquino, com o título: Geodiversidade e geopatrimônio dos municípios de Juazeiro do Piauí, Novo Santo Antônio, São João da Serra e Sigefredo Pacheco, Piauí foi premiada como a melhor dissertação produzida na UFPI, no ano de 2021, no universo de 62 programas de pós-graduação.

Cerca de 1 mestre egresso já fez o pós-doutorado, 5 concluíram o doutorado e 13 estão com o doutorado em andamento em diferentes instituições do Brasil, dentre

elas: USP, UFG, UNB, UFC, UFPE e outros. Visto que não há outro programa de pós-graduação em geografia no estado do Piauí muitos mestres para continuarem sua formação precisam se mudar para outros estados, o que para a maioria é inviável devido às questões de trabalho, familiares e pessoais. Em outros termos, espera-se que o doutorado em Geografia promova o acesso de mais pessoas à Pós-graduação.

A proposta para o doutorado tem uma abordagem inovadora, considerando que a linha de Estudos Regionais e Geoambientais propõe-se à realização de estudos sobre a organização e estratégias de gestão do espaço regional brasileiro, as suas relações com as áreas urbanas e rurais, em especial no território piauiense. Deste modo, visa a efetuação de estudos das infraestruturas econômicas e arranjos espaciais, considerando fatores históricos estruturantes e nexos territoriais e ambientais.

Em decorrência, propõe-se levar em consideração os estudos geoambientais em diferentes escalas, analisando a dinâmica da natureza, tanto em seus aspectos característicos como em suas relações com a cultura e a sociedade. Face a isso, a linha preconiza também a reflexão e a execução de estudos sobre o pensamento geográfico nos aspectos epistemológico, teórico e metodológico. A linha de pesquisa do Ensino de Geografia propõe-se à realização de estudos a respeito dos conhecimentos ligados ao ensino da disciplina, no tocante aos aspectos históricos, teóricos, epistemológicos e metodológicos, tendo como escopo a capacitação de professores de Geografia de diversos níveis de ensino em relação ao domínio desses conhecimentos.

Nesse sentido, aproveita as contribuições teóricas da Educação para a Geografia, concernentes ao estudo do Currículo, das teorias da aprendizagem, da formação docente e práticas pedagógicas, orientando-os, principalmente, para a realidade educacional brasileira e piauiense. Neste último caso, concentrando esforços no resgate da produção geográfica escolar e nas racionalidades que fundamentam a prática professoral nas instituições educacionais do Estado.

Nessa compreensão, a proposta do doutorado visa formar profissionais na área de Geografia em condições de analisar criticamente processos e ações sociais em suas relações com a organização do espaço brasileiro, com maior ênfase na escala regional onde se insere o território piauiense, evidenciando os problemas ambientais decorrentes dessas interações da perspectiva da ciência geográfica,

suscitando, assim, uma atuação profissional comprometida com o enfrentamento dos desafios socioespaciais da contemporaneidade e a melhoria da qualidade de vida da população.

Existe uma busca constante e permanente de articulação entre os projetos de pesquisa dos docentes do programa, bem como do envolvimento dos egressos e mestrandos. Nesse aspecto, os projetos de pesquisa devem convergir para uma maior divulgação das pesquisas realizadas no âmbito do programa, bem como as ações na esfera da graduação, resultando na publicação de trabalhos em revistas e/ou eventos

O PPGGEO conta em seu processo seletivo, que ocorre de forma anual, a oferta média de 22 vagas para o mestrado, distribuídas em duas linhas de pesquisas já mencionadas anteriormente, o processo seletivo ocorre no segundo semestre do ano, e tem uma participação média anual, nos últimos 10 anos, de 69 inscritos por seleção, das mais diversas áreas, e atraindo participantes de inúmeras instituições de ensino. Pretende-se no processo seletivo para o doutorado acrescentar, inicialmente, 12 vagas para ingresso no PPGGEO, para este fim.

Assim, desde a consolidação da primeira turma de mestrado até os dias atuais, o PPGGEO acumula um total de 162 dissertações defendidas, com 22 discentes ativos, e prontos para defender a sua dissertação, dessas dissertações obtivemos 107 na linha de estudo voltadas para Organização do Espaço e 55 defendidas na linha de Educação, contemplando não só os discentes formados na área da Geografia, como também egressos de outras áreas de estudo, como é o caso dos discentes provenientes do curso de Turismo, Pedagogia, Arquitetura, Geoprocessamento, Engenharia da Pesca e Serviços Sociais, que veem em nosso programa uma oportunidade de aprofundamento no debate, assim como uma transdisciplinaridade no pensamento. Desse modo, os nossos egressos contribuem nas mais diferentes áreas, e sobretudo na educação superior, atuando nas mais diferentes Instituições de Ensino Superior, e até mesmo na própria UFPI, retribuindo assim, todos os conhecimentos adquiridos ao longo da sua formação. Acreditamos que a maioria dos egressos têm interesse em realizar o seu doutoramento no PPGGEO - UFPI.

Para melhor atender as demandas do programa, o mesmo obteve a inclusão de mais dois docentes de forma permanente, sendo eles profa. Dra. Roneide dos Santos Sousa, a mesma possui doutorado pela Universidade Federal do Ceará, com

a linha de pesquisa ligada ao zoneamento costeiro e ao geoprocessamento, com engajamento em diversos projetos voltados para a utilização de tecnologia, e para o geoprocessamento, a outra inclusão foi do prof. Dr. Suedio Alves Meira, o mesmo é Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), com período sanduíche na Universidad de Zaragoza (Espanha). Embora recém chegados ao programa, ambos têm muito potencial para ingresso como professores do doutorado.

Outra forma de integração que o programa tem são projetos de caráter internacional, como é o caso da parceria com a Universidade de Lisboa, por meio do Projeto Nós Propomos! Várias atividades foram realizadas em parceria com outras universidades brasileiras e europeias. O coordenador desse projeto no Piauí é o Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo, tendo a participação do professora Mugiany Oliveira Brito Portela. O Projeto Nós Propomos é uma parceria entre a Universidade de Lisboa, em Lisboa/Portugal e a Universidade Federal do Piauí, em Teresina/Piauí. O Projeto teve a participação do Colégio Técnico de Teresina, com a contribuição do Prof. Dr. Marcos Antônio de Castro Marques Teixeira e a participação de aproximadamente quarenta alunos. Também, foi firmada parceria com o IFPI do município de Campo maior - PI, com a participação do Mestre, pelo PPGGEO, Josivane Jose de Alencar e a unidade do Instituto Federal do Piauí, de Campo Maior com a participação de trinta alunos. Esta parceria também resultou na realização de um evento em Portugal e na publicação do livro "Geografia, Educação e Cidadania. Lisboa: ZOE, 2019". Em 2020, foi iniciado e logo em seguida suspenso, as atividades do projeto em duas escolas de Teresina. Em 2020 uma vaga de Iniciação Científica aprovada e discutida as atividades de pesquisas com publicação e aprovação de um mestrando para o PPGGEO. As atividades estão em pleno funcionamento neste ano de 2013, inclusive com a participação presencial do professor Sergio Claudino (IGOT - Lisboa) em Teresina - PI.

Deve-se destacar também o Mestrando Eric Melo Lima se deslocou à Universidade de Coimbra de 1 de fevereiro a 08 de março de 2020, para desenvolver um conjunto de atividades no âmbito do seu projeto de mestrado, dentre as quais destacam-se: 1. Pesquisa no acervo da Torre do Tombo; 2. Pesquisa no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino; 3. Pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal; 4. Pesquisa no acervo da Biblioteca e do Arquivo da Universidade de

Coimbra; 5. Reunião com o Prof. Lúcio Cunha (CEGOT/UC); 6. Reunião com o Prof. Sérgio Caramelo (ISCTE), autor do livro União Europeia, Fronteira e Território (2007); 7. Assistência a algumas aulas de Geografia Humana de Portugal e Geografia Económica e Social da Europa (Universidade de Lisboa) e de Geografia de Portugal (Universidade de Coimbra). Na ocasião o Prof. Lúcio Cunha, declarou que espero que este contato venha a permitir o desenvolvimento da cooperação já existente entre a Universidade de Coimbra e a Universidade Federal do Piauí. Este mestrando também cursou a disciplina Geomorfologia do Ceará na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) em 2019.

Quanto a inserção nacional, realizamos pesquisas coletivas sobre o ensino de Geografia, com a participação nos grupos de pesquisa NEPEG e GECEF. Firmamos relações através da Rede de Pesquisadores em Geografia Norte e Nordeste/RENNEGEO e outras Redes. Quanto a inserção local, a Prof. Dra. Bartira Araújo da Silva Viana está participando, desde 2020, do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação (UC) Floresta Nacional de Palmares, localizada no município de Altos – PI, na região metropolitana de Teresina. A reunião para renovação do conselho consultivo ocorreu em 11 de janeiro de 2020, sendo abordada a questão da elaboração do Plano de Manejo da Flona de Palmares.

Em 28 dezembro de 2020 foi informado pela COMAN/ICMBio que os trabalhos de planejamento das oficinas, visando a construção do Plano de Manejo, seriam iniciados em 2021. Ciente de que o caminho adequado e socialmente justo para o desenvolvimento das ações que um doutorado exige, vimos adotando um planejamento de ações conjuntas. Os diálogos e as ações também se fazem com participações em bancas, organização de livros, palestras e projeções de pesquisas no eixo Norte e Nordeste. Com base no corpo docente, destacamos de cada curso/IES um número de colegas potencialmente aptos quanto aos seus currículos e as suas vivências, a organizarem uma proposta de doutorado que atenda a perspectiva da CAPES e, de certo, o anseio da comunidade acadêmica.

Além dos projetos desenvolvidos, o programa ainda conta com um professor, Armstrong Miranda Evangelista, que desenvolveu o seu pós-doutorado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, no qual o mesmo desenvolveu a sua pesquisa na linha do ensino de Geografia, no qual o mesmo realizou uma análise dos aspectos estruturais e epistemológicos de livros didáticos

tanto do Brasil quanto de Portugal, no ensino médio/secundário. Ainda contamos com o prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo que está desenvolvendo o seu pós-doutorado também no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, com a linha voltada para o ensino de geografia e educação ambiental, mesmo se mostra de valiosa conexão entre os dois programas, colaborando para a manutenção das relações internacionais.

2.2 Adequação ao plano de desenvolvimento da instituição proponente e política de autoavaliação do programa

O Estado do Piauí é um dos estados da federação em que está mais presente a desigualdade social. Assim, é importante que os impactos sociais positivos, decorrentes das ações científicas desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisas vinculados aos programas de pós-graduação, sejam reconhecidos como componentes de qualidade e como parte de uma política científica a ser incentivada e encorajada. Recomenda-se que na concepção dos programas, seja enfatizada a busca pelo desenvolvimento sustentável regional e pelas possibilidades de melhoria da realidade na qual o programa está inserido. A base científica deve sustentar tecnologias deliberadamente direcionadas para processos de produção seguros, de maior eficácia e atenção à questão ecológica.

O crescimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na UFPI e a necessidade de melhoria das notas junto à Capes, levou à implementação de ações pontuais para melhor qualificá-los. Neste sentido, em 2017 foi implantado o Comitê de Assessoramento da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG) que tem como objetivo apoiar os processos de Avaliação de Proposta de Cursos Novos (APCN) da Capes, Seminários de Acompanhamento da PRPG, avaliação de projetos interinstitucionais, elaboração do Plano Estratégico da Pós-Graduação e em outros processos de avaliação, proporcionando melhoria nas ações, e, conseqüentemente, fortalecendo os Programas de Pós-Graduação (PPGs). Este comitê teve papel decisivo no incremento de novos cursos e programas em 2018 e 2019.

A política de pós-graduação da UFPI visa garantir sua expansão e consolidação, tendo no horizonte a internacionalização e o aprofundamento das relações com a graduação e o ensino básico, técnico e tecnológico. Todas as iniciativas na área da internacionalização da pós-graduação, no âmbito da UFPI, estão

alinhadas com os preceitos e orientações da política nacional para difundir a produção científica, tecnológica e cultural de maneira a tornar transparente o conhecimento que permite o crescimento profissional e desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Piauí e no Brasil.

Evidencia-se que a política da pós-graduação da UFPI toma por parâmetro as orientações da Capes, almejando o nível de excelência. Para alcançar a qualidade pretendida, serão considerados os indicadores de avaliação de desempenho da pós-graduação, tendo como referência os documentos de área da Capes. Os dados dos PPGs estão sistematicamente alojados no Sigaa, facilitando a consulta e o fornecimento de informações no processo de avaliação, e interagindo com o sistema da Capes por meio da Plataforma Sucupira.

Para a consolidação e excelência da pós-graduação *stricto sensu* da UFPI é importante o fortalecimento da interação entre os programas e o incentivo à iniciação científica, por meio do estímulo ao envolvimento de pesquisadores no processo de orientação a estudantes da graduação e também o apoio à realização de colaborações técnico-científicas que possam resultar em convênios de cooperação, além da introdução de novas metodologias científicas no âmbito das linhas de pesquisas. Para isso, será ampliada a divulgação da oferta de editais que permitam a captação de recursos em diferentes órgãos de fomento.

O processo avaliativo das instituições ocorre em duas modalidades: Autoavaliação (avaliação interna), coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Conaes, e as Avaliações Externas (institucionais e de curso)

2.3 Objetivos

Geral:

Formar profissionais, em nível de Doutorado em Geografia com condições de analisarem, criticamente, processos estabelecidos pela sociedade na utilização do território e dos recursos ambientais do espaço geográfico brasileiro, com ênfase na escala regional, na qual se insere o território piauiense, no sentido de evidenciar as questões decorrentes dessas interações, sob a perspectiva da ciência geográfica. Neste contexto, a capacitação de profissional docente em Geografia para o

desenvolvimento da educação geográfica, configura-se como a necessidade de profissionais comprometidos com o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade e a melhoria da qualidade de vida da população e do ensino como um todo.

Específicos:

- i) Capacitar docentes pesquisadores da Educação Básica e Superior com base no domínio de conhecimentos significativos das abordagens da Educação Geográfica na atualidade, para enfrentarem a problemática educacional brasileira e regional, como agentes efetivos de transformação social e de formação para a cidadania;
- ii) Contribuir para o aperfeiçoamento dos cursos de Geografia das instituições de Ensino Superior do Estado do Piauí, articulando a produção da Pós-Graduação com as atividades de ensino e pesquisa da graduação;
- iii) Consolidar grupos de pesquisa já existentes que desenvolvem
- iv) projetos na área e incentivo à criação de novos grupos;
- v) Gerar conhecimento teórico e empírico em geografia, buscando subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento científico e socioeconômico regional.

2.4 Coerência entre área de concentração, linhas de pesquisa ou atuação, e projetos

O programa de pós-graduação em Geografia da UFPI tem como área de concentração Organização do Espaço e Educação Geográfica, constituído por duas linhas de pesquisa: Estudos Regionais e Geoambientais e Ensino de Geografia, intrinsecamente ligadas à área. O curso de doutorado em Geografia da UFPI estará integrado ao referido Programa e suas linhas constitutivas.

A linha de pesquisa Estudos Regionais e Geoambientais tem como escopo estudos acerca organização e estratégias de gestão do espaço regional brasileiro e suas relações com os processos urbanos e rurais, notadamente no território piauiense. Desse modo, visa realizar estudos das infraestruturas econômicas e dos arranjos espaciais, considerando fatores históricos estruturantes e nexos territoriais e ambientais. Valoriza os estudos geográficos em diferentes escalas espaciais,

analisando a dinâmica da natureza em suas relações internas e na interação com a sociedade, considerando o aporte das novas geotecnologias nas investigações. Em razão disso, a linha preconiza, também, a reflexão e a execução de estudos sobre o pensamento geográfico nos aspectos epistemológicos e teórico-metodológicos.

A linha de pesquisa em Ensino de Geografia visa realizar estudos a respeito dos conhecimentos ligados ao ensino desse componente curricular na educação básica e no ensino superior, no tocante aos aspectos históricos, teóricos, epistemológicos e metodológicos. Propõe assim a qualificação de professores e/ou de Geografia de diversos níveis de ensino no que tange ao domínio desses conhecimentos. Nesse sentido, objetiva-se acumular diversas contribuições teóricas da educação para a Geografia, concernentes ao estudo do currículo, das teorias da aprendizagem, da formação docente e das práticas pedagógicas, orientando-os, principalmente, para a realidade educacional brasileira e piauiense. Neste último caso, concentrará esforços no resgate da produção geográfica escolar e nas racionalidades que fundamentam a prática professoral nas instituições educacionais do Estado

Os projetos atualmente desenvolvidos no âmbito do PPGGEO são conexos às linhas de pesquisas e contam com fomento das principais agências de pesquisa nacionais – CNPQ, CAPES, FINEP -; estadual, especialmente a FAPEPI; privadas, como a Fundação Boticário; e a própria UFPI, através do apoio da Pró-Reitoria de Extensão.

Vale ressaltar que, no plano internacional, pretende-se dar continuidade à parceria com a Universidade de Lisboa – Portugal (UL), por meio do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – IGOT, que tem contribuído com os processos de qualificação dos professores do PPGGEO através de estudos de pós-doutorado. Atualmente, um professor já concluiu o doutorado nessa universidade e outro está cursando. Convém dizer, que a cooperação com a UL foi firmada em acordo celebrado com a UFPI, e se dá ainda em relação ao projeto Nós Propomos! um projeto que vincula ensino, pesquisa e extensão, em desenvolvimento em vários países, incluindo o Brasil, do qual professores do PPGGEO participam.

2.5 Estrutura curricular, disciplinas e referencial bibliográfico

O processo seletivo será anual com critérios definidos pelo Colegiado do PPGGEO, de acordo com o estabelecido no Regimento do Programa e Edital de

seleção, publicado a cada processo seletivo nos meios oficiais do programa, ofertando 15 vagas para o mestrado e 12 vagas para o doutorado.

Poderão inscrever-se no processo seletivo para ingresso no curso de doutorado os candidatos que atenderem aos critérios estabelecidos no Edital de seleção, com título de mestre em Geografia e em cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias e afins.

Para o Curso de Doutorado, o aluno deverá cursar um total de oito disciplinas, quatro obrigatórias (Seminário de Doutorado I e II; Atividades de pesquisa I e II), mais quatro eletivas, considerando sua linha de pesquisa, integralizando 32 créditos mais as atividades complementares (4 créditos) e tese (12 créditos). As disciplinas eletivas serão definidas de comum acordo entre o aluno e o professor-orientador, levando em consideração a afinidade com o objeto da pesquisa. Poderão ser consideradas eletivas até duas disciplinas (50%) cursadas no mestrado, desde que possuam afinidade com a tese do doutorando, atestada pelo orientador; como eletivas poderão também ser consideradas até duas disciplinas cursadas em outros programas, nacionais e internacionais. As disciplinas obrigatórias e eletivas deverão ser cursadas ao longo dos quatro primeiros semestres, sendo que no primeiro semestre, o aluno deverá se matricular nas atividades de Seminário de tese I, com vistas ao planejamento do Projeto de Tese que contará quatro 4 créditos à sua carga horária.

Para o quarto semestre, o aluno também deverá se matricular nas atividades de Seminário de tese II para elaboração do Exame de Qualificação, perfazendo 4 créditos. No final do quarto semestre, deverá ser realizado o Exame de Qualificação e, até ao final do oitavo semestre, a defesa da Tese do Doutorado. O curso de Doutorado Acadêmico do PPGGEO-UFPI terá a duração mínima de 36 (trinta e seis) e máxima de 48 (Quarenta e oito) meses, excepcionalmente, com período de prorrogação de 6 meses, totalizando 48 (quarenta e oito) créditos, incluindo a defesa do Trabalho Final do Doutorado.

As disciplinas estão divididas em obrigatórias e eletivas. Entre as eletivas teremos 4 disciplinas da linha de Estudos Regionais e Geoambientais 4 disciplinas da linha de pesquisa em Ensino de Geografia.

No **Apêndice B** está a matriz curricular para o doutorado.

2.6 Critérios de seleção de alunos

O Corpo Discente do doutorado será formado por portadores de diplomas de cursos de Graduação, oriundos de Instituições de Ensino Superior, nacionais e estrangeiras, com todos os direitos e deveres definidos pela legislação pertinente. Podem ser:

- **Discente exclusivo do PPGGEO** - aqueles(as) que forem aprovados e classificados(as) em Processo Seletivo, regulamentado por edital específico e que realizaram matrícula institucional e matrícula curricular no PPGGEO/UFPI;
 - **Discente em mobilidade acadêmica interna** - discentes que realizaram matrícula institucional em outros programas da UFPI e efetivaram matrícula curricular em componentes curriculares do PPGGEO/UFPI;
 - **3° - Discente em mobilidade acadêmica externa** - discentes que realizaram matrícula institucional em programas de outras instituições e efetivaram matrícula curricular no PPGGEO/UFPI. Os discentes interessados devem apresentar a seguinte documentação comprobatória: I - Comprovante de matrícula na instituição de origem; II - Requerimento com solicitação de matrícula em componente curricular integrante da estrutura curricular do PPGGEO/UFPI, assinado pelo(a) orientador(a);
- 4° - Discentes especiais não vinculados(as) ao PPG** - critérios para solicitar matrícula em componente curricular do PPGGEO/UFPI: I - Candidato classificado em processo seletivo coordenado pelo PPGGEO/UFPI, ou seja, que não fez matrícula institucional por falta de vagas; II Candidato classificado em processo seletivo coordenado por PPG autorizado pela CAPES e integrante do sistema nacional de pós-graduação, vinculado a IES autorizada pelo MEC, porém, que não fez matrícula institucional por falta de vagas; III - Será permitido até 20% em relação à oferta por componente curricular por período letivo para discentes especiais não vinculados(as) ao PPG, mediante consulta prévia ao docente responsável pela disciplina.

O ingresso no curso de doutorado do PPGGEO ocorrerá mediante Exame de Seleção, realizado uma vez por ano, salvo exceções que obriguem a se fazer mais uma seleção no mesmo ano.

O Edital de abertura das inscrições para a Seleção do doutorado será homologado pelo Colegiado do PPGGEO, que indicará o número de vagas, as condições exigidas dos candidatos, datas, horários e locais em que as provas serão realizadas, bem como os critérios de avaliação.

Estarão aptos à inscrição para o Exame de Seleção o(a)s candidatos portadores de Diploma de Curso Superior reconhecido pelo MEC, cursos reconhecidos por Conselhos Estaduais de Educação ou concludentes de Cursos de Graduação nas modalidades de Licenciatura e/ou Bacharelado em Geografia ou em áreas correlatas. O(a)s aluno(a)s concludente(s) deverá apresentar certidão de concludente (nesta deve constar que a Colação de Grau ocorrerá até a data da Matrícula Institucional no PPGGEO/UFPI), expedida pela Instituição de Ensino Superior (IES) a qual se acha vinculado(a) e assinada por autoridade competente.

A efetivação da inscrição de candidato(a) portador(a) de Diploma de Curso Superior em instituição estrangeira estará sujeita à apresentação de Documento de Revalidação e/ou Equivalência, conforme legislação vigente.

O processo de seleção de candidatos para o doutorado será feito através de prova escrita (eliminatória), avaliação de projeto de pesquisa (eliminatória) e entrevista (eliminatória e classificatória), avaliação do currículo Lattes (classificatória), atendendo critérios estabelecidos em edital. A prova escrita terá nota mínima 7,00 (sete), numa escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez). O Projeto de Pesquisa exigido deve ser apresentado de acordo com procedimentos de metodologia, nos temas de interesse dos orientadores pretendidos. A nota final resultante da Avaliação do Projeto de Pesquisa consistirá na média aritmética de notas atribuída pelos membros da Comissão de Seleção, conforme critérios constantes no ANEXO III (deste Edital): Critérios de Avaliação do Projeto de Pesquisa. Realização e Avaliação da Defesa de Projeto terão caráter eliminatório, com nota mínima 7,00 (sete), numa escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez). Na realização e avaliação da defesa de projeto de pesquisa será realizada entrevista individual em que o(a) concorrente fará apresentação e defesa do Projeto de Pesquisa apresentado durante o período de inscrição.

A matrícula distingue-se em Institucional, que assegura ao candidato a condição de membro do corpo discente do PPGGEO/UFPI, e curricular, renovável a cada período letivo, por disciplina e/ou atividade, que assegura ao discente regular o dever de cumprir o currículo para obtenção do Diploma de Mestre.

Não será permitida, no doutorado, a matrícula simultânea em instituições públicas, de acordo com a Lei. 12.089 de 11 de novembro de 2009, em: Dois cursos de Pós-Graduação stricto sensu; um curso de Pós-Graduação stricto sensu e um

curso de Graduação; um curso de Pós-Graduação *stricto sensu* e um curso de Pós-Graduação *lato sensu*.

Para a Matrícula Institucional, exigir-se-á documentação determinada pela legislação da Pós-Graduação *stricto sensu* em vigor na UFPI. Convém observar que o discente que, na Matrícula Institucional, não apresentar o diploma de Graduação, perderá o direito à vaga, podendo ser substituído por outro, conforme a ordem de classificação do Processo Seletivo.

A matrícula curricular poderá ser feita com aproveitamento de estudos, conforme legislação específica da UFPI, em disciplinas constantes da estrutura curricular do PPGGEO/UFPI, exceto: Seminário de Tese I e Seminário de Tese II, Atividades de Pesquisa I e II, Qualificação; Trabalho Final.

Será permitido ao discente cancelar matrícula em até uma disciplina do doutorado, semestralmente, tendo em vista parecer favorável do orientador e aprovação do Colegiado.

Será permitido ao discente, por motivo de doença, devidamente comprovado pela Perícia Médica da Universidade, o trancamento disciplina do doutorado pelo prazo máximo de até doze meses, não sendo o período do trancamento computado para fins de tempo máximo de integralização no PPGGEO.

No processo de seleção dos discentes do PPGGEO até cinco vagas são destinadas ao Programa de Capacitação Interna da UFPI (Resolução no 236/13-CEPEX), até oito vagas destinadas às ações afirmativas: até cinco vagas para negros(as), pretos(as), pardos(as), indígenas e até três vagas para pessoas com deficiência, conforme Resolução do CEPEX/UFPI Nº 98 de 15 de julho de 2021.

O candidato a uma vaga no doutorado precisa apresentar Atestado de Proficiência em duas línguas estrangeiras sob pena de não conclusão do Curso no âmbito do PPGGEO da UFPI. O Atestado de Proficiência em Língua estrangeira seguirá orientações com fundamento na Resolução CEPEX/UFPI No. 316/2022 de 21 de julho 2022, artigo 12: parágrafo 3º: A Comissão Permanente da Seleção (COPESE), fica encarregada pela aplicação de proficiência, os quais serão realizados preferencialmente de forma on line, por meio de plataformas virtuais, ou na forma presencial no Campus Ministro Petrônio Portella ou nos campi da UFPI quando houver condições adequadas de biossegurança”.

De acordo com a supracitada Resolução “Além dos atestados de proficiência Página 15 de 23 emitidos pela UFPI, serão aceitos todos aqueles oriundos de quaisquer instituições públicas ou privadas de ensino superior, que funcionam no Brasil, bem como aqueles provenientes do Instituto Cervantes, do Instituto de Cultura Italiana, do Instituto Goethe, da Universidade de Cambridge (FCE, CAE, IELTS), da Aliança Francesa (DILF, DELF, DALF) e TOFEL; Continuando no parágrafo 6º na Resolução afirma-se que “No caso dos exames não realizados por instituições públicas ou privadas de ensino superior, que funcionam no Brasil, o nível de proficiência exigido será de, no mínimo, 60% do total de pontos estabelecidos por cada instituição”; e no parágrafo 7º diz que “Os exames de proficiência terão validade de 03 (três) anos para mestrado e 05 (cinco) anos para o doutorado.

Os Candidato(a)s que se incluem na categoria de pessoa com deficiência receberão tratamento diferenciado, atendendo ao princípio constitucional da isonomia. Para tanto, tais candidato(a)s deverão especificar no ato de Inscrição suas necessidades. O processo de seleção destes candidatos considerará o que preceitua a RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI nº 98 de 15/07/2021, Art. 7º, no que tange à apresentação de um laudo médico atestando a deficiência e uma declaração conforme o modelo disponibilizado em edital. Assegura ainda que será dispensado do laudo médico o candidato que já tiver feito esse procedimento para ingresso em curso de graduação da UFPI.

2.7 Quantitativo de vagas e relação de orientandos por orientador

Espera-se que cada orientador ofereça para primeira turma uma vaga, totalizando 12 vagas.

2.8 Formação pretendida e perfil do egresso

Formar profissionais na área de Geografia em condições de analisar criticamente processos e ações sociais em suas relações com a organização do espaço brasileiro, com maior ênfase na escala regional onde se insere o território piauiense, evidenciando os problemas ambientais decorrentes dessas interações da perspectiva da ciência geográfica, suscitando, assim, uma atuação profissional comprometida com o enfrentamento dos desafios socioespaciais da contemporaneidade e a melhoria da qualidade de vida da população.

2.9 Regimento do curso e forma de implementação de política de autoavaliação do programa

O regimento do PPGGEO foi construído para o mestrado e adaptado para a proposta do doutorado em geografia, aqui proposto. Encontra-se em anexo.

A implementação da política de autoavaliação do programa foi intensificada entre os anos de 2022 e 2023 a partir da Comissão de Reformulação do Regimento Interno que serviu como uma oportunidade para a construção de processos mais sólidos. A preocupação das ações internas no programa partiu das orientações gerais do Seminário de Meio Termo – Indicadores Preliminares 2021-2022 (CAPES), orientações necessárias e que estão sendo alcançadas de forma gradativa a partir de uma discussão coletiva no programa. Segue, a partir daqui a revelação de mecanismos que estão sendo trilhados no sentido de aperfeiçoamento interno para a busca de uma autoavaliação qualificada e que possibilite o avanço das atividades do programa, possibilitando a ampliação e melhoria de passos que promovam as articulações necessárias para o aumento dos diálogos institucionais.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação na UFPI contribui em muito para o aperfeiçoamento dos processos de autoavaliação é a realização dos Seminários de Acompanhamento da Qualidade da Pós-Graduação da UFPI. Existe, ainda, uma série de ações, destacando a realização do II Colóquio de Ética na Pós-Graduação. Cabe, ressaltar, ainda, a sistematização de um painel de plano operacional que visa “(...) implementar e/ou reestruturar Programas de Pós-Graduação *Lato sensu* (especializações e residências em saúde) e *Stricto sensu* (mestrado e doutorado acadêmico e profissional) em áreas prioritárias e estratégicas, considerando demandas sociais, econômicas, ambientais e educacionais emergentes na realidade local e regional”. Além do esforço de construção de instrumentos que possibilite a melhoria dos conceitos dos Programas na avaliação da CAPES. Destaque, também, o PDU 2023-2024 como Planejamento Tático para o Biênio 2023-2023 e o Plano Operacional 2023, sustentado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI.

Um passo importante na condução das tomadas de decisão da autoavaliação refere-se as avaliações das iniciativas de ação afirmativa. Na PRPG as decisões são tomadas a partir da Resolução CEPEX/UFPI de n.98 DE 15 de Julho de 2021 que dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros(as), pretos(as), pardos(as),

indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, da Universidade Federal do Piauí. Os programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* já vigentes e aos que vierem a ser aprovados são obrigados a adotar a política de ações afirmativas. Assim, a reserva de vagas disponíveis para atender a esta resolução determina que do total de vagas disponíveis em cada processo seletivo dos cursos e programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFPI fica reservado o percentual de no mínimo 20% (vinte por cento) das vagas para candidatos (as) negros (as) (pretos (as) e pardos (as) e candidatos (as) indígenas e o percentual de no mínimo 10% (dez por cento) das vagas para candidatos (as) com deficiência. Os (as) candidatos (as) à reserva de vaga farão sua opção no período da inscrição e deverão apresentar documentos comprobatórios, conforme descrito na Resolução anexa. A UFPI, ainda, criou mecanismos de fortalecimento de ações para a permanência com a construção de ações e atividades complementares, individualizadas ou coletivas, que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e social, maximizando a possibilidade de permanência de discentes negros (as) (pretos (as) e pardos (as), indígenas e com deficiência na Instituição.

No âmbito do nosso programa há um esforço constante e permanente para melhorar a interação entre os docentes e os mestrandos na condução das pesquisas em um cenário recente extremamente adverso. A ideia é de acompanhar as mudanças que perpassa a realidade brasileira e que impacta diretamente a produção do conhecimento nas Instituições de Ensino Superior (IES) e da Pós-Graduação, em especial da Geografia.

Ocorre um intenso processo de amadurecimento com um número expressivo de mestres formados e de uma demanda grande para cursarem um doutorado, fato que nos estimula a amadurecer os critérios de autoavaliação, tais como: a) Os dados visualizados na síntese das atividades do último quadriênio que nos levou a Nota 4 evidenciam que o corpo de docentes, juntamente com os mestrandos, os egressos e os graduandos continuam a manter um vínculo na realização de eventos científicos (organização e apresentação de trabalhos), na condução de atividades de ensino (monitoria e estágio docência) e na publicação de artigos científicos e capítulos de livros; b) Um aspecto positivo do programa é que de todos os anos de avaliação deste quadriênio, obtivemos uma média de defesas sempre em torno de 26 meses, apesar dos desafios da pandemia; c) O grupo de docentes, juntamente com os mestrandos,

conseguiram manter as publicações nos estratos superiores, fato que em muito contribuiu para o aumento de nossa nota de avaliação, além do esforço de publicação de livros com docentes, mestres egressos e mestrandos, tanto na organização de obras (coletâneas), quanto na participação de capítulos de livros em parceria com outras instituições.

Em relação ao planejamento futuro como parte integrante de nossa autoavaliação estamos estabelecendo de forma coletiva as ações de curto, médio e longo prazo. Melhorar a integração entre os docentes da Linha de Ensino, bem como dar continuidade às publicações nos estratos superiores dos periódicos nacionais e avançarmos nos periódicos internacionais. Cabe, ainda, instigar a participação dos docentes a concorrerem as bolsas de produtividade nas agências de fomento nacionais, regionais e locais.

Quanto às ações de médio prazo, ainda temos que melhorar ao estímulo de participação de mais docentes para realizarem o pós-doutoramento, além da ampliação do envolvimento dos docentes na construção de redes de pesquisadores em âmbito nacional e internacional, edificando assim as bases de fortalecimento de laços de solidariedade e cooperação internacional. Por fim, ao longo prazo persiste a necessidade de sedimentar a realização de intercâmbios nacionais e internacionais. Um passo alcançado e já dito nos relatórios anuais da Sucupira resultou no esforço, agora concretizado, da construção da proposta do APCN de doutorado.

3 CORPO DOCENTE

3.1 Caracterização geral do corpo docente (relação entre número de docentes permanentes e demais categorias)

A propositura do Doutorado em Geografia, para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), reúne um Corpo Docente de doutoras e doutores, formadas e formados em diversos Programas de Pós-Graduações em Geografia e áreas afins, como em Sensoriamento Remoto e Ciências do Solo, em instituições nacionais conceituadas, em destaque, nas regiões Nordeste (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN), Centro-Oeste (Universidade Federal de Goiás – UFG) e Sudeste

(Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Universidade de São Paulo – USP).

Trata-se de doze (12) docentes doutores, com titulação obtida em Instituição de Ensino Superior -IES reconhecidas no país pelo Conselho nacional de Educação - CNE, todas e todos vinculados ao Magistério Superior, em regime de Dedicção Exclusiva à própria UFPI (40h semanais), envolvidos integralmente na proposição do novo programa de Doutorado com o vínculo de docentes permanentes (20h semanais) **(Apêndice D)**.

É importante destacar que os docentes têm no mínimo dez (10) anos que trabalham na UFPI, sendo que os professores Antônio Cardoso Façanha e Carlos Sait Pereira de Andrade estão na UFPI há mais de trinta anos. Refere-se a um corpo docente sólido, amadurecido durante o curso de Graduação em Geografia e a mais de uma década do Mestrado em Geografia, um projeto coletivo em torno da pesquisa no Estado do Piauí e com forte influência nos estados vizinhos.

Sobre os projetos de pesquisa, cabe destacar que a equipe, atualmente, atua em projetos financiados pela FINEP, pelo CNPq, pelo Porto de Paranaguá e pela FAPEPI. A aprovação de projetos de pesquisa em Editais Universais do CNPq, tem permitido docentes criarem redes de pesquisadores e colaboradores local, regional e nacionalmente, realizando investigações que desdobram temáticas regionais importantes desde a Iniciação Científica até os desdobramentos e continuidades dos estudos em Pós-Graduações.

Sobre o pós-doutoramento, o professor Raimundo Lenilde de Araújo concluiu em 2018, na Universidade Federal do Ceará; o professor Armstrong Miranda Evangelista o fez na Universidade de Lisboa, no ano de 2019; e o professor Gustavo Souza Valladares concluiu no ano 2021, no Instituto de Geociências da Unicamp - SP. Além do mais, existe um plano de médio prazo que organiza a saída de docentes para esse momento de qualificação docente, ampliação das redes nacionais e a internacionalização da pós-graduação em Geografia da UFPI.

Mesmo assim, cabe grifar que o corpo docente do PPGGEO já participa de grupos de pesquisas nacionais, tais como o NEPEG, o GECEF, o GECA, entre outros. E de grupos internacionais, tais como o Nós Propomos, organizado pelo IGOT, ligado à Universidade de Lisboa. A formação continuada dos docentes implica na consciência em aprimorar e ampliar as pesquisas acadêmicas, por conseguinte,

aproximam os diferentes conhecimentos produzidos em diferentes instituições. Não raro, os resultados das pesquisas e trocas nas redes contribuem para a qualidade dos trabalhos produzidos pelos discentes, de modo que alguns se tornam referência para o Piauí e estados vizinhos.

3.2. Quantidade mínima de docentes permanentes para cada nível (mestrado e doutorado) e modalidade (acadêmico e profissional) de curso

A composição do corpo docente para a proposta de Doutorado em Geografia, em sua totalidade (100%) com vínculo de docente permanente, dispõe da quantidade mínima de doze (12) professores doutores, unificados em duas linhas de pesquisas (1. Estudos Regionais e Geoambientais; 2. Ensino de Geografia). **(Apêndice C)**

Além disso, o corpo de professores permanentes envolvidos, apenas quatro estão vinculados em outros programas de pós-graduação, são eles: Raimundo Lenilde de Araújo e Raimundo Jucier Sousa de Assis - vinculados ao Mestrado de Políticas Públicas - UFPI; professora Giovana Mira de Espindola e o professor Gustavo Souza Valladares - vinculados ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente - UFPI. Os referidos professores se colocaram à disposição para o atendimento das responsabilidades decorrentes da aprovação do doutorado em Geografia.

Ademais, é possível ofertar alternadamente vagas de orientação para mestrado e doutorado, bem como ministrar disciplinas que atendam aos dois níveis da Pós-graduação (mestrado e doutorado). Menciona-se ainda que as dinâmicas de trabalho de campo e outras podem ser realizadas em conjunto. De modo que, os referidos professores estão aptos e competentes para se responsabilizarem pela oferta de disciplinas, orientação de alunos e coordenação de projetos de pesquisa, sem que haja prejuízos para qualquer um dos programas em que participem.

3.3. Regime de dedicação de docentes permanentes ao curso

Com a totalidade dos doze (12) professores e professoras permanentes, com uma carga de 40 horas de dedicação integral à UFPI e com disponibilidade para uma dedicação de 20 horas semanais ao novo programa de Doutorado em Geografia, não ultrapassando a cota de 3 (três) programas, o corpo docente encontra-se disponível para ofertar disciplinas e abrir uma vaga por seleção para entrada de aluno.

A carga horária exigida de 20h semanais também permite aos docentes envolvimento em bancas; produção de artigos; tempo despendido aos laboratórios ou trabalhos de campo; acompanhamento dos estudantes na supervisão dos estágios docentes; atividades de gestão, como comissões; organizações de eventos; elaboração e execução de projetos de pesquisa; e participação no processo de divulgação científica na imprensa, junto as rádios, aos programas de televisão, divulgação escrita e/ou em entrevistas veiculadas nos portais oficiais de imprensa da UFPI.

No que tange aos laboratórios, o curso de geografia possui seis, além desses, o CCHL tem outros laboratórios que podem ser utilizados pelos alunos, inclusive há o Laboratório de Informática que atende às demandas de alunos carentes que não possuem equipamentos para a realização de pesquisa e digitação de trabalhos. No CCHL, há também o laboratório voltado para as licenciaturas que pode ser utilizado com a supervisão de um docente.

De modo geral, o CCHL tem 04 auditórios, 08 salas especiais, 57 salas de aula para a graduação, 05 salas complementares para graduação, 08 salas recém construídas, 10 salas de aula para a pós-graduação, 08 laboratórios, 01 biblioteca setorial, 92 gabinetes de trabalho docente, 26 salas para núcleos de pesquisa, 32 salas administrativas para departamentos, cursos de graduação e programas de pós-graduação e 11 salas para centros acadêmicos, cabendo as atividades docentes do Doutorado em Geografia serem realizadas na sala 341,

A presença dos discentes nos laboratórios de pesquisa tem garantido a interação deles com os orientadores e outros colegas que partilham do momento formativo na Pós-graduação. Nesses espaços, muitas dinâmicas são construídas e os resultados são expressos nas produções dos discentes e professores. Destaca-se também a situação geográfica da UFPI em Teresina, por estar distante de muitos bairros da cidade, os discentes ao se deslocarem para Universidade passam o tempo integral dos dois turnos, o que significa que os laboratórios, por serem espaços acessíveis, se tornam também local de estudo e de troca de experiências para os alunos.

3.4 Qualificação mínima de docentes permanentes

A escolha da composição do corpo docente para o Programa de Doutorado em Geografia da UFPI, seguindo os critérios estabelecidos pela Capes, demarca, além da disponibilidade de 20h semanais disponíveis, a qualificação mínima da formação de mais de 80% do corpo permanente com formação na área nos níveis de graduação, mestrado e doutorado em Geografia ou em alguns desses níveis.

Outra qualificação mínima delimitada para compor o corpo docente tem relação direta com a experiência em orientação de mestrado, pelo menos, de duas dissertações concluídas, da mesma forma, a exigência na coordenação de projetos de pesquisa, mais de 80% docentes, apresentando aderências temáticas à proposta estrutural do programa.

Os professores do PPGGEO são habilitados em participar de projetos, alguns com financiamento, pela FINEP, pelo CNPq, pelo Porto de Paranaguá e pela FAPEPI, aprovado pelo Prof. Gustavo Valadares, o que demonstra a propensão à pesquisa que articula os discentes da Pós-graduação e Graduação, sobretudo na aprovação dos Editais Universais do CNPq e nas bolsas dispendidas em projetos financiados pelas instituições supracitadas, como tem realizado o Prof. Raimundo Jucier, com resultados que transpõem os muros da universidade. Pode-se mencionar o projeto Nós propomos! Em que os professores Raimundo Lenilde e Mugiany Portela participam. Há que se mencionar os programas de formação de professores (PARFOR, RP, PIBID) **(Apêndice D)**.

Outra característica dos docentes tem relação com a cooperação e o trabalho em grupo. A equipe do PPGGEO se envolve constantemente nos diferentes afazeres relativos às demandas burocráticas, de ensino e de extensão. A pesquisa coletiva tem sido uma marca do programa, para citar um exemplo, o NUPEG, o GERUR e o GAEE participaram da produção de livros que colaboram para a formação de professores e discutem temáticas que circulam nas duas linhas do programa de mestrado. Os três grupos de pesquisa se unem colaborativamente, convidam pesquisadores de outras instituições, envolvem os mestrandos e egressos do PPGGEO e professores da educação básica, para o debate e sistematização das pesquisas realizadas pelos três grupos.

3.5. Vinculação da qualificação acadêmica, didática, técnica ou científica do grupo proponente ao objetivo da proposta

As duas linhas de pesquisa do PPGGEO foram construídas para o doutorado de acordo com a qualificação acadêmica dos professores envolvidos na proposta. Salienta-se que quatro docentes, a saber, Josélia Saraiva e Silva, Armstrong Evangelista Miranda, Raimundo Lenilde Araújo têm formação inicial em geografia e Pós-graduação em Educação, a Professora Mugiany Oliveira Brito Portela, tem formação inicial em geografia e doutorado em geografia, com pesquisa na área do ensino. **(Apêndice E)**

Já os professores Antônio Cardoso Façanha, Bartira da Silva Araújo e Raimundo Jucier tratam da Geografia Humana (aspectos geopolíticos, urbanos, agrários, sociais, econômicos, históricos-espaciais). O professor Carlos Sait Pereira de Andrade, a professora Claudia Maria Saboia de Aquino, o professor Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque, o professor Gustavo Souza Valladares e a professora Giovana Mira de Espindola tratam sobre os aspectos físicos-naturais-ambientais e ao sensoriamento remoto relativos as dinâmicas naturais e dos usos do espaço geográfico. **(Apêndice F).**

Embora cada docente realize suas pesquisas de acordo com suas especificidades, ocorre com certa frequência a parceria em coorientações e/ou troca de informações para alguns trabalhos que precisam de orientações mais abrangentes. Acredita-se que no doutorado as parcerias já estabelecidas para o mestrado se mantenham. **(Apêndice G).**

As experiências dos professores do PPGGEO estão para além da sala de aula e da pesquisa, tendo em vista que dos 12 professores, 10 já exerceram a coordenação ou sub-coordenação do Curso de Graduação em Geografia ou da Pós-Graduação em Geografia, e 02 professoras já coordenaram os programas da Residência pedagógica e o PIBID.

3.6. Política de acompanhamento de docentes (credenciamento, recredenciamento e descredenciamento)

Por **credenciamento** compreende-se o reconhecimento formal do docente para participar das atividades de ensino, orientação e/ou pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Geografia, por um período de até 4 (quatro) anos. Por **recredenciamento** compreende-se o processo de formalização da permanência do docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia, por novo período de até 4

(quatro anos, com base nos critérios de avaliação dispostos em edital). Por **descredenciamento** compreende-se a formalização de desligamento do docente do quadro de membros do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Caberá à Coordenação da Pós Graduação, com base nas orientações da política de pós-graduação, determinar o período e o número de vagas para avaliação dos pedidos de credenciamento de novos professores nas linhas de pesquisa, bem como as decisões sobre credenciamento e descredenciamento de docentes.

O docente interessado em realizar seu credenciamento ou credenciamento deverá apresentar seu pedido à **Comissão de Avaliação Docente** do Programa, observando-se os prazos conforme estabelecidos para avaliação dos pedidos e instruído com os seguintes documentos:

- **Termo de Compromisso** com as atividades previstas nas rotinas acadêmicas e administrativas da CPG e indicando a linha de pesquisa em que atuará; a relação da **produção científica** conforme indicada no Currículo Lattes, para os últimos **4 (quatro) anos**, incluído o ano corrente, no caso de **credenciamento**, e para os últimos 4 **(quatro anos)**, incluído o ano corrente, no caso de **credenciamento**, **com as respectivas comprovações:**

a) comprovante de participação em diretório ou grupo de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) e/ou do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

b) e comprovante de coordenação de projeto de pesquisa cadastrado na PRPG ou órgão similar na instituição de origem, no caso de docente externo à UFPI, coerente com a linha de pesquisa pretendida, com a indicação sobre a existência ou não de financiamento, incluindo bolsas das agências de fomento.

Havendo mais candidatos do que vagas, segundo as linhas de pesquisa, a Comissão de Avaliação decidirá pela indicação de **credenciamento** levando em consideração a maior pontuação na produção científica. O **credenciamento** terá validade pelo período de até 4 (quatro) anos, findo o qual o docente deverá solicitar o seu **credenciamento** para o quadriênio seguinte, e assim sucessivamente. O credenciamento no corpo docente do Programa dar-se-á na forma de membro permanente, ou colaborador.

Docentes permanentes são professores que, ao longo de um período de avaliação, desenvolvam atividades de ensino na pós-graduação, participem de projetos de pesquisa do Programa, orientem estudantes de mestrado ou doutorado do Programa e tenham vínculo funcional-administrativo com a UFPI. Os demais docentes do programa, para serem do quadro permanente do PPGGEO devem se enquadrar em um dos casos excepcionais regulamentados pela CAPES e o documento de área da Geografia.

Docentes colaboradores são os demais membros do corpo docente do Programa que não atendam a todos os requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes, mas participem do desenvolvimento de projetos de pesquisa, de atividades de ensino, de orientação à estudantes, de comissões e outras atividades administrativas, independentemente do fato de possuírem ou não vínculo com a instituição.

São critérios para o **credenciamento de** docentes permanentes no Programa:

- a) possuir título de doutor em Geografia ou área afim, segundo apreciação da Comissão de Avaliação da CPG;
- b) comprometer-se a orientar no mínimo 1 (um) aluno a cada quadriênio e a participar das atividades do Programa no que for de sua competência, em especial de Bancas e Comissões;
- c) comprovar a experiência com orientação, relacionada a no mínimo 3 (três) trabalhos aprovados, relativos a dissertação de mestrado e/ou tese de doutorado.
- d) integrar grupo de pesquisa cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq ou da FAPEPI;
- e) coordenar projeto de pesquisa em andamento, com a indicação de existência ou não de financiamento, incluindo bolsas concedidas por agências de fomento;
- f) Apresentar a comprovação de publicação de no mínimo 5 (cinco) produtos na área de Geografia e/ou áreas afins, nos 4 (quatro) últimos anos, incluído o ano corrente, na forma de artigo em periódico, livro ou capítulo de livro, dos quais no mínimo 3 (três) devem ser publicação (ou aceite) de artigo em periódico classificado como A1, A2 ou A3, conforme *Qualis Capes*.

O docente credenciado no Programa poderá ofertar vagas no Doutorado somente após ter orientado no mínimo 2 (duas) dissertações de Mestrado, defendidas e aprovadas.

Para aprovação de um pedido de credenciamento de docente permanente, além do atendimento aos critérios estabelecidos anteriormente, a Comissão de Avaliação Docente deverá analisar a situação atual do Programa em relação aos seguintes parâmetros:

- a) equilíbrio do número de docentes entre as linhas de pesquisa;
- b) atendimento à demanda por áreas temáticas de orientação; e
- c) redução da assimetria na produção científica entre docentes.

A aprovação do pedido de credenciamento de **docentes de áreas afins** poderá ser concedida desde que a porcentagem de professores nessa condição não ultrapasse 30% (trinta por cento) do quadro geral com formação específica em Geografia.

Compreende-se por áreas afins aquelas com vínculo com as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Compreende-se por docente com formação específica na área de Geografia aquele que possui graduação ou mestrado ou doutorado em Geografia.

Para o **recredenciamento no Programa**, o docente permanente deverá comprovar a:

- a) orientação ou co-orientação de no mínimo 2 (duas) dissertações ou teses ou qualificação aprovada no quadriênio, ressalvados os casos em que o docente não tenha tido candidatos aprovados nos processos seletivos;
- b) ofertar de disciplina(s) no Programa pelo menos uma vez nos últimos quatro anos, com base em declaração emitida pela Secretaria do Programa;
- c) participação regular nas reuniões da CPG e nas atividades do Programa, incluindo o Seminário de Tese, com base em declaração emitida pela Secretaria do Programa;
- d) coordenação de pelo menos um projeto de pesquisa na linha de pesquisa em que esteja credenciado, mediante registro no sistema de cadastro de atividades docentes da UFPI;

e) participação em grupo de pesquisa cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq ou da FAPPEPI, mediante registro nos sistemas dessas instituições de fomento;

f) Publicação de no mínimo 5 (cinco) produtos na área de Geografia e/ou áreas afins, nos 2 (dois) últimos anos, incluído o ano corrente, na forma de artigo em periódico, livro ou capítulo de livro, dos quais no mínimo 1 (um) deve ser publicação (ou aceite) de artigo em periódico classificado como A1, A2 ou A3, conforme Qualis Capes.

O não cumprimento dos critérios explicitados acima impedirá o docente de oferecer vagas no processo seletivo para ingresso de discentes. Se o docente não possuir orientações em andamento, será realizado o seu **descredenciamento** imediato do Programa. Se o docente possuir orientações em andamento, terá o limite de até 1 (um) ano para apresentar nova solicitação, sob pena de ser descredenciado do Programa e os discentes sob sua orientação serem remanejados para outros orientadores, respeitadas as respectivas linhas de pesquisa.

São critérios para o credenciamento de docentes colaboradores no PPGGEO as seguintes comprovações:

a) da formação acadêmica adequada, representada pelo título de doutor ou equivalente;

b) do desenvolvimento de projeto acadêmico em conformidade com a linha do Programa pretendida;

c) da produção qualificada na área para as atividades pós-graduação nos 4 (quatro) últimos anos, incluído o ano corrente; de plano de trabalho com as atividades a serem desenvolvidas no programa;

O corpo docente de colaboradores não deverá ultrapassar o percentual de 30% (vinte por cento) do corpo de docentes permanentes. A validade de credenciamento dos docentes colaboradores seguirá as regras deste regulamento e valerá por um máximo de 4 anos podendo ser recredenciado; O não cumprimento dos critérios explicitados impedirá o credenciamento dos docentes colaboradores.

O docente colaborador não recredenciado que possuir orientações em andamento no primeiro ano do mestrado e no primeiro e segundo anos do doutorado, terão os discentes sob sua orientação remanejados para outros orientadores, respeitadas as respectivas linhas de pesquisa.

4. PRODUÇÃO

4.1. Avaliação da produção (acadêmica e técnica, de acordo com a modalidade do curso — acadêmica ou profissional), considerando a aderência em relação ao curso proposto, às áreas de concentração e às linhas de pesquisa

Antônio Cardoso Façanha é Docente-Pesquisador do Curso de Geografia da UFPI desde 1991. Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia (UECE/1988), Especialização em Nordeste: questão regional e ambiental (UFC/1990), Especialização em Sensoriamento Remoto (UNESP/1991), Mestrado em Geografia (UFPE/1998) e Doutorado em Geografia (UFPE/2009). Entre 2017 e 2023 publicou 26 artigos completos em periódicos, organizou 3 livros e publicou 14 capítulos de livros. Atualmente é professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí, tendo desenvolvido estudos na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Geografia Regional, Geografia do Piauí e Ensino de Geografia. Participa na condição de líder do Grupo de Pesquisa intitulado Grupo de Estudos Regionais e Urbanos [GERUR], vinculado ao CNPq/UFPI e pertence ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ensino de Geografia [NUPEG]. Foi Coordenador do Mestrado em Geografia da UFPI nos seguintes períodos: 2011/2013 e 2017/2019. Atualmente é Docente-Permanente do Mestrado em Geografia. Foi Docente do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente [PRODEMA] da UFPI [2015/2021]. Foi Coordenador-Adjunto do Curso de Especialização (lato sensu) em Planejamento Urbano e Gestão Socioambiental das Cidades na UFPI iniciado em 2019.

Armstrong Miranda Evangelista, possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (1993), Especialização em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2000), Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2007) e Pós-Doutorado em Geografia, linha Ensino de Geografia, pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2018-2019). Entre 2017 e 2023 publicou 4 artigos completos em periódicos, organizou 3 livros e publicou 4 capítulos de livros. Atualmente é professor efetivo Associado IV da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Geografia. É professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de geografia, geografia escolar, educação e currículo de Geografia. Participa do Núcleo de Pesquisa e Extensão em

Ensino de Geografia - NUPEG, desde a sua fundação até os dias atuais, sendo o atual Coordenador. Coordena ainda o grupo de pesquisa GEOEDUC no CNPQ.

Bartira Araújo da Silva Viana é doutora em Geografia pela IGC / UFMG (2009-2013). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo TROPEN / UFPI (2005-2007). Especialista em Pesquisa para o Ensino de Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2001-2003). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (1994-2000). Entre 2017 e 2023 publicou 14 artigos completos em periódicos, organizou 12 livros e publicou 16 capítulos de livros. Atualmente é professora em regime de Dedicção Exclusiva (Associado I), lotada na Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal do Piauí (Desde 21/08/2008). Participa do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia/Mestrado em Geografia (Desde 08/2016). Atualmente é Coordenadora do Mestrado em Geografia - PPGGEO-UFPI (Desde 15/04/2021 ...). Foi coordenadora do curso de Geografia da UFPI (De 04/2016 a 14/04/2021). É coordenadora do curso de Geografia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor/UFPI (Desde 2011 ...). Foi coordenadora do curso de História do Parfor/UFPI (2011-2022). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Ensino de Geografia, Análise ambiental, Geografia da Indústria e Serviços, Biogeografia, Geografia do Turismo e Geografia Urbana, atuando nos seguintes temas: Formação de professores e ensino de geografia, Educação ambiental, desenvolvimento sustentável, mineração, impactos ambientais, cidade, indústria, comércio e serviços, responsabilidade socioambiental, verticalização, segregação, agentes sociais, formas e processos espaciais, espaço urbano de Teresina. Membro dos grupos de pesquisa: GERUR (UFPI), GEODUC/NUPEG (UFPI), GAAE (UFPI) e Cidade, processos Urbanos e Políticas Públicas (UFPI), vinculados ao CNPq.

Carlos Sait Pereira de Andrade possui Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2009), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (1989). Entre 2017 e 2023 publicou 9 artigos completos em periódicos, organizou 1 livro e publicou 4 capítulos de livros. Atualmente é professor de Geografia na Universidade Federal do Piauí desde 1992. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Climatologia e Clima Urbano, atuando principalmente

nos seguintes temas: climatologia geográfica, clima urbano e ensino de geografia física.

Cláudia Maria Sabóia de Aquino possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (1999), Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (2002) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Entre 2017 e 2023 publicou 92 artigos completos em periódicos, organizou 10 livros e publicou 63 capítulos de livros. Atualmente é professora Associada III da Universidade Federal do Piauí, onde atua na pesquisa e no ensino de graduação e pós-graduação (Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFPI), em disciplinas e temas relacionados à Geografia Física. É líder do Grupo de Pesquisa Geodiversidade, Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação (GEOCON). Coordena juntamente com o professor Dr. Gustavo Souza Valladares, do Grupo de Pesquisa GEOGRAFIA FÍSICA. Tem experiência na área de Geografia física, com ênfase em Análise Ambiental. Tem interesse nos temas: Geografia Física (Geodiversidade, Geopatrimônio, Bacia hidrográfica, Desertificação, planejamento ambiental, problemática ambiental, dentre outros), Ensino de Geografia Física e Geografia, ambiente e turismo.

Edvania Gomes de Assis Silva é licenciada e bacharel em Geografia. Especialista em Geografia e Gestão Territorial. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Doutora em Geografia - Área de Concentração - Análise Regional e Regionalização. Atua nas áreas de Geografia e Meio Ambiente. Desenvolve pesquisas em Bacias Hidrográficas, Estudo da Paisagem. Gestão do Território, Gestão Social das Águas, Sustentabilidade, Meio Ambiente e Turismo. Entre 2017 e 2023 publicou 7 artigos completos em periódicos, organizou 5 livros e publicou 14 capítulos de livros. Atualmente ministra disciplinas de Geografia, Meio Ambiente e Geografia do Turismo para o curso de Graduação em Turismo (UFDFPar) e Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO/UFPI. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Sustentabilidade e Patrimônio em Bacias Hidrográficas - GESBHAP. (CNPq/UFDFPar). Membro do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia e Geoconservação (CNPq/UFPI). Membro do Grupo de Estudos Urbanos (GERUR/UFPI). Membro do Conselho da APA Delta do Parnaíba. Membro do Conselho de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ilha Grande - PI. Membro do Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia

- PPGGEO/UFPI. Membro do Grupo e Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Turismo (EITUR/UFPI).

Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque é doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (ProPGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Geografia. Especialista em Geoprocessamento e Graduado em Geografia pela UECE. Entre 2017 e 2023 publicou 48 artigos completos em periódicos, organizou 7 livros e publicou 39 capítulos de livros. É professor Ajunto III do Curso de Geografia (CCG/CCHL). Editor-Chefe da Revista Equador (UFPI). Integrante do Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica (Universidade de Lisboa/Portugal e UFPI). Membro da Rede de Pesquisa em Geotecnologias e Geografia Física - REGGEF (UFRN/URCA/UFPI/UEPB/UPE). Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq intitulado - Grupo de Estudos em Geotecnologias: Pesquisa e Ensino (UFPI). Coordenador do Laboratório de Geografia e Estudos Ambientais - Geoambiente/UFPI. Temas de interesse: Etnogeomorfologia, Geografia Física, Geotecnologias e Relação Sociedade/Natureza.

Giovana Mira de Espindola possui graduação em Engenharia Cartográfica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME, 2002) e em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2023), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2006), e doutorado em Sensoriamento Remoto também pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2012). Entre 2017 e 2023 publicou 30 artigos completos em periódicos e publicou 8 capítulos de livros. De 2012 a 2014 atuou como Executive Officer do Global Land Project (IGBP/IHDP), e durante 2017 foi membro do Comitê Científico do Future Earth (ICSU). Desde 2014 é professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura do Centro de Tecnologia. De 2016 a 2018 foi coordenadora do curso de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Atualmente é vice-diretora do Centro de Tecnologia da UFPI (2022-2026). Atua na pós-graduação como professora permanente dos cursos de: mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), e doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rede PRODEMA). Coordena em parceria o Laboratório de Geopolítica, Capitalismo e Natureza da UFPI.

Gustavo Souza Valladares é pesquisador Produtividade em Pesquisa CNPq – 2. Tem Pós-doutorado Geociências – UNICAMP – 2021 e Doutorado Ciência do Solo – UFRRJ – 2003. Entre 2017 e 2023 publicou 43 artigos científicos indexados, em revistas nacionais e internacionais. Organizou 1 livro e publicou 13 capítulos de livro. Orientou 9 mestres e 4 doutores (uma coorientação). Atualmente atua em projetos financiados pela FINEP, CNPq, Porto de Paranaguá e FAPEPI. Desde 2017, além desses projetos atuou em outros financiados pela Fundação Grupo Boticário e outros financiados pelo CNPq, FAPEMA e FAPEPI. É docente permanente do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, onde é subcoordenador. E do Mestrado em Geografia, ambos na UFPI.

Josélia Saraiva e Silva possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (1992), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2003) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007). Entre 2017 e 2023 publicou 7 artigos completos em periódicos, organizou 4 livros e publicou 7 capítulos de livros. Atualmente exerce o cargo de Professora Associada III no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Federal do Piauí e atua, também, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) dessa mesma instituição, na qualidade de docente permanente. Atuou durante dezoito anos como Técnica em Assuntos Educacionais no Ministério da Educação (DEMEC-PI). Foi professora da rede municipal de ensino em Teresina - Piauí, no período de 1993 a 2008. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia escolar, representação social, aprendizagem significativa e metodologias para o ensino de geografia.

Mugiany Oliveira Brito Portela possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (2000), mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (2005) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2017). Entre 2017 e 2023 publicou 11 artigos completos em periódicos, organizou 6 livros e publicou 21 capítulos de livros. Participou do projeto com financiamento intitulado Projetos de formação de professores de Geografia: 10 anos após as Diretrizes Curriculares, sediado na Universidade federal de Goiás. Atualmente é professora do curso de Pós-graduação da Universidade Federal do Piauí e professora adjunta da Universidade Federal do

Piauí. Atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de geografia, ensino de cidade e currículo. Participa do GCEF, NUPEG, GAAE e NEPEG. Foi professora coordenadora da RP de Geografia e coordenadora do PIBID Geografia-UFPI.

Raimundo Jucier Sousa de Assis é Professor do Curso de Graduação em Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP 2012/2017). Entre 2017 e 2023 publicou 27 artigos completos em periódicos, organizou 16 livros e publicou 80 capítulos de livros. Atualmente tem atuado como professor na área de geografia humana, pesquisando e orientando sobre a geopolítica do capitalismo articulada à história da geografia, à história territorial, à modernização do território e aos ordenamentos territoriais nas periferias do mercado mundial. Esses estudos têm sido desenvolvidos e coordenados a partir da liderança do Diretório de Pesquisa Geopolítica, Capitalismo e Natureza, vinculado ao CNPq, e da Coordenação do Laboratório de Geopolítica e Estudos Territoriais no Centro de Ciências Humanas e Letras, da UFPI, em Teresina.

Raimundo Lenilde de Araújo tem pós-doutoramento em andamento (2023, IGOT/ULISBOA). Pós-doutorado em Ensino de Geografia/Educação Ambiental; Doutor em Educação Brasileira e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Especialista em Ensino de Geografia e Graduado em Geografia - Licenciatura (UECE). Entre 2017 e 2023 publicou 8 artigos completos em periódicos, organizou 1 livro e publicou 8 capítulos de livros. É professor Efetivo, Classe Associado II, da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com atividade profissional no curso de Licenciatura em Geografia (Graduação), no Programa de Pós-graduação em Geografia/Mestrado/UFPI e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/Doutorado/UFPI, com a realização de estudo, pesquisa, extensão, publicação, orientação e supervisão, formação contínua de Docentes em Geografia com ênfase em Geografia Humana: Geografia urbana; espaço urbano e instituições educacionais; história do pensamento geográfico; estágio curricular para o ensino em Geografia; história da disciplina Geografia; metodologias do ensino de Geografia; currículo, avaliação e ensino de Geografia e educação ambiental, além de participação em bancas examinadoras de graduação, pós-graduação e concursos públicos. Tem experiência em Comitê de Ética em Pesquisa - CEP. Tem participação

em eventos nacionais e internacionais, articulações acadêmicas com institutos e universidades brasileiras, como UFG, UFC, UnB, UFPB, UFRN, UERN, UFSC, UVA, UFRR, IFPI, e internacionais como a Universidade de Lisboa e Universidade de Coimbra, em Portugal e a Universidade de Valência, na Espanha. Como integrante de rede de Pesquisa internacional sou Membro Efetivo do Conselho Mundial, Embaixador no Brasil e Coordenador, no Piauí, do Projeto Nós Propomos!. Participa do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica - NEPEG, Geografia/UFG e do Grupo de pesquisa em Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia GEAF/UnB. É membro efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e é membro da Rede de Pesquisadores Norte e Nordeste de Geografia - RENNEGEO. Idealizador e atual coordenador do Laboratório de Formação Docente e Ensino de Geografia - LAFDEAGEO, Geografia/UFPI.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Seminário do Meio Termo:** Geografia, Área 36: palestras. Brasília: CAPES, 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Plataforma Sucupira:** Ficha de Avaliação do Programa de Pós-graduação em Geografia, Brasília: CAPES, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação – PRPG. **PDU 2023-2024:** Planejamento Tático para o biênio 2023-2024 e o Plano Operacional 2023 da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação, Teresina: UFPI, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI nº 98, de 15 de julho de 2021.** Dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros(as), pretos(as), pardos(as), indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pósgraduação, stricto sensu, da Universidade Federal do Piauí, Teresina: UFPI, 2021.

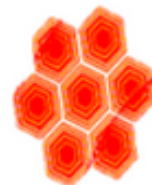
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI:** 2020-2024 Teresina: UFPI, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Autoavaliação Institucional da UFPI - 2018.** Teresina: UFPI, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI nº 236,12 de dezembro de 2013.** Aprova Programa de Capacitação Interna. Teresina: UFPI, 2013.



Apêndice A - Regimento PPGGEO - Doutorado



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO-PPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGGEO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGGEO**

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), apresenta o Regimento Geral do Programa, com as diretrizes para a gestão e acompanhamento.

REGIMENTO GERAL

CAPÍTULO I

OBJETIVOS, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Art. 1º - O Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) tem como objetivo geral formar profissionais, em nível de Doutorado em Geografia com condições de analisarem, criticamente, processos estabelecidos pela sociedade na utilização do território e dos recursos ambientais do espaço geográfico brasileiro, com ênfase na escala regional, na qual se insere o território piauiense, no sentido de evidenciar as questões decorrentes dessas interações, sob a perspectiva da ciência geográfica. Neste contexto, a capacitação de profissional docente em Geografia para o desenvolvimento da educação geográfica, configura-se como a necessidade de profissionais comprometidos com o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade e a melhoria da qualidade de vida da população e do ensino como um todo.

Art. 2º - Em seus objetivos específicos, o PPGGEO/UFPI pretende:

§ 1º - Promover a formação continuada de profissionais com graduação em Geografia e áreas afins para que possam obter o título de mestre em Geografia;

§ 2º - Formar profissionais qualificados para contribuírem com o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão em instituições de Ensino da Educação Básica e do Ensino Superior.

§ 3º - Aproximar a Universidade Federal do Piauí a outras instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil e no exterior, no intuito de fortalecer reflexões teóricas, bem como a produção de conhecimento em Geografia.

§ 4º - Promover a realização de pesquisas e atividades correlatas que contribuam para o conhecimento e desenvolvimento do Estado do Piauí e da Região Nordeste, principalmente nos setores de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 3º - O PPGGEO tem como Área de Concentração Organização do Espaço e Educação Geográfica e organiza-se em torno das seguintes linhas de pesquisa: I - Estudos Regionais e Geoambientais e II - Ensino de Geografia.

§ 1º - A linha de pesquisa Estudos Regionais e Geoambientais propõe a realização de estudos sobre a organização e estratégias de gestão do espaço regional brasileiro, suas relações com os processos urbanos e rurais, em especial no território piauiense. Deste modo, visa realizar estudos das infraestruturas econômicas e dos arranjos espaciais, considerando fatores históricos estruturantes e nexos territoriais e ambientais. Em decorrência, propõe levar em consideração os estudos geográficos em diferentes escalas, analisando a dinâmica da natureza e inserção de novas geotecnologias, tanto em seus aspectos característicos quanto em suas relações com a cultura e a sociedade. Em razão disso, a linha preconiza, também, a reflexão e a execução de estudos sobre o pensamento geográfico e os aspectos epistemológicos e metodológicos.

§ 2º - A linha de pesquisa em Ensino de Geografia propõe realizar estudos a respeito dos conhecimentos ligados ao ensino da disciplina, no tocante aos aspectos históricos, teóricos, epistemológicos e metodológicos, tendo como escopo a qualificação de professores de Geografia de diversos níveis de ensino em relação ao domínio desses conhecimentos. Nesse sentido, objetiva-se acumular diversas contribuições teóricas da educação para a Geografia, concernentes ao estudo do currículo, das teorias da aprendizagem, da formação docente e das práticas pedagógicas, orientando-os, principalmente, para a realidade educacional brasileira e piauiense. Neste último caso, concentra esforços no resgate da produção geográfica escolar e nas racionalidades que fundamentam a prática professoral nas instituições educacionais do Estado.

CAPÍTULO II

GESTÃO

Art. 4º - A gestão do PPGGEO/UFPI será formada por três estruturas:

§ 1º - Coordenação

§ 2º - Secretaria

§ 3º - Colegiado

Art. 5º - A Coordenação do PPGGEO, será composta pelo(a) coordenador(a) e subcoordenador(a), sendo que um(a) deve ser representante docente da linha de

pesquisa de estudos regionais e um(a) representante docente da linha de ensino de Geografia e será exercida pelos membros eleitos.

§ 1º - O mandato de coordenador e de subcoordenador será de dois anos consecutivos, renovável, por igual período, uma vez.

§ 2º - Nas faltas e nos impedimentos do coordenador, suas funções serão exercidas, para todos os efeitos, pelo subcoordenador.

§ 3º - Nas faltas e nos impedimentos do coordenador e do subcoordenador, simultaneamente, a função de coordenador será exercida pelo professor mais antigo no Programa, ou seja, pelo decano e deve pertencer ao grupo de professores permanentes;

§ 4º - No impedimento permanente ou na renúncia do coordenador e do subcoordenador, a substituição será feita por meio de eleição em reunião do Colegiado do PPGGEO, convocada para este fim pelo membro mais antigo no Programa, ou seja, o decano. O mandato corresponderá ao período restante do mandato dos membros a serem substituídos.

Art. 6º - A coordenação do PPGGEO tem as seguintes competências:

I - Promover a supervisão didática do PPGGEO, exercendo as atribuições daí decorrentes.

II - Propor aos órgãos competentes providências para a melhoria do ensino e das atividades pertinentes ao PPGGEO.

III - Propor ao Colegiado a oferta de disciplinas em cada período letivo.

IV - Submeter ao Colegiado, à época devida, o plano de atividades a ser desenvolvido em cada período letivo.

V - Convocar consulta para a Coordenação do PPGGEO.

VI - Presidir as reuniões do Colegiado do PPGGEO.

VII - Submeter ao Colegiado os processos de aproveitamento de disciplinas.

VIII - Propor ao Colegiado a constituição de Comissões para tratar de assuntos de interesse do PPGGEO, indicando os nomes de seus membros efetivos e suplentes.

IX - Encaminhar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), a fim de que sejam analisadas pela Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG) e encaminhadas ao CEPEX, as propostas de modificação no Regimento Interno, após aprovação pelo Colegiado.

XI - Submeter ao Colegiado para depois encaminhar à CPG/PRPG, a fim de que seja remetido à CAPES, Relatório anual de atividades para fins de avaliação institucional do PPGGEO.

XII - Encaminhar à CPG/PRPG, após parecer favorável do orientador, o pedido de trancamento de matrícula do discente.

XIII - Presidir a Comissão de Bolsas do Programa cujas funções serão regidas por normas da CAPES.

XIV - Encaminhar à CPG/PRPG, em tempo oportuno, em consonância com as determinações da Comissão de Bolsa, as suas respectivas necessidades.

XVI - Submeter ao Colegiado do PPGGEO a indicação de orientadores(as), e, quando for o caso, de co-orientadores(as) de discentes do Programa, ouvidas as partes interessadas.

XVII - Propor ao Colegiado do PPGGEO o credenciamento ou descredenciamento e o recredenciamento de professores do corpo docente do Programa, conforme os procedimentos previstos para cada categoria de docente, neste Regimento.

XVIII - Promover avaliações periódicas anuais do corpo docente, tendo em vista o cumprimento de critérios estabelecidos em processos de avaliação dos Programas de Pós-Graduação normatizados pela CAPES ou da Universidade.

XIX - Representar o PPGGEO junto às suas instâncias superiores e entidades de fomento, pesquisa e Pós-Graduação.

XX - Aprovar por *ad referendum*, em casos de urgência, processos que se imponham em matéria de competência da Coordenação, submetendo seu ato à ratificação do Colegiado na primeira reunião subsequente.

XXI - Exercer o voto de qualidade nas reuniões do Colegiado.

XXII - Exercer as demais atribuições que se incluem no âmbito de sua competência.

Parágrafo Único - A Comissão de Bolsas, referida no inciso XIII deste Artigo, será composta pelo coordenador do PPGGEO, por um representante docente do Colegiado e por um representante discente eleito entre seus pares e que não seja apto a receber bolsa.

Art. 7º - A Secretaria Administrativo/Acadêmica do Programa será exercida por um(a) servidor(a) técnico(a) administrativo(a), que terá as seguintes atribuições:

I - Organizar, coordenar e controlar os trabalhos da Secretaria.

II - Informar, processar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades didáticas e administrativas.

III - Organizar e manter atualizados a legislação e outros instrumentos legais.

IV - Sistematizar informações, organizar prestações de contas e elaborar relatórios.

V - Secretariar as reuniões do Colegiado e manter em dia o livro de Atas.

VI - Manter em dia o inventário de equipamentos e material permanente.

VII - Manter os docentes e discentes informados sobre resoluções do Colegiado e dos demais órgãos superiores da Universidade.

VIII - Expedir documentos e fornecer informações ao corpo docente e discente.

Art. 8º - O colegiado do PPGGEO será composto pelo(a)s o(a)s docentes da categoria permanente e colaborador e pela representação de pós-graduando(a)s, na proporção disposta na legislação em vigor:

§ 1º - Para efeito de deliberação, as reuniões do Colegiado do PPGGEO serão realizadas conforme segue:

a) em primeira chamada, com a presença da maioria absoluta, ou seja, dois terços do colegiado permanente;

b) em segunda chamada, com maioria simples, após quinze minutos do horário agendado para a primeira convocação, com a metade mais um do colegiado permanente e:

c) em terceira convocação após quinze minutos do horário agendado para a segunda convocação, com a quantidade mínima de um terço do colegiado permanente.

§ 2º - Deverá ser eleito um representante discente nas Categorias Titular e Suplente dentre todos os regularmente matriculados no período vigente ao mandato, o qual será de até doze (12) meses e será escolhido a partir da turma ingressante, cabendo-lhes representar o corpo discente nas reuniões do Colegiado do PPGGEO e outros.

§ 3º - A escolha do(a) representante discente será organizada pela coordenação do PPGGEO.

Art. 9º - O colegiado do PPGGEO terá as seguintes atribuições:

§ 1º - O colegiado do PPGGEO tem caráter deliberativo.

§ 2º - As atividades do colegiado, bem como a análise de temáticas, serão discutidas a partir de protocolo de processos.

I - Eleger, dentre os professores da categoria permanente, o(a) coordenador(a) e o(a) subcoordenador(a) que integrarão a Coordenação do PPGGEO.

II - Aprovar o credenciamento e o descredenciamento, a cada 02 (dois) anos, de professores no corpo docente do Programa, atendidas as exigências para cada caso.

III - Aprovar e sugerir modificações no Regimento relativas ao funcionamento do PPGGEO.

IV - Aprovar a inclusão ou a exclusão de disciplinas do PPGGEO, bem como a reformulação de seus respectivos planos de atividades.

V - Aprovar a indicação de membros para compor a formação de Comissões de interesse do Programa, tais como: Comissão de Seleção, Comissão Julgadora de Tese, Comissão de Exame de Qualificação, Comissão de Bolsas do PPGGEO ou outras que se fizerem necessárias.

VI - Aprovar os critérios e homologar os resultados dos processos seletivos de ingresso de discentes.

VII - Aprovar a indicação dos professores orientadores e, quando for o caso, dos professores(as) coorientadores(as) dos discentes do Programa, proposta pela Coordenação do PPGGEO e ouvidas as partes interessadas. Os professores coorientadores poderão ser membros de outros colegiados de Programas de Pós-graduação.

VIII - Aprovar, ouvindo o(a) atual orientador(a), a mudança de professor(a) orientador(a).

X - Aprovar, com base em parecer de um relator membro do Colegiado do PPGGEO, o aproveitamento de créditos de Pós-Graduação.

XI - Decidir sobre propostas de desligamento de discentes, encaminhadas pela Coordenação do PPGGEO.

XII - Apreciar e deliberar sobre recursos, em primeira instância, em assuntos que dizem respeito ao Programa.

XIII - Exercer as demais atribuições que se incluam, implícitas ou explicitamente, no âmbito de sua competência.

CAPÍTULO III

CORPO DOCENTE

COMPOSIÇÃO

Art. 10º - O corpo docente do PPGGEO é composto por três categorias de docentes:
I - Docentes Permanentes, que constituem o núcleo central de docentes do Programa.
II - Docentes e/ou Pesquisadores Visitantes.
III - Docentes Colaboradores (internos e externos à instituição).

Art. 11º DOCENTES PERMANENTES

§ 1º - Integram a categoria de permanente os docentes enquadrados e declarados anualmente pelo PPGGEO na Plataforma Sucupira e que atendam aos ~~te~~ seguintes pré-requisitos:

- I - Vínculo funcional-administrativo permanente com a UFPI;
- II - Caso o docente seja vinculado a outras IES, deve atender ao limite máximo de 30% do colegiado permanente, com anuência da Pró-reitoria de Pós-graduação ou órgão equivalente da instituição de origem;
- III – Vínculo permanente e desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na Pós-Graduação e/ou graduação.
- IV - Participação em projetos de pesquisa com comprovante de cadastro na CGP/UFPI ou órgãos equivalentes da instituição de origem para professores vinculados a outras IES.
- V - Orientação de alunos do PPGGEO/UFPI, sendo devidamente credenciado como orientador pela instituição.

§ 2º - A atuação como Docente Permanente poderá se dar, no máximo, em até (02) dois PPG's ou até 03 (três) PPG's, com justificativa relacionada a redução das assimetrias regionais, não podendo ultrapassar 30% dos docentes do Programa.

I - O docente poderá ser declarado como integrante do colegiado, em qualquer combinação de PPG's, sejam eles programas acadêmicos ou profissionais, programas com composição tradicional, em redes ou outras formas associativas, de quaisquer áreas de avaliação de quaisquer instituições, desde que atue em, no máximo, (02) dois PPG's, permanente com vínculo na UFPI e colaborador com vínculo em outras IES ou até 03 (três) PPG's, com justificativa relacionada a redução das assimetrias regionais, não podendo ultrapassar 30% dos docentes do Programa.

II - A carga horária dedicada a cada PPG do qual participe como Docente Permanente deverá ser estabelecida com os respectivos Coordenadores dos PPG's, respeitando-se o regime jurídico pelo qual sua relação trabalhista é regida, bem como as orientações previstas nos Documentos de Área;

III - A permanência ao longo do quadriênio, do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo PPGGEO, será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemáticos e anual, pela Coordenação e/ou Comissão aprovada pelo Colegiado e designada pela Coordenação em cumprimento às diretrizes de avaliação de área de

Geografia e/ou Diretoria de Avaliação da CAPES, bem como plano de metas do PPGGEO;

IV - Por ocasião de acompanhamento e avaliação, serão deles requeridas as justificativas das ocorrências de credenciamento e descredenciamento, bianualmente, dos integrantes desta categoria, de acordo com as regras definidas que devem constar, obrigatoriamente, no respectivo Regimento, conforme regras específicas, criadas, analisadas, avaliadas e aprovadas pelo Colegiado do PPGGEO.

§ 3º - A relação de orientando/orientador deve atender às orientações previstas pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES) e nos Documentos de Área, ou seja, preferencialmente, o mínimo de (01) um(a) orientando(a) por orientador(a) a cada 04 anos;

§ 4º - A pontuação da produção intelectual dos Docentes Permanentes, entre os PPG's dos quais participa, será definida em cada área de avaliação, atendidas as diretrizes que possam ser estabelecidas na grande área de conhecimento e pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como aquelas emanadas da Diretoria de Avaliação.

Art. 12º - Dos docentes e Pesquisadores Visitantes

§ 1º - Integram a Categoria de Visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional-administrativo com outras instituições, brasileiras ou e/ou estrangeiras, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo e em regime de Dedicção Integral, em Projeto de Pesquisa e/ou atividades de ensino no Programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

§ 2º - A atuação dos docentes e/ou pesquisadores visitantes no Programa deverá ser viabilizada por tempo determinado, com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.

§ 3º - A pontuação da produção intelectual dos docentes visitantes será definida em cada área de avaliação, atendidas as diretrizes que possam ser estabelecidas na grande área de conhecimento e pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como aquelas emanadas da Diretoria de Avaliação.

Art. 13º - Dos Docentes Colaboradores

§ Único - Integram a Categoria de Colaboradores os demais membros do corpo docente do Programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como Docentes Permanentes ou como visitantes. O desempenho de atividades esporádicas como conferencista, membro de Banca Examinadora ou coautor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do Programa, não podendo este ser enquadrado como Docente Colaborador.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14º - São atribuições do Corpo Docente:

§ 1º - Ministras, no mínimo, duas disciplinas por cada quadriênio ou duas turmas de uma mesma disciplina.

§ 2º - Orientar e/ou coorientar, no mínimo, (01) uma tese de doutorado, por cada quadriênio.

§ 3º – Ter projeto de pesquisa cadastrado na CGP/UFPI e/ou como pesquisador de produtividade em pesquisa na UFPI ou CNPq ou outros órgãos de fomento;

§ 4º – Participante do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq;

§ 5º - Participar de Comissões e de Bancas estabelecidas pelo Colegiado do PPGGEO, bem como atender a convites de outras instituições.

§ 6º - Contribuir para a produção científica do PPGGEO, a partir de metas estabelecidas pelo Colegiado do PPGGEO, a cada ano.

§ 7º - Desempenhar outras atividades pertinentes ao Programa.

§ 8º - Frequentar pelo menos 75% das reuniões do Colegiado.

§ 9º - Caracteriza-se como justificativa de faltas: Atestado Médico; convocação para reunião de Conselho Superior; viagem a serviço, participação em bancas externas e internas, eventos científicos. Em casos omissos, a justificativa será avaliada pelo colegiado.

Art. 15º - Da Categoria de docentes Colaboradores:

§ 1º - Ministrar, no mínimo, (01) uma disciplina por cada quadriênio

§ 2º - Orientar e/ou coorientar, no mínimo, (01) uma tese de doutorado, por cada quadriênio.

§ 3º – Ter projeto de pesquisa cadastrado na CGP/UFPI e/ou como pesquisador de produtividade em pesquisa na UFPI ou CNPq ou outros órgãos de fomento;

§ 4º – Participante do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq;

§ 5º - Participar de Comissões e de Bancas estabelecidas pelo Colegiado do PPGGEO, bem como atender a convites de outras instituições.

§ 6º - Contribuir para a produção científica do PPGGEO, a partir de meta estabelecida pelo Colegiado do PPGGEO, a cada ano, definido a partir da meta para docentes permanentes.

§ 7º - Desempenhar outras atividades pertinentes ao Programa.

§ 8º - Frequentar pelo menos 75% das reuniões do Colegiado.

§ 9º - Caracteriza-se como justificativa de faltas: Atestado Médico; convocação para reunião de Conselho Superior; viagem a serviço, participação em bancas externas e internas e eventos científicos. A justificativa será avaliada pelo colegiado.

Art. 16º - Da Categoria Visitante. Segue normatização específica.

DO CREDENCIAMENTO

Art. 17º - O credenciamento para a participação como integrante do corpo docente do PPGGEO, como professor do Quadro Permanente, para o exercício das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, far-se-á a partir de convite formulado pela Coordenação do PPGGEO e homologado pelo Colegiado do PPGGEO, exclusivamente para recém-doutores lotados na coordenação do curso de Geografia/UFPI.

§ 1º - Para professores efetivos permanentes da UFPI, o ingresso ocorrerá a partir de convite formulado pela Coordenação do Programa e homologado pelo Colegiado do

PPGGEO. Ao ser feito o credenciamento como permanente, tem direito a voz e voto. O credenciamento inicial ocorrerá exclusivamente para o Doutorado. O candidato deverá protocolar a seguinte documentação:

I - Carta de intenções, com a manifestação do interesse e justificativa em participar das atividades do Programa.

II - Indicação de proposta de disciplinas e suas respectivas ementas, dentre aquelas da estrutura curricular do Programa, acompanhada de referências bibliográficas atualizadas.

III - Cópia do Currículo *Lattes* atualizado, integrado ao ORCID.

IV - Cópia do Projeto de Pesquisa vigente, com seu respectivo comprovante de cadastro junto a CGP/UFPI e/ou outras instituições.

V - Apresentar cópia de comprovação como participante do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq;

VI - A solicitação de vínculo deverá ser indicada a uma das linhas de pesquisa do Programa.

§ 2º - Para professores externos à UFPI e candidato a Docente Colaborador Externo, o candidato deverá atender aos requisitos deste Regimento a partir de habilitação em Processo Seletivo regulamentado por Edital publicado pela Coordenação do PPGGEO. Ao ser feito o credenciamento como Colaborador Externo, o(a) docente terá direito a voz e voto. O credenciamento de docente colaborador externo é feito exclusivamente para o Doutorado. O candidato deverá protocolar a seguinte documentação.

I - Carta de intenções, com a manifestação do interesse e justificativa em participar das atividades do Programa.

II - Indicação de proposta de disciplinas e suas respectivas ementas, dentre aquelas da estrutura curricular do Programa acompanhada de referências bibliográficas atualizadas.

III - Cópia do Currículo *Lattes* atualizado e comprovado, integrado ao ORCID.

IV - Cópia do Projeto de Pesquisa vigente, com comprovante de seu respectivo cadastro junto à instituição de origem.

V - Comprovante de vínculo ao Grupo de Pesquisa, certificado na IES de origem e cadastrado junto ao CNPq.

VI - A solicitação de vínculo deverá ser indicada a uma linha de pesquisa do Programa.

§ 3º- A quantidade de Professores Colaboradores, integrantes da Categoria de Professor Colaborador Interno e Professor Colaborador Externo, não poderão exceder a 30% do Corpo Docente Permanente.

§ 4º- A composição do corpo docente do PPGGEO – Professores Permanentes, Professores Colaboradores Internos e Professores Colaboradores Externos deverá obrigatoriamente ser, no mínimo, de 70% com formação em Geografia, em nível de Graduação, Mestrado e/ou Doutorado.

DA AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESCRENCIAMENTO

Art. 18º - Os membros do Quadro Docente Permanente e Colaboradores terão seu desempenho avaliado bianualmente, conforme os interesses do Programa e regulamentação da CAPES.

Art. 19º - Será iniciado o processo de avaliação para descredenciamento a partir do acompanhamento anual de desempenho de cada docente e por categoria;

Art. 20º - Docente permanente que não alcançar o perfil mínimo sugerido pela comissão de avaliação e homologada pelo colegiado, será remanejado para docente colaborador;

Art. 21º - Docente colaborador que não alcançar o perfil mínimo sugerido pela comissão de avaliação e homologada pelo colegiado, será descredenciado do programa e o trabalho de orientação será redistribuído para o corpo docente permanente e colaborador do PPGGEO;

Art. 22º – O acompanhamento e avaliação do corpo docente será realizada pela comissão de acompanhamento formada por três membros permanentes e dois membros suplentes e deverá ser homologada pelo colegiado do Programa;

§ 1º – A comissão de avaliação será formada pelo(a) coordenador(a) do Programa e por um(a) representante de cada linha de pesquisa do PPGGEO;

§ 2º – A comissão tem a missão de elaborar o instrumento de avaliação conforme o anexo 01, realizar a avaliação bianual e apresentar relatório ao colegiado com as sugestões de credenciamento, descredenciamento e/ou credenciamento;

§ 3º – Os instrumentos de avaliação e acompanhamento deverão ser analisados, estudados e atualizados anualmente, conforme necessidades do programa e regulamentação da CAPES, bem como em função de atualizações de legislação pertinente à pós-graduação.

CAPÍTULO IV

DO CORPO DISCENTE

Art. 23º - O Corpo Discente do PPGGEO é formado por discentes portadores de diplomas de cursos de Graduação, oriundos de Instituições de Ensino Superior, nacionais e estrangeiras, com todos os direitos e deveres definidos pela legislação pertinente. Podem ser:

§ 1º - Discente exclusivo do PPGGEO - aquele(a)s que forem aprovados e classificados em Processo Seletivo, regulamentado por edital específico e que realizaram matrícula institucional e matrícula curricular no PPGGEO/UFPI;

§ 2º - Discente em mobilidade acadêmica interna - discentes que realizaram matrícula institucional em outros programas da UFPI e efetivaram matrícula curricular em componentes curriculares do PPGGEO/UFPI;

§ 3º - Discente em mobilidade acadêmica externa - discentes que realizaram matrícula institucional em programas de outras instituições e efetivaram matrícula curricular no

PPGGEO/UFPI. Os discentes interessados devem apresentar a seguinte documentação comprobatória:

I - Comprovante de matrícula na instituição de origem;

II - Requerimento com solicitação de matrícula em componente curricular integrante da estrutura curricular do PPGGEO/UFPI, assinado pelo(a) orientador(a);

§ 4º - Discentes especiais não vinculado(a)s a PPG - critérios para solicitar matrícula em componente curricular do PPGGEO/UFPI:

I - Candidato classificado em processo seletivo coordenado pelo PPGGEO/UFPI, ou seja, que não fez matrícula institucional por falta de vagas;

II - Candidato classificado em processo seletivo coordenado por PPG autorizado pela CAPES e integrante do sistema nacional de pós-graduação, vinculado a IES autorizada pelo MEC, porém, que não fez matrícula institucional por falta de vagas;

III - Será permitido até 20% em relação à oferta por componente curricular por período letivo para discentes especiais não vinculado(a)s a PPG, mediante consulta prévia ao docente responsável pela disciplina.

CAPÍTULO V

DA ADMISSÃO E DA MATRÍCULA

Art. 24º - O ingresso no PPGGEO ocorrerá mediante Exame de Seleção, realizado uma vez por ano, salvo exceções que obriguem a se fazer mais uma seleção no mesmo ano.

§ 1º - O Edital de abertura das inscrições para a Seleção será homologado pelo Colegiado do PPGGEO, que indicará o número de vagas, as condições exigidas dos candidatos, datas, horários e locais em que as provas serão realizadas, bem como os critérios de avaliação.

§ 2º - Poderão inscrever-se para o Exame de Seleção, portadores de Diploma de Graduação e de mestrado, reconhecido pelo MEC, que apresentarem a documentação conforme Edital de Seleção; ou ainda discentes de Pós-graduação (mestrado), com entrega de certidão ou declaração emitida pela instituição de origem.

Art. 25º - A matrícula distingue-se em Institucional, que assegura ao candidato a condição de membro do corpo discente do PPGGEO/UFPI e Curricular, renovável a cada período letivo, por disciplina e/ou atividade, que assegura ao discente regular o dever de cumprir o currículo para obtenção do Diploma de Mestre.

Art. 26º - Não será permitida a matrícula simultânea em instituição pública, de acordo com a Lei. 12.089 de 11 de novembro de 2009, em:

§ 1º - Dois cursos de Pós-Graduação stricto sensu.

§ 2º - Um curso de Pós-Graduação stricto sensu e um curso de Graduação.

§ 3º - Um curso de Pós-Graduação stricto sensu e um curso de Pós-Graduação lato sensu.

§ 4º - Para efeitos do que trata o caput deste Art., no Edital de Seleção deverá constar a observância dos § 1º, § 2º e § 3º.

Art. 27° - Para a Matrícula Institucional, exigir-se-á documentação determinada pela legislação da Pós-Graduação stricto sensu em vigor na UFPI.

Parágrafo Único - O discente que, na Matrícula Institucional, não apresentar o diploma de Graduação, perderá o direito à vaga, podendo ser substituído por outro, conforme a ordem de classificação do Processo Seletivo.

Art. 28° - A matrícula curricular poderá ser feita com aproveitamento de estudos, conforme legislação específica da UFPI.

§ Único - Em disciplinas constantes da estrutura curricular do PPGGEO/UFPI, exceto:

- a) Seminário de Introdução ao Curso
- b) Seminário de Projetos de Pesquisa
- c) Qualificação
- d) Tese

Art. 29° - Será permitido ao discente cancelar matrícula em até uma disciplina semestralmente, tendo em vista parecer favorável do orientador e aprovação do Colegiado.

Art. 30° - Será permitido ao discente, por motivo de doença, devidamente comprovado pela Perícia Médica da Universidade, o trancamento disciplina do PPGGEO pelo prazo máximo de até doze meses, não sendo o período do trancamento computado para fins de tempo máximo de integralização do PPGGEO.

CAPÍTULO VI

DOS CRÉDITOS E DA ESTRUTURA CURRICULAR DO PPGGEO DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Art. 31° – A estrutura curricular é o conjunto de disciplinas, obrigatórias e optativas, e atividades para todo(a)s o(a)s discentes do Doutorado em Geografia da UFPI.

§ 1° - A estrutura curricular do Doutorado em Geografia da UFPI poderá ser atualizada a qualquer momento, no todo e/ou em partes, inclusive de forma isolada com alteração e/ou atualização de ementas e/ou bibliografia;

§ 2° - Qualquer alteração na estrutura curricular do Doutorado em Geografia da UFPI será realizada por comissão nomeada pela coordenação do Doutorado e validada pelo colegiado;

§ 3° - A comissão nomeada para realizar estudos, sugestões e alterações na estrutura curricular do Doutorado em Geografia da UFPI apresentará ao colegiado o resultado do trabalho realizado e receberá sugestões;

§ 4° - A comissão nomeada finalizará os trabalhos e encaminhará a coordenação para os procedimentos de avaliação pelo colegiado do doutorado;

§ 5° - Após análise e aprovação pelo colegiado do doutorado em Geografia, a estrutura curricular constará em anexo 02 deste regimento;

Art. 31° - A unidade básica para a avaliação e duração das disciplinas é o crédito, que corresponde a quinze horas-aula.

Art. 32° - O Doutorado em Geografia deverá obedecer aos seguintes requisitos:

§ 1º - Duração mínima de (24) vinte e quatro meses, duração máxima de (48) quarenta e oito meses contados a partir da matrícula institucional;

§ 2º - a prorrogação por (12) meses, ou seja, para alcançar (60) meses, será solicitada pelo(a) doutorando(a) e pelo(a) orientador(a), com exposição de motivos justificados e comprovados, com abertura de processo no protocolo geral da UFPI e encaminhado à coordenação do PPGGEO/UFPI.

§ 3º - Obrigatoriedade de apresentação oral e defesa de tese, correspondente a doze créditos.

§ 4º - Proficiência, em pelo menos, duas línguas estrangeiras, de acordo com as exigências das Resoluções CEPEX 198/07 e 225/13

§ 5º - Integralização dos estudos em disciplinas, devendo o discente completar um mínimo de quarenta e oito créditos, dentre os quais, pelo menos, dezoito (18) ofertados pelo PPGGEO.

§ 6º - A complementação dos créditos, visando à integralização dos estudos, poderá ser feita em áreas afins, em outros cursos ofertados pela UFPI ou outras IES credenciadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desde que seja de interesse para o desenvolvimento da Tese do discente.
Parágrafo único – Os créditos acima citados estão de acordo com a Resolução 189/07 do CEPEX (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) da UFPI.

Art. 33º - o Exame de Qualificação não conta créditos e deverá ser realizado após a conclusão dos créditos mínimos até (18) dezoito meses contados a partir da matrícula institucional

§ Único - Poderá ser feito pedido de prorrogação por até (06) meses, solicitada pelo(a) doutorando(a) e pelo(a) orientador(a), com exposição de motivos justificado e comprovado, com abertura de processo no protocolo geral da UFPI e encaminhado à coordenação do PPGGEO/UFPI.

Art. 34º - Os créditos a serem obtidos/cumpridos obedecerão à seguinte distribuição:

§ 1º - Vinte e quatro de disciplinas obrigatórias.

§ 2º - Doze em disciplinas optativas (mínimo), conforme estrutura curricular do PPGGEO, criada, revisada, analisada e aprovada pelo Colegiado do PPGGEO e integrante do Plano de Desenvolvimento Estratégico do PPGGEO/UFPI.

§ 3º - Doze créditos optativos, até 18 créditos poderão ser cursados em outros PPG.

§ 3º - A tese corresponde a 12 créditos.

Art. 35º - Os componentes curriculares do PPGGEO poderão, a qualquer tempo, por solicitação de membros do corpo docente ou da Coordenação ser alterados, desde que a referida solicitação seja aprovada pelo Colegiado do PPGGEO.

Art. 36º - O discente poderá requerer aproveitamento de até 12 (doze) créditos de disciplinas cursadas em outros cursos de Pós-Graduação stricto sensu, a critério do orientador e aprovação pela coordenação.

§ 1º - Somente poderão ser aceitas disciplinas que tenham sido cursadas até dois anos antes da Matrícula Institucional do candidato no PPGGEO.

§ 2º - Para os fins do disposto neste Art., o candidato deverá fornecer os certificados de conclusão com aproveitamento, acompanhados dos respectivos Planos de Cursos das disciplinas cursadas, contendo as seguintes informações: Nome do curso de pós-graduação, nome da disciplina, carga horária, número de créditos, nota e/ou conceito, nome do(s) professor(es) ministrante(s), com sua respectiva titulação.

§ 3º - A disciplina de Estágio de Docência é obrigatória para doutorando(a)s bolsistas. Será ofertada, em formato de disciplina, em nome do(a) orientador(a) ou do professor responsável, com carga horária de até 50% do componente curricular. Para não-bolsista é uma disciplina optativa com os mesmos critérios. O(a) doutorando(a) não substitui o professor da disciplina.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO E DO DESEMPENHO ACADÊMICO

Art. 37º - A avaliação do rendimento acadêmico será feita por disciplina, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e rendimento acadêmico, ambos eliminatórios.

§ 1º - A critério do professor, a avaliação de desempenho far-se-á por um ou por mais de um dos seguintes instrumentos: avaliação escrita individual, seminários individuais e/ou em equipes, artigos individuais, dentre outros;

§ 2º - A verificação de que trata este Art. será expressa, em resultado, por meio de notas na escala de zero a dez, com, no máximo, uma casa decimal (0,0 a 10,0);

§ 3º - Considerar-se-á aprovado o discente que obtiver nota mínima sete (7,0) e frequência igual ou superior a 75%, por disciplina;

§ 4º - A atividade de Exame de Qualificação será desenvolvida em conjunto com o(a) orientador(a), devendo o discente realizar a matrícula no período letivo em Exame de Qualificação, ofertado no formato de atividade.

§ 5º - As atividades da Tese poderão ser desenvolvidas por mais de um período letivo, devendo o discente renovar a matrícula a cada período letivo em Elaboração da Tese, ofertada no formato de atividade.

Art. 38º - Considerar-se-á aprovado no Doutorado o(a) pós-graduando(a) que cumprir os seguintes pré-requisitos:

§ 1º - Tenha obtido aprovação em disciplinas e em atividades e que totalize, no mínimo, 48 créditos.

§ 2º - Tenha sido aprovado no Exame de Qualificação.

§ 3º - Tenha sido aprovado na Defesa da Tese.

Art. 39º. Em caso de não-aprovação em disciplinas e em atividades (qualificação e tese) serão adotados os seguintes critérios:

§ 1º - Em caso de não-aprovação em duas disciplinas ou duas vezes na mesma disciplina, será desligado do PPGGEO.

§ 2º - Em caso de não-aprovação no exame de qualificação, o(a) doutorando terá um novo prazo de mais 60 dias (sessenta) para nova apresentação do exame de

qualificação. Em caso de não-aprovação, no segundo exame de qualificação, será desligado do PPGGEO.

§ 3º - Em caso de não-aprovação na defesa de tese, o(a) doutorando(a) terá novo prazo para nova apresentação da tese. Em caso de não-aprovação, será desligado do PPGGEO.

I - De acordo com critério de avaliação da banca de defesa de tese o(a) doutorando(a) terá prazo máximo de 60 (sessenta dias) para nova defesa.

II - Após a segunda defesa o(a) doutorando(a) será considerado aprovado ou não-aprovado.

III - No caso de resultado aprovado, o(a) doutorando terá até 60 (sessenta dias) para entregar a versão final da tese.

IV - no caso de não-aprovação o(a) doutorando(a) será declarado como não aprovado e será desligado do programa.

CAPÍTULO VIII

DA ORIENTAÇÃO E DA COORIENTAÇÃO

Art. 40º - Todo(a) discente terá direito a um(a) orientador(a) de Tese credenciado(a) ao PPGGEO.

§ 1º - O processo de definição dos orientadores será conduzido pela Coordenação do PPGGEO, considerando as áreas de interesse dos docentes do Programa.

§ 2º - O discente poderá solicitar mudança de orientador, a qualquer momento, por meio de requerimento justificado e dirigido à Coordenação do PPGGEO, a qual deverá ouvir o orientador inicial, antes de encaminhar o assunto ao Colegiado do PPGGEO.

§ 3º - O orientador poderá requerer dispensa de sua função de orientador de determinado(a) discente, por meio de requerimento justificado, dirigido à Coordenação do PPGGEO, a qualquer momento.

Art. 41º - Cabe ao orientador(a):

§ 1º - Orientar o(a) discente na organização de seu plano de estudo e assisti-lo em sua formação acadêmica.

§ 2º - Acompanhar o(a) orientando(a) na elaboração e na execução de seu Projeto de Tese, no sentido de orientá-lo durante o período de vínculo do(a) doutorando(a) com o PPGGEO.

§ 3º – Escolher, se necessário, em comum acordo com o discente, um coorientador para a Tese;

§ 4º - No caso da participação de docentes na modalidade de coorientação, deverá ser protocolada pelo(a) doutorando(a) uma solicitação formal para tal fim, assinada pelo orientador e pelo discente e encaminhada à coordenação do PPGGEO.

§ 5º - Indicar os membros das Comissões Examinadoras e Julgadoras (bancas de exame de qualificação e de defesa de tese), para homologação da Coordenação do PPGGEO.

§ 6º - Presidir as Comissões referidas no item anterior.

§ 7º - Aprovar os relatórios anuais de seus orientandos e encaminhá-los à coordenação do PPGGEO. A responsabilidade de conteúdo é de exclusividade do(a) orientando(a) e deve estar relacionada à Lei de Direitos Autorais.

§ 8º - Em caso de impedimento do orientador para presidir a banca (qualificação e/ou Tese) será comunicado à coordenação que indicará um docente do PPGGEO, sugerido pelo orientador.

§ 9º - Cumprir os prazos e normas estabelecidos no presente Regimento e em outras instruções emitidas pelo Colegiado e Coordenação do PPGGEO.

Art. 42º - O número máximo de orientandos por orientador será de acordo com o Documento de Área CAPES.

CAPÍTULO IX

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO E DA DEFESA DE TESE

Art. 43º - O grau conferido é de Doutor em Geografia, com Área de Concentração em Organização do Espaço e Educação Geográfica.

Art. 44º - A Tese de Doutorado constitui um documento obrigatório à formação do(a) doutorando(a), na qual deve demonstrar domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização de ideias e de utilização de uma adequada metodologia científica.

Art. 45º - As teses deverão constituir uma proposta de investigação científica, associada às linhas de Pesquisa do PPGGEO, que será desenvolvida pelo(a)s doutorando(a)s e sob a orientação de um(a) docente.

Art. 46º - Os requisitos para a obtenção do grau de Doutor são:

§ 1º - Integralização obrigatória de um mínimo de 48 (quarente e oito) créditos em disciplinas obrigatórias e optativas.

§ 2º - Aprovação nas disciplinas, com nota mínima de 7,0 (sete), numa escala de 0,00 a 10,0 (zero a dez).

§ 3º - Quitação junto ao Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPI (com inclusão das Bibliotecas Setoriais).

§ 5º - Aprovação no Exame de Qualificação.

§ 6º - Ter cumprido o Estágio de Docência na Graduação, sob a supervisão do orientador, com duração mínima de um semestre letivo, caso seja bolsista da CAPES, CNPq e outros.

§ 7º - Aprovação na defesa pública da Tese.

Art. 47º - o Exame de Qualificação não conta créditos e deverá ser realizado logo após a conclusão dos créditos mínimos e em até (18) quinze meses contados a partir da matrícula institucional.

Parágrafo Único - Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 06 (três) meses, apenas uma vez, em casos excepcionais, quando solicitado pelo(a) orientando(a) com anuência do(a) orientador(a). O pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o Protocolo Geral da UFPI, distribuído para um(a) relator(a) e avaliado em reunião colegiada do PPGGEO.

Art. 48° - O Exame de Qualificação será prestado perante uma Comissão Julgadora, cuja composição será proposta pelo orientador e encaminhada à Coordenação do PPGGEO para avaliação.

§ 1° - As Bancas Examinadoras do Exame de Qualificação serão constituídas por, no mínimo, o orientador e mais 05 (cinco) integrantes:

I - o orientador do(a) doutorando(a), como presidente,

II - o coorientador do(a) doutorando(a) com vice-presidente (opcional)

III - um docente do Programa (obrigatório)

IV - um docente externo ao PPGGEO (obrigatório)

V - dois docentes externo à UFPI (recomendado)

VII - um membro suplente interno (opcional)

VIII - um membro suplente externo (opcional)

§ 2° - O Exame de Qualificação versará sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra a pesquisa, priorizando a apresentação com uma estrutura da Tese, com, no mínimo, a Introdução, o Sumário, a Revisão Teórica, a Metodologia e Resultados Preliminares, como também deverá relatar as atividades acadêmicas que irão compor o restante da Tese até a Defesa. Poderão ser utilizadas outras opções a critério do(a) orientador(a).

§ 3° - Na Qualificação no seminário de apresentação da pesquisa em andamento é opcional.

§ 4° - No Exame de Qualificação participarão a Comissão Examinadora e o doutorando(a), ficando a critério do orientador torná-la pública.

§ 5° - O resultado da avaliação do Exame de Qualificação será expresso, mediante uma das seguintes menções: Aprovado e Não Aprovado, registrado em formulário próprio e entregue na Secretaria do programa.

§ 6° - Em caso de não-aprovação no exame de qualificação, segue-se o disposto no Art. 38 (§ 2°).

Art. 49° - A defesa da Tese deverá ocorrer até o quadragésimo oitavo mês após a matrícula Institucional no PPGGEO.

§ 1° - Este prazo poderá ser prorrogado por no máximo (12) doze meses. A solicitação de prorrogação deverá ser feita por meio do Protocolo Geral da UFPI. No pedido de solicitação deverá constar documentação comprobatória que justifique a solicitação e exposição de motivos feita pelo(a) doutorando(a) e Orientador(a) e devidamente assinada.

§ 2° As Bancas Examinadoras de defesa de tese, designadas pelo Colegiado, serão constituídas por, no mínimo, (o) orientador(a) e mais 04 (quatro) integrantes:

I - o(a) orientador(a) do(a) doutorando(a), como presidente.

II - o(a) coorientador(a) do(a) doutorando(a) com vice-presidente (opcional).

III - um docente do Programa (opcional).

IV - dois docente externo ao PPGGEO (recomendado).

V - um docente externo à UFPI (obrigatório).

VI - um membro suplente interno (opcional).

VII - um membro suplente externo (opcional).

VIII- A Banca de defesa da tese também poderá ser constituída pelo orientador e por todos os membros externos (recomendado).

§ 3º o(a) coorientador(a) do(a) doutorando(a) não se caracteriza como avaliador;

§4º - Todos os membros da banca (titulares e suplentes) deverão ter o curso de doutorado concluído;

§ 6º - A Tese deverá ser apresentada de acordo com as normas fixadas pela ABNT, devendo nesta constar resumo em português, abstract em inglês e resúmen em espanhol;

§ 7º - Para a solicitação da Defesa de tese, o(a) orientador(a) deverá encaminhar à coordenação do PPGGEO um requerimento de solicitação acrescido dos demais documentos constantes neste parágrafo:

I - Cópia da tese

II - Sugestão da banca de defesa de Tese

III - Comprovante de submissão de, pelo menos, 02 textos em Revista de extratos de Qualis A1, A2, A3, A4, B1, B2 ou Capítulo de livro publicado, com ISBN, ou texto publicado referente ao tema da pesquisa em andamento, em evento nacional e/ou internacional, com ISSN ou ISBN, quando for em formato de *e-book*. Os orientadores devem constar como co-autores das publicações.

IV - Todos os documentos devem ser comprovados com data posterior à matrícula institucional do(a) doutorando(a) e data anterior ao agendamento da defesa de tese.

§ 8º - A secretaria do PPGGEO fará a conferência da documentação e o comunicado oficial ao(a) orientador(a) para que ele possa proceder o cadastro da defesa de tese no sistema SIGAA/UFPI. Cabe ao coordenador do PPGGEO fazer a homologação da banca de defesa de tese.

Art. 50º - A Comissão Julgadora da Tese será constituída por, no mínimo, cinco membros titulares e um suplente, definidos em comum acordo entre o(a) orientador(a) e o orientando(a), cabendo à Presidência ao orientador(a). A Comissão Julgadora da tese também poderá ser constituída pelo orientador e quatro membros externos.

§ 1º - Na falta ou impedimento do orientador, o Colegiado do PPGGEO designará um docente substituto para presidir a banca.

§ 2º - Pelo menos um dos membros da Comissão Julgadora deverá ser integrante de outra Instituição.

§ 3º - A Defesa poderá ser realizada com a participação de membros externos na modalidade de videoconferência ou similar.

§ 4º - A participação do membro suplente ocorrerá em substituição a um membro permanente, que ficou impedido e apresentou comunicado ao presidente da banca com pedido de substituição.

§ 5º - A participação do(a) coorientador(a) é facultativa e não compõe a avaliação.

§ 6º - O cadastro da defesa pública da Tese será realizado com 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 51º – A tese será ofertada como atividade em nome do(a) orientador(a). Na avaliação da Tese, a Banca Examinadora poderá atribuir os seguintes conceitos:

§ 1º - Aprovado integralmente, sem necessidade de revisão e entrega em até 30 dias;

§ 2º - Aprovado parcialmente com prazo de (60) sessenta dias para revisão e entrega;
§ 3º - Não aprovado. O(a) candidato(a) terá até cento e vinte dias para revisão e realização de nova defesa com a mesma comissão avaliadora.

a) Com a realização da defesa o(a) doutorando(a) poderá ser aprovado;

b) Com a realização da defesa o(a) doutorando(a) poder ser reprovado;

VI – Reprovado integralmente. Desligamento automático do PPGGEO/UFPI.

VII – Para retornar ao PPGGEO será necessário participar de novo processo seletivo;

CAPÍTULO X

DA EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Art. 52º - Para a solicitação do Diploma de Doutor, o discente deverá atender às seguintes condições:

§ 1º – Documento de revisão da tese assinada pelo(a) orientador(a) e pelo(a) pós-graduando(a);

§ 2º - Entregar uma cópia impressa na secretaria do PPGGEO e enviar uma cópia em formato (pdf) bem como uma cópia em formato (doc) para o *e-mail* oficial da coordenação do PPGGEO.

§ 3º - Apresentar um texto síntese, em formato de capítulo de livro, originário da tese, para elaboração de publicação organizada pelo PPGGEO/UFPI;

§ 4º - Ter apresentado à Coordenação comprovante de regularidade junto ao sistema integrado de Biblioteca da UFPI e demais documentos exigidos pela instituição e constantes na página do Programa.

Art. 53º - A UFPI outorgará os títulos a que façam jus e expedirá os correspondentes diplomas para o(a)s pós-graduando(a)s que tenham cumprido os dispositivos contidos neste regimento.

CAPÍTULO XI

DO DESLIGAMENTO DO PPGGEO

Art. 54º - O discente será desligado do PPGGEO quando:

§ 1º - Não realizar Matrícula Curricular Semestral.

§ 2º - Reprovado em quatro disciplinas.

§ 3º - Não realizar a atividade de Qualificação.

§ 4º - Reprovado duas vezes no Exame de Qualificação.

§ 5º - Reprovado na Defesa da Tese de Doutorado.

§ 6º - Ultrapassar os prazos fixados neste Regimento.

§ 7º - Apresentar pedido de desligamento formalizado em declaração pessoal qualificada, assinada.

§ 8º – Não apresentar a versão final da tese no prazo regimental estabelecido.

Art. 55° - O discente desligado do PPGGEO poderá reingressar no Programa, observadas as seguintes condições:

§ 1° - Ser aprovado em Processo Seletivo em condições de igualdade com os demais candidatos, regulamentado pelo Edital de Seleção.

§ 2° - Em caso de aprovação no Processo Seletivo e após Matrícula Institucional, o discente pode solicitar aproveitamento de disciplinas cursadas e que tenham obtido aprovação, podendo submeter ao Colegiado do PPGGEO pedido de aproveitamento de créditos em disciplinas cursadas anteriormente.

§ 3° - Após a homologação dos créditos aprovados e/ou créditos cursados e aprovados, após o reingresso, poderão submeter-se a novo Exame de Qualificação a partir de 06 (seis) meses do reingresso.

§ 4° - Caso seja aprovado no Exame de Qualificação e cumpra as demais exigências regulamentares, incluindo-se o cumprimento dos 24 (vinte e quatro) meses de reingresso e até 48 (quarenta e oito) meses, poderá submeter pedido ao Colegiado do PPGGEO/UFPI para a Defesa de tese, ouvidos o(a) orientador(a) e definida a Banca de Avaliação.

CAPÍTULO XII

DO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA E DA CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 56° - O Estágio de Docência será obrigatório para todos o(a)s doutorando(a)s com Bolsa da CAPES, CNPq ou FAPs, e obedecerá aos indicativos e às normatizações da UFPI. O Estágio será realizado em apenas um semestre letivo com carga horária máxima de 50% da carga horária do componente curricular, sob a supervisão do docente responsável e/ou orientador(a), conforme normatiza a Resolução nº 284/2018. Não é permitida a realização de duas disciplinas de Estágio Docência, devendo este ser realizado, preferencialmente, a partir do segundo semestre letivo. Aos doutorandos que não possuem bolsas, será facultada a sua participação em Estágio Docência, quando devidamente autorizada por seu orientador (a) e aceita pelo Colegiado do PPGGEO.

CAPÍTULO XIII

DA COMISSÃO DE BOLSAS E INDICAÇÃO DE BOLSISTAS

Art. 57° - A Comissão de Bolsas será composta pelo coordenador do Programa, um docente indicado pelo Colegiado do PPGGEO e um discente indicado pelo corpo discente que não caracterize conflito de interesses, ou seja, aquele(a) com vínculo empregatício.

Art. 58° - A indicação de bolsistas obedecerá aos seguintes critérios:

§ 1º Para discentes ingressantes, será considerado como critério de classificação e indicação do resultado obtido pelo(a) candidato(a) após a homologação do resultado pelo Colegiado do PPGGEO e publicado pela PRPG.

§ 2º Para discentes veteranos, ou seja, que estejam com o primeiro período letivo consolidado, será considerado o Índice de Rendimento Acadêmico comprovado a partir do Histórico Acadêmico do(a) Doutorando(a) e que atenda ao edital de bolsas. A classificação será realizada em ordem decrescente.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59º - Cada artigo e/ou item do Regimento poderá ser alterado a qualquer momento em função de atualização de legislação e/ou de necessidade interna do Programa e poderá ser realizada pela coordenação e aprovada pelo colegiado.

§ Único - Quando cada artigo e/ou item for alterado, deverá constar o fundamento em legislação e/ou a necessidade do programa;

Art. 60º - O presente Regimento somente poderá ser alterado por proposta da Coordenação ou por iniciativa do Colegiado, por votação da maioria de seus membros.

Art. 61º - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, com consulta ao Colegiado do PPGGEO, cabendo recurso à PRPG/UFPI e ao CEPEX/UFPI.

Art. 62º - O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) da UFPI, revogadas as disposições em contrário.

Apêndice B - Matriz Curricular

As disciplinas estão divididas em obrigatórias e eletivas. Entre as eletivas teremos 4 disciplinas da linha de Estudos Regionais e Geoambientais 4 disciplinas da linha de pesquisa em Ensino de Geografia.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO, LINHAS DE PESQUISA, PROJETOS DE PESQUISA DA PROPOSTA, DOCENTES				
Área de concentração 1	Linhas de pesquisa 2	Projetos de pesquisa 12	Disciplinas 12	Docentes permanentes 12

Área de concentração
Nome
Organização do Espaço e Educação Geográfica
<p>Analisar criticamente processos estabelecidos pela sociedade na utilização do território e dos recursos ambientais do espaço geográfico brasileiro, com ênfase na escala regional, na qual se insere o território piauiense, no sentido de evidenciar as questões decorrentes dessas interações, sob a perspectiva da ciência geográfica. Nesse contexto, a capacitação de profissional docente em Geografia para o desenvolvimento da educação geográfica, configura-se como a necessidade de profissionais comprometidos com o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade e a melhoria da qualidade de vida da população e do ensino como um todo.</p>

Linhas de pesquisa 1	
Nome	Descrição
Estudos Regionais e Geoambientais	<p>A linha propõe-se à realização de estudos sobre a organização e estratégias de gestão do espaço regional brasileiro, as suas relações com as áreas urbanas e rurais, em especial no território piauiense. Deste modo, visa a efetuação de estudos das infraestruturas econômicas e dos arranjos espaciais, considerando fatores históricos estruturantes e nexos territoriais e ambientais. Em decorrência, propõe-se a levar em consideração os estudos geoambientais em diferentes escalas, analisando a dinâmica da natureza, tanto em seus aspectos característicos como em suas relações com a cultura e a sociedade. Face a isso, a linha preconiza também a reflexão e a execução de estudos sobre o pensamento geográfico nos aspectos epistemológico, teórico e metodológico.</p>

Linha de pesquisa 2	
Nome	Descrição
Ensino de Geografia	A linha propõe-se à realização de estudos a respeito dos conhecimentos ligados ao ensino da disciplina, no tocante aos aspectos históricos, teóricos, epistemológicos e metodológicos, tendo como escopo a capacitação de professores de Geografia de diversos níveis de ensino em relação ao domínio desses conhecimentos. Nesse sentido, aproveita as contribuições teóricas da Educação para a Geografia, concernentes ao estudo do Currículo, das teorias da aprendizagem, da Formação Docente e práticas pedagógicas, orientando-os, principalmente, para a realidade educacional brasileira e piauiense. Neste último caso, concentrando esforços no resgate da produção geográfica escolar e nas racionalidades que fundamentam a prática professoral nas instituições educacionais do Estado.

A lista de disciplinas a serem ofertadas no doutorado que fazem parte da estrutura curricular do PPGGEO, obrigatórias e eletivas, encontra-se logo abaixo. Nos quadros seguintes são apresentadas suas características com mais detalhes.

Disciplinas Obrigatórias

Seminário de tese I – 60 horas (4 créditos)

Seminário de tese II – 60 horas (4 créditos)

Defesa do trabalho final – 12 créditos

Atividades de Pesquisa I – 90 horas (6 créditos)

Atividades de Pesquisa II – 90 horas (6 créditos)

Atividades complementares – 60 horas (4 créditos)

Eletivas - todas 60 horas (4 créditos)

Estudos Regionais e Geoambientais

Disciplina 1 - Metodologia da Pesquisa em Geografia Física 60h – (4 créditos)

Disciplina 2 - Metodologia da pesquisa em Geografia Humana 60h – (4 créditos)

Disciplina 3 – Tópicos Especiais em Estudos Regionais e Ambientais III (2 créditos)

Disciplina 4 – Tópicos Especiais em Estudos Regionais e Ambientais IV (2 créditos)

Estágio em Docência

Linha de Pesquisa: Ensino de Geografia

Disciplina 1 – Estudos do currículo da Geografia Escolar (60h) - (4 créditos)

Disciplina 2 – Teoria e Método em Educação Geográfica (60h) - (4 créditos)

Disciplina 3 – Tópicos Especiais em Ensino de Geografia III (30h) - (2 créditos)

Disciplina 4 – Tópicos Especiais em Ensino de Geografia IV (30h) – 2 créditos

Estágio em docência

OBRIGATÓRIAS

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Seminário de tese I	Doutorado	sim	45h	3	Organização do espaço e educação geográfica	Antônio Cardoso Façanha, Bartira Araújo da Silva Viana, Armstrong Miranda Evangelista, Carlos Sait Pereira de Andrade, Cláudia Maria Sabóia de Aquino, Emanuel Lindemberg, Giovana Mira de Espíndola, Gustavo Sousa Valadares, Josélia Saraiva e Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela, Raimundo Jucier de Sousa Assis, Raimundo Lenilde de Araújo
Ementa			Bibliografia			
Planejamento e elaboração do Projeto de tese em colaboração com os orientadores, tendo como produto o Projeto de pesquisa a ser apresentado a coordenação do programa.			Definida em comum acordo entre o orientador e o discente, levando em consideração referências teóricas clássicas e atuais, nacionais e internacionais, que irão contribuir na elaboração do relatório de qualificação.			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Seminário de tese II	Doutorado	Sim	45h	3	Organização do espaço e educação geográfica	Antônio Cardoso Façanha, Bartira Araújo da Silva Viana, Armstrong Miranda Evangelista, Carlos Sait Pereira de Andrade, Cláudia Maria Sabóia de Aquino, Emanuel Lindemberg, Giovana Mira de Espíndola, Gustavo Sousa Valadares, Josélia Saraiva e Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela, Raimundo Jucier de Sousa Assis, Raimundo Lenilde de Araújo
Ementa			Bibliografia			
Abordagem sobre o desenvolvimento das teses em elaboração nas linhas de pesquisa do doutorando, com ênfase no texto a ser submetido ao exame de qualificação.			Definida em comum acordo entre o orientador e o discente, levando em consideração referencial teórico pertinente ao objeto de investigação, nacional e internacional, que irão contribuir na elaboração do relatório de qualificação			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Atividades complementares	Doutorado	Sim	120h	8	Doutorado	Antônio Cardoso Façanha, Bartira Araújo da Silva Viana, Armstrong Miranda Evangelista, Carlos Sait Pereira de Andrade, Cláudia Maria Sabóia de Aquino, Emanuel Lindemberg, Giovana Mira de Espíndola, Gustavo Sousa Valadares, Josélia Saraiva e

						Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela, Raimundo Jucier de Sousa Assis, Raimundo Lenilde de Araújo
Ementa			Bibliografia			
Acompanhamento regular dos discentes por parte do orientador e da coordenação do programa em relação à participação nas atividades desenvolvidas durante o curso, que será avaliado em créditos, considerando o Regimento do Programa, tais como cursos, eventos diversos, produção bibliográfica, dentre outros.			Definida em comum acordo entre o orientador e o discente, atentando para referências teóricas relacionadas ao tema da pesquisa da tese e a produção recente no campo da Geografia, incluindo obras nacionais e internacionais.			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Atividades de pesquisa I	Doutorado	Sim	90h	6	Organização do espaço e educação geográfica	Antônio Cardoso Façanha, Bartira Araújo da Silva Viana, Armstrong Miranda Evangelista, Carlos Sait Pereira de Andrade, Cláudia Maria Sabóia de Aquino, Emanuel Lindemberg, Giovana Mira de Espíndola, Gustavo Sousa Valadares, Josélia Saraiva e Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela, Raimundo Jucier de Sousa Assis, Raimundo Lenilde de Araújo

Ementa			Bibliografia			
Acompanhamento regular do discente pelo orientador em relação ao desenvolvimento das etapas da pesquisa. Levantamento e análise da bibliografia pertinente ao tema. Delimitação do objeto de pesquisa			Definida em comum acordo entre o orientador e o discente, atentando para referências teóricas, nacionais e internacionais, relacionadas ao tema da pesquisa da tese, e a produção recente no campo da Geografia.			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	Créditos	Área de concentração	Docentes
Atividades de pesquisa II	Doutorado	Sim	60h	4	Organização do espaço e educação geográfica	Antônio Cardoso Façanha, Bartira Araújo da Silva Viana, Armstrong Miranda Evangelista, Carlos Sait Pereira de Andrade, Cláudia Maria Sabóia de Aquino, Emanuel Lindemberg, Giovana Mira de Espíndola, Gustavo Sousa Valadares, Josélia Saraiva e Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela, Raimundo Jucier de Sousa Assis, Raimundo Lenilde de Araújo
Ementa			Bibliografia			
Acompanhamento regular do discente pelo orientador em relação ao desenvolvimento das etapas da pesquisa. Elaboração dos objetivos. Construção do referencial teórico definição dos			Definida em comum acordo entre o orientador e o discente, levando em consideração as obras consideradas basilares no tema da investigação, a produção recente e qualificada e a produção internacional. Serão consideradas obras nacionais e internacionais.			

procedimentos metodológicos. Pesquisa documental, empírica e Missões de Campo.	
--	--

ELETIVAS

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Metodologia da Pesquisa em Geografia Física	Doutorado	Sim	60h	4	Organização do espaço e educação geográfica	Carlos Sait Pereira de Andrade, Cláudia Maria Sabóia de Aquino, Emanuel Lindemberg, Giovana Mira de Espíndola, Gustavo Sousa Valadares
Ementa			Bibliografia			
Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia Física. Temporalidade e escalas de análise na pesquisa em Geografia Física. Teoria Geossistêmica. Ecodinâmica e Geoecológica da Paisagem. Geografia Socioambiental. Estratégias e técnicas de investigação empírica: os trabalhos de gabinete, de campo e de laboratório em Geografia Física. Análise de banco de dados espaciais por meio de Sistemas de Informações Geográficas. Mapeamento geoambiental e produção de relatórios setoriais e integrativos. Métodos e procedimentos técnicos de utilização e tratamento de dados geográficos de natureza quantitativa. Construção crítica de índices e indicadores.			<p>BERTRAND, G. <i>Paisagem e Geografia Física Global – Esboço Metodológico</i> 13. São Paulo: Instituto de Geografia-USP, 1972. (Caderno de Ciências da Terra).</p> <p>MENDONÇA, F. <i>Geografia Física: Ciência Humanas?</i> 7 ed. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>SOTCHAVA, V. B. Por uma Teoria de Classificação de Geossistemas de vida terrestre, 14: Biogeografia – São Paulo: Instituto de Geografia - USP, 1978.</p> <p>TRICART, J. <i>Ecodinâmica</i>. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.</p> <p>VENTURI, L. A. B. (org.) <i>Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório</i>. São Paulo. Oficina de Textos. 2005.</p> <p>ROGERSON, P. A. <i>Métodos estatísticos para geografia um guia para o estudante</i>. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.</p> <p>SUERTEGARAY, D. Pesquisa de Campo em Geografia. <i>Geographia</i>, v. 4, n. 7, p. 92-99, 2002.</p>			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Metodologia da pesquisa em Geografia Humana	Doutorado	Sim	60h	4	Organização do espaço e educação geográfica	Antônio Cardoso Façanha, Bartira Araújo da Silva Viana, Carlos Sait Pereira de Andrade, Raimundo Jucier de Sousa Assis
Ementa			Bibliografia			
<p>Ciência e método. Metodologia, Conhecimento e Atitude Científica. Concepções teórico-metodológicas da geografia humana. Os métodos na geografia humana. Os tipos de pesquisas na geografia humana. O papel das técnicas e da escala na produção científica. A mobilidade das fronteiras no fazer-pesquisa: disciplinaridade e interdisciplinaridade. Pensando nas estratégias de operacionalização das pesquisas na geografia humana. Projetos de pesquisa em construção: exercitando as diversas investigações científicas.</p>			<p>GONÇALVES, H. de A. <i>Manual de metodologia da pesquisa científica</i>. São Paulo: Avercamp, 2005.</p> <p>HISSA, C. E. V. <i>A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade</i>. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de Andrade. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org.). <i>Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea</i>. Curitiba: EDUFPR, 2002.</p> <p>SANTOS, M. <i>A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo - Razão e Emoção</i>. São Paulo: EDUSP, 2023.</p> <p>SOUZA, Marcelo Lopes de. <i>Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial</i>. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.</p> <p>SPOSITO, Eliseu S. <i>Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico</i>. São Paulo: UNESP, 2004.</p> <p>VENTURI, Luís A. B. (Org.). <i>Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental</i>. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.</p>			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Tópicos Especiais em Estudos Regionais e Geoambientais III	Doutorado	Sim	30	2	Organização do Espaço e Educação Geográfica	Carlos Sait Pereira de Andrade, Cláudia Maria Sabóia de Aquino, Emanuel Lindemberg, Giovana Mira de Espíndola, Gustavo Sousa Valadares
Ementa			Bibliografia			
Estudos teóricos e práticos sobre temas específicos da linha de pesquisa. Ementa em aberto. Os tópicos serão elaborados pelo docente de acordo com as necessidades dos pós-graduandos, dos temas da linha de pesquisa e da abordagem do professor.			Referências em aberto. Dependerá das necessidades dos pós-graduandos, dos temas da linha de pesquisa e da abordagem do professor.			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Tópicos Especiais em Estudos Regionais e Geoambientais IV	Doutorado	Sim	30	2	Organização do Espaço e Educação Geográfica	Antônio Cardoso Façanha, Bartira Araújo da Silva Viana, Carlos Sait Pereira de Andrade, Raimundo Jucier de Sousa Assis
Ementa			Bibliografia			
Estudos teóricos e práticos sobre temas específicos da linha de pesquisa. Ementa em aberto. Os tópicos serão elaborados pelo docente de acordo com as necessidades dos pós-graduandos, dos temas da linha de pesquisa e da abordagem do professor.			Referências em aberto. Dependerá das necessidades dos pós-graduandos, dos temas da linha de pesquisa e da abordagem do professor.			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Estudos do Currículo da Geografia Escolar	Doutorado	Sim	60	4	Organização do Espaço e Educação Geográfica	Armstrong Miranda Evangelista, Josélia Saraiva e Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela
Ementa			Bibliografia			
As concepções de currículo no pensamento da Geografia Escolar. Reformas Educativas e o currículo de Geografia no Brasil. O pensamento contemporâneo do currículo no ensino de Geografia. O livro didático de Geografia e a questão curricular.			<p>LOPES, A. C.; MACEDO, E. <i>Teorias de currículo</i>. São Paulo: Cortez Editora, 2011.</p> <p>SILVA, T. T. <i>Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>YOUNG, M. Superando a crise na teoria do currículo: uma abordagem baseada no conhecimento. <i>Cadernos CENPEC</i>, v. 3, n. 2. 2013. Acesso em 15 de setembro de 2013.</p> <p>SACRISTÁN, J. G. <i>Currículo: uma reflexão sobre a prática</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>COSTA, H. H. C. Teoria Curricular e Geografia: convite à reflexão sobre a BNCC. <i>Revista Brasileira de Educação em Geografia</i>. Campinas, v. 9, n. 17, p. 86-108, jan./jun., 2019.</p> <p>COSTA, H. H. C. Pensar outra cidadania: um diálogo com os estudos curriculares e a Geografia. <i>Revista Humanidades e Inovação</i>. v. 8, n. 46, p. 11-22, 2021.</p> <p>CAVALCANTI, L. de S. A Geografia escolar e a sociedade brasileira contemporânea. In: TONINI, Ivaine Maria et al. <i>O ensino de Geografia e suas composições curriculares</i>. Porto Alegre: UFRGS, 2011.</p> <p>CAVALCANTI, L. de S.; SOUZA, VANILTON, C. de S.; PIRES, Lucineide Mendes (org.). <i>Currículo e ensino de geografia</i>. 1. ed. Goiânia: Editora espaço acadêmico, 2017.</p>			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Teoria e método em Educação Geográfica	Doutorado	Sim	60h	4	Organização do Espaço e Educação Geográfica	Josélia Saraiva e Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela, Raimundo Lenilde de Araújo
Ementa			Bibliografia			
<p>Estudo dos fundamentos teórico-metodológicas da geografia e seu ensino. As múltiplas racionalidades e o ensino de geografia: a racionalidade técnica e o ensino de geografia: a racionalidade pedagógica e o ensino de geografia. Representações geográficas e o ensino na educação básica. Problemas e temas atuais de pesquisa na educação geográfica brasileira.</p>			<p>BATISTA, B. N. <i>Ensinar geografia para sempre: encontro com os clássicos</i>. Pelotas-RS: Editora da UFPel, 2022.</p> <p>CASTELLAR, S. (Org.). <i>Educação geográfica: teorias e práticas docentes</i>. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>CAVALCANTI, L. de S. <i>Pensar pela Geografia—ensino e relevância social</i>. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.</p> <p>STRAFORINI, R. <i>Ensinar geografia: o desafio da totalidade – mundo nas séries iniciais</i>. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008</p> <p>THIESEN, J. da S. Geografia escolar: dos conceitos essenciais às formas de abordagem no ensino. <i>Geografia Ensino & Pesquisa</i>, v. 15, n.1, jan./abr. 2011. Disponível em: Acesso em: 03 nov. 2023.</p> <p>CAVALCANTI, L. de S. <i>Geografia, Escola e Construção do Conhecimento</i>. Campinas: Papyrus, 1998.</p> <p>CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). <i>Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano</i>. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.</p>			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Tópicos Especiais em Ensino de Geografia III	Doutorado	Sim	30h	2	Organização do Espaço e Educação Geográfica	Armstrong Miranda Evangelista, Bartira de Araújo da Silva Viana, Josélia Saraiva e Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela, Raimundo Lenilde de Araújo
Ementa			Bibliografia			
Estudos teóricos e práticos sobre temas específicos da linha de pesquisa. Ementa em aberto. Os tópicos serão elaborados pelo docente de acordo com as necessidades dos pós-graduandos, dos temas da linha de pesquisa e da abordagem do professor.			Referências em aberto. Dependerá das necessidades dos pós-graduandos, dos temas da linha de pesquisa e da abordagem do professor.			

Nome	Grau acadêmico	Obrigatória?	Carga horária	créditos	Área de concentração	Docentes
Tópicos Especiais em Ensino de Geografia IV	Doutorado	Sim	30h	2	Organização do Espaço e Educação Geográfica	Armstrong Miranda Evangelista, Bartira de Araújo da Silva Viana, Josélia Saraiva e Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela, Raimundo Lenilde de Araújo
Ementa			Bibliografia			
Estudos teóricos e práticos sobre temas específicos da linha de pesquisa. Ementa em aberto. Os tópicos serão elaborados pelo docente de acordo com as necessidades dos pós-graduandos, dos temas da linha de pesquisa e da abordagem do professor.			Referências em aberto. Dependerá das necessidades dos pós-graduandos, dos temas da linha de pesquisa e da abordagem do professor			

Apêndice C - Informações gerais dos docentes

DADOS PESSOAIS			VÍNCULO				TITULAÇÃO			
Nome	E-mail	Abreviatura(s)	Categoria no Programa Instituição	Horas Dedicção Semanal Instituição	Horas Dedicção Semanal Programa	Instituição	Nível	Ano	País	Instituição
ANTONIO CARDOSO FAÇANHA	facanha@ufpi.edu.br	FAÇANHA, A. C	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2009	Brasil	UFPE
ARMSTRONG MIRANDA EVANGELISTA	armstrong@ufpi.edu.br	EVANGELISTA, A. M	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2007	Brasil	UFC
BARTIRA ARAUJO DA SILVA VIANA	bartira.araujo@ufpi.edu.br	VIANA, B.A.S	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2013	Brasil	UFMG
CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE	carlossait@ufpi.edu.br	ANDRADE, C. S. P	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2009	Brasil	UFPE
CLAUDIA MARIA SABOIA DE AQUINO	cmsaboia@ufpi.edu.br	AQUINO, C. M. S	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2010	Brasil	UFS

EMANUEL LINDEMBERG SILVA ALBUQUERQUE	lindemberg@ufpi.edu.br	ALBUQUERQUE, E. L. S	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2015	Brasil	UECE
GIOVANA MIRA DE ESPINDOLA	giovanamira@ufpi.edu.br	ESPINDOLA, G.M	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2012	Brasil	INPE
GUSTAVO SOUZA VALLADARES	valladares@ufpi.edu.br	VALLADARES, G.S	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2005	Brasil	UFRRJ
JOSELIA SARAIVA E SILVA	saraivasilvajoselia@ufpi.edu.br	SILVA, J. S	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2007	Brasil	UFRN
MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA	mugiany@ufpi.edu.br	PORTELA, M. O. B	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2017	Brasil	UFG
RAIMUNDO JUCIER SOUSA DE ASSIS	raimundojucier@ufpi.edu.br	ASSIS, R.J.S	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2017	Brasil	USP
RAIMUNDO LENILDE DE ARAUJO	raimundolenilde@ufpi.edu.br	ARAUJO, R. L	PERMANENTE	40	20	UFPI	Doutorado	2012	Brasil	UFC

Apêndice D - Carga horária docente

LINHA DE ESTUDOS REGIONAIS E GEOAMBIENTAIS	VÍNCULO	HORAS - DEDICAÇÃO SEMANAL	OUTROS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE PARTICIPAM
ANTONIO CARDOSO FAÇANHA	PERMANENTE	20h	-
CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE	PERMANENTE	20h	-
CLAUDIA MARIA SABOIA DE AQUINO	PERMANENTE	20h	-
EMANUEL LINDEMBERG SILVA ALBUQUERQUE	PERMANENTE	20h	-
GIOVANA MIRA DE ESPINDOLA	PERMANENTE	20h	1 (Desenvolvimento e Meio Ambiente)
GUSTAVO SOUZA VALLADARES	PERMANENTE	20h	1 (Desenvolvimento e Meio Ambiente)
RAIMUNDO JUCIER SOUSA DE ASSIS	PERMANENTE	20h	1 (Ciência Política)

LINHA DE ENSINO DE GEOGRAFIA	VÍNCULO	HORAS - DEDICAÇÃO SEMANAL	OUTROS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE PARTICIPAM
ARMSTRONG MIRANDA EVANGELISTA	PERMANENTE	20h	-
BARTIRA ARAUJO DA SILVA VIANA	PERMANENTE	20h	-
JOSELIA SARAIVA E SILVA	PERMANENTE	20h	-
MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA	PERMANENTE	20h	-
RAIMUNDO LENILDE DE ARAUJO	PERMANENTE	20h	-

Apêndice E - Formação dos docentes e projetos de pesquisa

LINHA DE ESTUDOS REGIONAIS E GEOAMBIENTAIS	FORMAÇÃO NA ÁREA-GRADUAÇÃO (G), MESTRADO (M), DOUTORADO (D)	DUAS ÚLTIMAS DISSERTAÇÕES ORIENTADAS	COORDENAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA
ANTONIO CARDOSO FAÇANHA	G Geografia M Geografia D Geografia	1. Nadja Rodrigues Carneiro Vieira. Transformações socioespaciais no Bairro Centro de Teresina-PI: comércio e serviços, revitalização e intervenções recentes. 2023. José Lucas Costa Ribeiro. Produção do espaço urbano e da habitação na cidade de Altos-PI: Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e dinâmicas recentes na cidade de Altos (PI). 2022.	Dentro da cota dos 20%
CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE	G Geografia M Geografia D Geografia	1. José Germano Moura Ramos. Análise da temperatura de Caxias e sua relação com a expansão urbana. 2019. 2. Felipe Ibiapina M R Siqueira. Territorialidades sagradas: religiosidade católica e afro-brasileira na Zona Norte de Teresina (PI). 2018.	Mapeando Pesquisas em Climatologia do Estado do Piauí: climatologia regional e clima de cidades em foco.
CLAUDIA MARIA SABOIA DE AQUINO	G Geografia M Geografia D Geografia	1. João Cassiano Pinto de Amorim. Geopatrimônio e patrimônio cultural do município de Piripiri, Piauí. 2022. 2. Ana Caroline Chaves. Geopatrimônio dos municípios Poqueirão do Piauí, Campo Maior, Jatobá do Piauí e Nossa Senhora de Nazaré, PI, Brasil. 2022.	Análise de conceitos/contéudos de geomorfologia em livros didáticos do 6º, 7º e 8º ano do Ensino Fundamental ii e 1º série do Ensino Médio
EMANUEL LINDEMBERG SILVA ALBUQUERQUE	G Geografia M Geografia D Geografia	1. Hallysson Ferreira Dias Monteiro. Novos usos do território no semiárido piauiense: desenvolvimento econômico ou incremento da geração de energia eólica no município de Caldeirão Grande do Piauí?. 2023.	Mapeamento etnogeomorfológico na bacia hidrográfica do Rio Poti, estados do Ceará e Piauí: uso,

		2. Denia Elice Matias de Oliveira. Vulnerabilidade socioambiental do município de Parnaíba, Estado do Piauí. 2021.	manejo e conservação dos etnoambientes
GIOVANA MIRA DE ESPINDOLA	G Eng.Cartográfica M Sens.Remoto D Sens.Remoto	1. Marina Luz da Silva. Análise espaço-temporal intraurbana da geração de resíduos sólidos na cidade de Teresina – PI. 2023. 2. Francisca Juliana Santos Pereira. A Cidade Mercadoria e o Vazios Urbanos em Teresina-Piauí. 2023.	Mapping changes in the Brazilian Caatinga native vegetation based on remote sensing time series in the Google Earth Engine
GUSTAVO SOUZA VALLADARES	G Agronomia M Ciências do Solo D Ciências do Solo	1. José Iomar Oliveira de Carvalho. Vulnerabilidade ambiental as margens do Rio Piauí em São Raimundo Nonato, PI. 2023. 2. Fernando Antonio Carneiro de Carvalho. Qualidade das águas do Rio Poti. 2022.	Mapeamento Pedológico das Reservas Naturais Salto Morato (PR) e Serra do Tombador (GO): Subsídios à Conservação
RAIMUNDO JUCIER SOUSA DE ASSIS	G Geografia M Geografia D Geografia	1. Moisés Domingos Correia. Da Descolonização à Reestruturação do Estado Pós-Colonial: a proposta da Reforma Administrativa na Guiné-Bissau (1991 - 2022). 2023. 2. Carolina Pereira Madureira. (Des)integração do Mercosul e a política externa brasileira: influxos da 'virada para a nova direita' na resiliência institucional mercosulina (2016 - 2021)	A expansão geográfica da região produtiva de soja, no sudoeste do Piauí, impulsionada pela geopolítica chinesa (2008 - 2025) (Financiado, CNPq)
LINHA DE ENSINO DE GEOGRAFIA	VÍNCULO	DUAS ÚLTIMAS DISSERTAÇÕES ORIENTADAS	COORDENAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA
ARMSTRONG MIRANDA EVANGELISTA	G Geografia M Educação D Educação	1. Ana Caroline da Silva. O Estudo das Atitudes na Educação Geográfica no Ensino Fundamental. 2022. 2. Monica Saraiva de Sousa. O Professor do Ensino Médio Face ao Pensamento Contemporâneo da Geografia: Um Estudo de Pesquisa-Ação na Escola Pública Piauiense. 2017.	Os conteúdos atitudinais na Educação Geográfica de alunos do Ensino Médio: o que faz a diferença?

BARTIRA ARAUJO DA SILVA VIANA	G Geografia M Meio Ambiente D Geografia	1. Nadja Rodrigues Carneiro Vieira. Transformações Socioespaciais no Bairro Centro de Teresina - PI: Comércios, Serviços e Intervenções Recentes. 2023. 2. Thais Costas Medeiros. Percepção do espaço vivido de alunos deficientes visuais na construção do sentido do lugar em Caxias - MA. 2022.	Recursos didáticos não convencionais e seu papel no ensino de Geografia: análise do livro didático e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
JOSELIA SARAIVA E SILVA	G Geografia M Educação D Educação	1. Marcelo Alves dos Reis. Representação Social de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação partilhada por Professores de Geografia: um estudo em Campo Maior-PI. 2022. Marcos Vinicius de Andrade Ribeiro. A representação social do currículo de geografia da rede municipal de teresina partilhada por professores dessa disciplina nos anos finais do ensino fundamental. 2021.	(Dentro da cota dos 20%)
MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA	G Geografia M Meio Ambiente D Geografia	Lurian Da Cruz de Sousa. O Estágio Não Obrigatório No Curso De Geografia: Relatos De Experiência De Egressos De Universidades Públicas Em Teresina/Piauí. 2022. Ioshua Costa Guedes. Desafios Das Práticas Docentes Ao Ensinar Geografia Na Perspectiva Do Conceito De Território. 2022.	O ensino da cidade de Teresina: desigualdades socioespaciais e os tipos de moradias
RAIMUNDO LENILDE DE ARAUJO	G Geografia M Meio Ambiente D Educação	1. Miguel da Silva Neto. Projeto Nós Propomos!: Educação Geográfica para a Cidadania no Contexto do Piauí. 2023. 2. Thayssa Sthefany Sousa Saraiva. Espaço urbano e feminicídio: estudo de ocorrências em Teresina/PI entre 2015 e 2020. 2023.	Formação docente e ensino-aprendizagem de Geografia: inovação e cidadania territorial a partir do Projeto Nós Propomos

Apêndice F - Produção do Docente: Quantificativos declarados (Geral) e consolidados com base nas produções declaradas na proposta

Nome																		Categoria				
ANTONIO CARDOSO FAÇANHA																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
469	51	37	7	23	118	0	0	0	0	149	96	31	48	22	0	5	351	0	0	0	0	0
87	16	15	4	3	38	0	0	0	0	17	21	1	8	2	0	0	49	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
ARMSTRONG MIRANDA EVANGELISTA																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
152	8	22	44	7	81	1	0	0	0	33	18	8	2	3	0	6	71	0	0	0	0	0
35	2	5	6	3	16	0	0	0	0	12	1	3	0	1	0	2	19	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
BARTIRA ARAUJO DA SILVA VIANA																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
486	30	34	141	14	219	2	0	16	0	120	10	16	94	0	0	9	267	0	0	0	0	0
210	12	27	28	14	81	0	0	14	0	45	2	4	59	0	0	5	129	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA

76	18	19	15	1	53	0	0	0	0	10	0	0	2	1	0	10	23	0	0	0	0	0
10	5	5	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
CLAUDIA MARIA SABOIA DE AQUINO																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
332	165	83	46	1	295	0	0	4	0	21	4	2	5	0	0	1	37	0	0	0	0	0
124	72	49	1	0	122	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
EMANUEL LINDEMBERG SILVA ALBUQUERQUE																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
581	74	60	119	7	260	1	0	0	0	192	24	37	35	7	0	25	321	0	0	0	0	0
188	36	30	30	0	96	1	0	0	0	62	1	14	7	6	0	1	92	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
GIOVANA MIRA DE ESPINDOLA																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
62	43	10	2	0	55	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	2	7	0	0	0	0	0
31	25	6	0	0	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
GUSTAVO SOUZA VALLADARES																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
260	111	22	104	21	258	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0
48	33	12	1		46	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0

Nome																		Categoria				
JOSÉLIA SARAIVA E SILVA																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
99	9	24	26	0	59	0	0	0	0	24	0	3	12	0	0	1	40	0	0	0	0	0
18	4	8	0	0	12	0	0	0	0	2	0	1	3	0	0	0	6	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
161	11	32	45	1	89	0	0	0	0	22	5	14	27	2	0	2	72	0	0	0	0	0
69	9	23	16	0	48	0	0	0	0	3	0	2	16	0	0	0	21	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
RAIMUNDO LENILDE DE ARAÚJO																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
558	33	103	83	0	219	0	0	0	0	171	14	0	98	45	0	0	328	0	0	0	11	11
342	25	92	16	0	133	0	0	0	0	105	12	0	54	38	0	0	209	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
RAIMUNDO JUCIER SOUSA DE ASSIS																		Permanente				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
145	23	13	23	1	60	1	0	0	0	40	6	9	10	14	0	5	85	0	0	0	0	0
49	17	7	5	1	30	0	0	0	0	14	1	0	0	4	0	0	19		0	0	0	0

AP: Artigo em Periódico

OPB: Outras Produções Bibliográficas (Artigo em Jornais e Revistas, Tradução, Partitura, Outros)

DA: Desenvolvimento de Aplicativo

AT: Apresentação de Trabalho

OE: Organização de Eventos

OPT: Outras Produções Técnicas (Relatório de Pesquisa, Manutenção de Obra Artística,

AC: Artes Cênicas

LIV: Livros

TPB: Total de Produções Bibliográficas

ED: Editoria

ST: Serviço Técnico

PRT: Programa de Rádio ou TV

Maquete, Cartas e Mapas)

AV: Artes Visuais

TA: Trabalho em Anais

DMDI: Desenvolvimento de Material Didático e Instrucional

DP: Desenvolvimento de Produto

CCD: Curso de Curta Duração

DT: Desenvolvimento de Técnica

TPT: Total de Produções Técnicas

MUS: Música

Apêndice G - Produção docente em revistas e livros

Docentes	Estrato A De 2018 a 2023	Outras Produções De 2018 a 2023	Livros (organizador, autor/coautor de capítulo, ou livro sozinho) De 2018 a 2023
Antonio Façanha Cardoso	<p>1- “Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade” - Revista brasileira de gestão urbana. A1</p> <p>2- “Alterações na Cobertura do Solo em Teresina, Piauí, Brasil.” Sociedade e Natureza A1</p> <p>3- “Plano Diretor e contradições na produção do espaço urbano da área central de Teresina (Pi)” - Sociedade e Território A2</p>	<p>1- “Semiárido piauiense: expansão da cajucultura e transformações no território” Revista Geográfica de América Central B1</p> <p>2- “Transformações socioespaciais nos conjuntos habitacionais São Luiz E Prefeito César Leal na Cidade De Altos-Piauí” Geografia: Publicações Avulsas B1</p>	<p>(L) FAÇANHA, A. C.. Desenvolvimento territorial recente em espaços sub-regionais dinâmicos do Piauí. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2021. v. 1. 228p.</p> <p>(C) CASTRO, Fredson A. B. ; FAÇANHA, A. C. . Recortes espaciais da cidade de Teresina: considerações sobre o conceito de zona e região . <i>In:</i> Raimundo Lenilde de Araújo; Armstrong Miranda Evangelista; Andréa Lourdes Monteiro Scabello. (org.). Estudos socioambientais: diferentes abordagens sobre o Piauí e o Maranhão. 7ed.Sobral: Sertão Cult, 2023, v. 7, p. 47-63.</p>
Armstrong Evangelista Miranda		<p>1- “Relações entre a Educação e a Psicologia da Educação no Brasil: Uma síntese histórica” Revista Epistemologia e práxis educativa B3</p> <p>2- “Ensino remoto: a inserção de novas tecnologias na educação especial e inclusiva no ensino de geografia” Brazilian Journal of Development C</p>	<p>(C1). EVANGELISTA, Armstrong Miranda; TEIXEIRA, Marcos Antonio de Castro Marques. A experiência do PNLD: tópicos reflexivos sobre o livro didático de Geografia no Ensino Médio. <i>In:</i> TONINI, Ivaine Maria et al. Geografia e livro didático: para tecer leituras do mundo.São Leopoldo: Oikos, 2018.</p> <p>(C2). EVANGELISTA, Armstrong Miranda. O Conceitos de espaço geográfico no ensino de Geografia: interfaces com a teoria sociocultural. <i>In:</i> ARCE, Xosé Carlos Macía; QUINTÁ, Francisco Xosé Armas;</p>

			LESTEGÁS, Francisco Rodriguez (org.). La Reconfiguración del medio rural en la sociedad de la información: nuevos desafíos en la educación geográfica. Santiago de Compostela: Andavira, 2019.
Bartira Araújo da Silva Viana	<p>1- “Condomínios horizontais e a ocupação de vazios urbanos na cidade” Formação A3 - 2021</p> <p>2- ‘A dinâmica da política habitacional brasileira em Teresina-Pi” InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade A2 - 2019</p> <p>3- “Expediente Espaço em Revista: Dossiê" Representações da Paisagem em Portugal e no Brasil" Espaço em Revista A4</p> <p>4- . A CLASSIFICAÇÃO ECODINÂMICA DE TRICART APLICADA AO SETOR SUDESTE DO ESTADO DO PIAUÍ. Revista Geonorte, v. 14, p. 268-299, 2023. - A3</p> <p>5- . A paisagem urbana verticalizada na cidade de Teresina-Pi. Revista Ciência Geográfica, v. 27, p. 648-664, 2023.-A3</p>	<p>1- “Pesquisa Qualitativa e Geografia: uma apreciação metodológica” Geografia: Publicações Avulsas B1</p> <p>2- “A Importância da monitoria acadêmica na formação inicial: Relato de experiência na disciplina de recursos didáticos para o Ensino de Geografia na Ufpi em tempos de pandemia” Geografia: Publicações Avulsas B1</p>	<p>(L.) VIANA, Bartira Araújo da Silva; Silva, Josélia Saraiva e (org.). Construindo ferramentas para o ensino de Geografia. 2. ed. Parnaíba: Acadêmica Editorial, 2022. 246p .</p> <p>(C.L.) VIANA, Bartira Araújo da Silva; BARBOSA, M. D. S. . O pensamento espacial e o raciocínio geográfico na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA). In: Raimundo Lenilde de Araújo; Armstrong Miranda Evangelista; Andréa Lourdes Monteiro Scabello. (org.). Ensino de Geografia: avanços, perspectivas e possibilidades. 1ed.Sobral: Sertão Cult, 2023, v. 8, p. 133-148.</p>

	6.. Construindo alternativas didáticas: o uso de imagens de satélite para o estudo da degradação ambiental na geografia escolar. Caminhos de Geografia), v. 23, p. 351-366, 2022. - A1		
Carlos Sait Pereira de Andrade	<p>1- “Análise da cobertura do solo e da temperatura de superfície das zonas especiais de uso sustentável (Zeus) de Teresina, Pi” Formação (A3)</p> <p>2- “Território e Políticas Públicas em uma abordagem geográfica” Revista Caminhos de Geografia (A1)</p> <p>3- “Consolidação das novas centralidades em Teresina (Pi): Uma análise das academias de condicionamento físico na zona leste de Teresina” Revista Equador (A2)</p> <p>4- “Geotecnologias no ensino de climatologia geográfica: proposta prático-pedagógica com o uso do windy”. Caminhos de Geografia, 2023. (A1)</p>	<p>1- ‘Consequências da urbanização na vegetação e na temperatura da superfície de Teresina–Piauí</p> <p>” Revista Sociedade brasileira de arborização urbana B4</p> <p>2- “O calor descortinando paisagens: Um “Olhar” sobre a Cidade de Teresina-Pi” Geografia: Publicações Avulsas B1</p>	<p>(L.) ANDRADE, Carlos Sait P. de; VALLADARES, Gustavo Souza (org.) ; SANTOS, Raimundo Wilson Pereira dos (Org.) . A Geografia na Gestão Ambiental do Território Rural/Urbano e do Turismo. 1. ed. Sobral - CE: Sertão Cult, 2022. v. 6. 170p .</p> <p>(C.L.) RAMOS, José Germano M. ; ANDRADE, Carlos Sait P. de . A Temperatura diurna em Caxias-MA no mês de julho de 2020. <i>In</i>: Araújo, Raimundo Lenilde de; EVANGELISTA, Armstrong Miranda; SCABELLO, Andréa Lourdes M. (org.). Estudos Socioambientais: Diferentes Abordagens sobre o Piauí e o Maranhão. V.7ed.Sobral-CE: Sertão Cult, 2023, p. 151-168.</p>
Cláudia Maria Sabóia de Aquino	1- “Dinâmica Temporal do uso e cobertura da terra na fronteira agrícola do MATOPIBA: Análise na	1- “Geodiversidade e áreas de relevante interesse para o geoturismo em Monsenhor Gil, Piauí, Brasil” Geografia: Publicações Avulsas B1	(L.) BESERRA NETA, L. C.; SABÓIA DE AQUINO, CLÁUDIA MARIA; HOLANDA, V. C. C. (org.). Cenários geográficos do Norte e Nordeste em debate . 01. ed. Sobral: SertãoCult, 2022. v. 1. 198p.

	<p>sub-bacia hidrográfica do rio Gurguéia-Piauí” Revista Equador A2</p> <p>2- “A geoconservação no Brasil: panorama das iniciativas institucionais e das discussões sobre a temática em eventos científicos” Physis Terrae A4</p> <p>3- “Ações geoeeducativas para divulgação e valorização da geodiversidade e do geopatrimônio” Revista Geosaberes A2</p>	<p>2- Geomorfologia e Geoturismo em unidades de conservação no Estado do Piauí: Estudos de caso na Serra da Capivara, Sete Cidades e Serra das Confusões</p>	<p>(C.L.) SILVA, H. V. M.; ARAUJO, G. L.; SABÓIA DE AQUINO, CLÁUDIA MARIA ; VIANA, M. S. S. ; OLIVEIRA, P. V. Visitando a Geodiversidade. <i>In:</i> Paulo Victor de Oliveira. (org.). Patrimônio Paleontológico do Piauí: os fósseis como testemunhos do passado. 01ed.São Paulo: Dialética, 2023, v. 01, p. 11-56.</p>
<p>Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque</p>	<p>1- “Análise multitemporal dos focos de queimadas em Teresina, estado do Piauí” - Revista de Geociências do Nordeste. A2</p> <p>2- “Aplicação do Índice de Vegetação por diferença normalizada (Ndvi) na Avaliação da Cobertura Vegetal do Município de Regeneração, Estado do Píauí, Brasil” - Revista Geonordeste. A2</p> <p>3- “Influência de variáveis ambientais na ocorrência da dengue utilizando geoprocessamento em Teresina, Piauí.” A1</p>	<p>1-“Google Earth como ferramenta didática no ensino de Geografia no Ensino Médio” B2</p> <p>2- “Do ver ao saber: etnogeomorfologia por moradores de uma comunidade rural no estado do Piauí” B1</p>	<p>(L.) SCABELLO, A. L. M.; VIANA, B. A. S.; ALBUQUERQUE, E. L. S. (org.). Dinâmicas ambientais-urbanas e formação docente no espaço geográfico piauiense. 01. ed. Sobral/CE: Sertão Cult, 2022. v. 01. 188p.</p> <p>(C.L.) ALBUQUERQUE, E. L. S. Sig-web e ensino de geografia física: análises e reflexões. <i>In:</i> José Falcão Sobrinho; Carla Juscélia de Oliveira Souza; Jurandy Luciano Sanches Ross. (org.). A natureza e a geografia no ensino das temáticas físico-naturais no território brasileiro. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023, v. 1, p. 338-355.</p>

<p>Giovana Mira de Espindola</p>	<p>1- “Recuperação e mapeamento da concentração de clorofila-a a partir de imagens do Sentinel-2 em um rio urbano na região semiárida do Brasil” Revista Ambiente e Água A4</p> <p>2- “Análise temporal da cobertura do solo no território dos cocais usando sensoriamento remoto” Revista Tecnologia e Sociedade A4</p> <p>3- “Nova direita na política externa brasileira (2016-2021) e a (des) integração mercosulina” Revista Conjuntura Global A4</p>	<p>1-” Sistema de sesmarias e a fundação da colonialidade do território no Piauí” Revista Geográfica de América Central B1</p> <p>2- “Uso do SIG na delimitação e mapeamento das áreas de preservação permanente do rio Poti (Teresina/PI) / Use of Gis on the delimitation and mapping of permanent preservative areas of the Poti river (Teresina/PI)” Brazilian Journal of Development C</p>	<p>(C.L.) SILVA, M. L.; BEZERRA, A. K. L. ; ESPINDOLA, GIOVANA . Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma análise da efetividade do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos em Teresina-PI. <i>In:</i> Afonso Feitosa Reis Neto; Ana Keuly Luz Bezerra; José Machado Moita Neto. (org.). Interdisciplinaridade do Direito Ambiental. 1ed.Teresina: IFPI, 2022, v. 1, p. 53-70.</p> <p>(C.L.) MELO FILHO, J. M. M.; FACANHA, A. C.; ESPINDOLA, G. . A implantação do rodoanel em Teresina uma análise sobre os impactos ambientais decorrentes de sua instalação. <i>In:</i> Roseli Farias Melo de Barros; Francisco Soares Santos Filho; Clarissa Gomes Reis Lopes; Ivanilza Moreira de Andrade; José de Ribamar de Sousa Rocha. (org.). Rede prodema em ação nas ciências ambientais. 1ed.Teresina: Rede Prodema, 2020, v. 1, p. 140-152.</p>
---	--	---	--

<p>Gustavo Valladares Souza</p>	<p>1- “Classificação dos solos da Planície do Delta do Parnaíba, PI” Revista Brasileira de Geografia Física A2</p> <p>2- “Influência de variáveis ambientais na ocorrência da dengue utilizando geoprocessamento em Teresina, Piauí” Revista Brasileira de Geografia Médica e Saúde A1</p> <p>3- “Análise da paisagem e do uso e cobertura das terras no nordeste brasileiro, litoral semiárido” Sociedade e Natureza A1</p>	<p>1- “Análise espectral de solos do Baixo Curso do Rio Acaraú, nordeste do Brasil” Revista Brasileira de Ciências Agrárias B2</p> <p>2- “Caracterização pedológica da planície costeira do estado do Piauí” Geografia: Publicações Avulsas B1</p>	<p>(C.L.). DE ARAÚJO FILHO, JOSÉ COELHO ; CORREA, M. M. ; PAIVA, A. Q. ; COSTA, O. V. ; Valladares, Gustavo Souza ; VALLADARES, G. S. ; RIBEIRO, M. R. ; SCHAEFER, CARLOS E.G.R. . Semi-arid Soils of the Caatinga Biome of Northeastern Brazil. <i>In:</i> Carlos E. G. R. Schaefer. (org.). The Soils of Brazil. 1ed.Viçosa: Springer, 2023, v. 1, p. 175-193.</p> <p>(C.L.) Monteiro, N.O. ; VALLADARES, G. S. ; VALLADARES, G. S. . MAPEAMENTO DAS UNIDADES DE RELEVO DA FOLHA DSG SA23 Z-D-V, PIAUÍ. <i>In:</i> Andrea Lourdes Monteiro Scabello; Bartira Araújo da Silva Viana; Iracilde Maria de Moura Fé Lima; Raimundo Lenilde de Araújo. (Org.). Dinâmicas urbanas e ambientais, representações sociais e práticas docentes. 1ed. Sobral: Sertão Cult, 2022, v. 3, p. 63-74.</p>
<p>Josélia Saraiva e Silva</p>	<p>1- “Recursos didáticos não convencionais e seu papel na organização do ensino de geografia escolar” Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais A2</p> <p>2- “Professores de geografia e currículo” Revista da ANPEGE A2</p> <p>3- Como os conceitos estruturantes da Ciência Geográfica estão presentes no Currículo de Geografia</p>	<p>1- “O Smartphone como recurso pedagógico no ensino de Geografia escolar” Geografia: Publicações Avulsas B1</p>	<p>(C.L.) SILVA, Joselia Saraiva e. Ensino de Geografia e representação social: uma introdução. <i>In:</i> Joselia Saraiva e Silva; Larissa Sousa Mendes. (org.). Representações sociais e ensino de geografia. 1ed. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021, v. 1, p. 17-26.</p> <p>(C.L.) SILVA, Joselia Saraiva e. Representação Social de Criança pobre entre professores da Educação Básica no Estado do Piauí. <i>In:</i> SILVA, Joselia Saraiva e; MILANEZ, Maria A. Milanez; SOARES, Norma P. L. (org.). O sentido da pobreza entre professores da educação básica. 1ed.Teresina: EDUFPI, 2021, v. 1, p. 116-136.</p>

	da rede municipal de Teresina – PI? Revista Equador A2		
Mugiany Oliveira Brito Portela	<p>1- “BNCC: O ensino de geografia e a linguagem cartográfica” Revista da ANPEGE A2 (2020)</p> <p>2- “As contribuições da Geografia para o ensino de cidade e a formação cidadã” Revista brasileira de educação em geografia A2 (2022)</p> <p>3- “Uma Experiência na residência pedagógica de geografia/UFPI: Uso de jogos e aprendizagem significativa” A Caminhos de Geografia A1 (2022)</p>	<p>1- “O conceito Território nas pesquisas sobre o ensino de geografia” Revista Produção Acadêmica B4 (2022)</p> <p>2- “A literatura de cordel como recurso didático não-convencional para o ensino de geografia” Geografia: Publicações Avulsas B1 (2019)</p>	<p>(C.L1). PORTELA, Mugiany Oliveira Brito; ALVES, A. O. ; Leite, Crstina Maria Costa . professores formadores em cursos de Licenciatura em Geografia. In: Eliana Marta Barbosa de Moraes; Denis Richter. (org.). Formação de professores de Geografia no Brasil. 1. ed.Goiania: C&A Alfa Comunicação, 2020, v. 01, p. 75-104</p> <p>(C.L2). PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. Introdução. In: LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé; PORTELA, Mugiany Oliveira Brito; GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra. (Org.). Ensino da cidade de Teresina: meio ambiente e paisagens. 01ed.Sobral: SertãoCult, 2023, v. 01, p. 15-20.</p>
Raimundo Jucier de Sousa Assis	<p>1- Assis, Raimundo Jucier Sousa de. China, Brasil e Piauí:nova regionalização no -cerrado piauiense- em face da dinâmica da geopolítica contemporânea (2008 - 2019)1China, Brésil et Piauí: nouvelle régionalisation du sud-ouest du Piaui face à la dynamique de la géopolitique contemporaine (2008-2019)China, Brazil and Piauí:new regionalization of southwest Piaui facing the dynamics of contemporary geopolitics (2008-2019). CONFINS (PARIS) JCR, v. 50, p. 01-20, 2021. A1</p>	<p>1- “Cruzando a cidade: O transporte urbano sobre trilhos em Teresina-PI” Geografia: Publicações Avulsas B1</p> <p>2- “O uso do role playing game (Rpg) no ensino de geografia” Geografia: Publicações Avulsas B1</p>	<p>(L.) ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. Ferrovias de papel: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864 - 1880). 1. ed. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023. v. 1. 218p .</p> <p>(C. L.) ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. Teorizando a China contemporânea: divergências entre David Harvey e Giovanni Arrighi na abertura do século XXI. <i>In:</i> Alexandrina Luz Conceição; Ana Fani Alessandri Carlos; Manoel Fernandes de Sousa Neto; Rogata Soares Del Gaudio. (org.). Marx, a geografia e a teoria crítica. 1. ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2023, v. 1, p. 299-325.</p>

	<p>2- “A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos” Revista Geografias A2</p> <p>3- “Colonização, descolonização e pós-colonialismo: A gênese da Guiné-Bissau na geopolítica da guerra fria A3</p>		
Raimundo Lenilde de Araújo	<p>1- “Educação contextualizada no Semiárido: O que a geografia tem a ver com isso?” Geociências A2</p> <p>2- “A utilização do simcity 5 como ferramenta de análise dos problemas ambientais urbanos no ensino de geografia” Revista Brasileira de Educação em Geografia A2</p> <p>3- “A Lei 10.639/03 como orientação político-pedagógica para uma educação antirracista na escola” Revista online de Política e Gestão Educacional A3</p>	<p>1- “Ensino de Geografia e educação ambiental: uma discussão teórica” Revista Eletrônica do PRODEMA B1</p> <p>2- “Avaliação da aprendizagem de geografia em escolas de tempo integral de Campo Maior/Pi: normativas, concepções e práticas” Revista Signos Geográficos B4</p>	<p>(C.L.) NASCIMENTO JUNIOR, Valdinar Pereira do. ; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de . Meio ambiente, ensino e pesquisa: projeto de inserção sobre educação ambiental em uma escola privada em Teresina/PI. <i>In: Giovanni Seabra. (org.). Terra: objetivos do desenvolvimento sustentável no mundo pandêmico. 1ed.Ituiutaba/MG: Editora Barlavento, 2023, v. 2, p. 993-1002.</i></p> <p>(C.L.) CARNEIRO, Rosalvo Nobre. ; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de . Didática da geografia crítico-marxista no Brasil (1980-2010): sentidos, elementos e linguagem. <i>In: Jussara Fraga Portugal e Simone Oliveira (org.). Anais do 15º ENPEG. 1ed.Salvador: UNEB, 2023, v. 1, p. 1-1.</i></p>

Legenda: L. (Livro); C.L (Capítulo de Livro).

Apêndice H - Qualificação acadêmica, didática, técnica, científica

Corpo Docente - Atividades de Formação (Orientação, disciplinas, projetos)														
Nome	Categoria	Orientações Concluídas							Disciplinas	Participação em Projetos de Pesquisa				
		Graduação		Pós-Graduação						Total em Andamento	Na Proposta			
		IC	TCC	ESP	MP	ME	DO	DR			Total	Responsável	Membro	
ANTONIO CARDOSO FACANHA	PERMANENTE	19	67	5		24	3		31	5 (concluído)				
ARMSTRONG MIRANDA EVANGELISTA	PERMANENTE	2	12	2		6			11	2 (concluído)	1	1		
BARTIRA ARAUJO DA SILVA VIANA	PERMANENTE	44	104	10		12			15	5 (concluído)	1	1		
CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE	PERMANENTE	7	20	3		12			17	2 (concluído)	1	1		
CLAUDIA MARIA SABOIA DE AQUINO	PERMANENTE	21	24	4		18			10	8 (concluído)	4	4		
EMANUEL LINDEMBERG SILVA ALBUQUERQUE	PERMANENTE	12	26	8		5			8	8 (concluído)	2	1	1	

GIOVANA MIRA DE ESPINDOLA	PERMANENTE	5	11	3		18	4		20	7 (concluído)	3	1	2
GUSTAVO SOUZA VALLADARES	PERMANENTE	23	14	11		22	3*		24	15 (concluído)	2	1	1
JOSELIA SARAIVA E SILVA	PERMANENTE	1	8	8		13			10	4 (concluído)			
MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA	PERMANENTE		29	6		4			6	3 (concluído)	2	2	
RAIMUNDO JUCIER SOUSA DE ASSIS	PERMANENTE	2	29	4		2**			9	8 (concluído)	2	2	
RAIMUNDO LENILDE DE ARAUJO	PERMANENTE	2	78	128		21			31	2 (concluído)	10	9	1

Anexo A - Cartas de Anuência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO – PROPOPI
Campus Ministro Reis Veloso

Parnaíba, 05 de dezembro de 2023.

DECLARAÇÃO

A Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, declara ciência que a Prof.^a Dr.^a **EDVANIA GOMES DE ASSIS SILVA**, lotado no Curso de Bacharelado em Turismo, com regime de trabalho 40h – DE, desenvolve atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e participa do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, sem acarretar prejuízo à sua carga horária de trabalho desenvolvida nesta instituição.

Documento assinado digitalmente
gov.br JEFFERSON SOARES DE OLIVEIRA
Data: 07/12/2023 10:12:44-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Jefferson Soares de Oliveira
Pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
Campus Universitário Petrônio Portela - Bairro Ininga

Teresina, 05 de dezembro de 2023

DECLARAÇÃO

A Chefia do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE), do Centro de Ciências da Educação (CCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), declara ciência de que o Prof. Dr. **ARMSTRONG MIRANDA EVANGELISTA** está lotado no DMTE, com regime de trabalho 40h – DE, desenvolve atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e participa do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI sem acarretar prejuízo à sua carga horária de trabalho desenvolvida neste Departamento.

Documento assinado digitalmente
LIDIANY PEREIRA DOS SANTOS
Data: 05/12/2023 16:47:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lidiany Pereira dos Santos
Chefia DMTE/ CCE/ UFPI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
Campus Universitário Petrônio Portela - Bairro Ininga

Teresina, 05 de dezembro de 2023

DECLARAÇÃO

A Chefia do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE), do Centro de Ciências da Educação (CCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), declara ciência de que a Profa. Dra. **JOSÉLIA SARAIVA E SILVA** está lotada no DMTE, com regime de trabalho 40h – DE, desenvolve atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e participa do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI sem acarretar prejuízo à sua carga horária de trabalho desenvolvida neste Departamento.

Documento assinado digitalmente
gov.br LIDIANY PEREIRA DOS SANTOS
Data: 05/12/2023 16:37:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Lidianny Pereira dos Santos
Chefia DMTE/ CCE/ UFPI




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Universitário Ministro Petônio Portella
CENTRO DE TECNOLOGIA
Departamento de Transportes e Geomática

Teresina 06 de dezembro de 2023

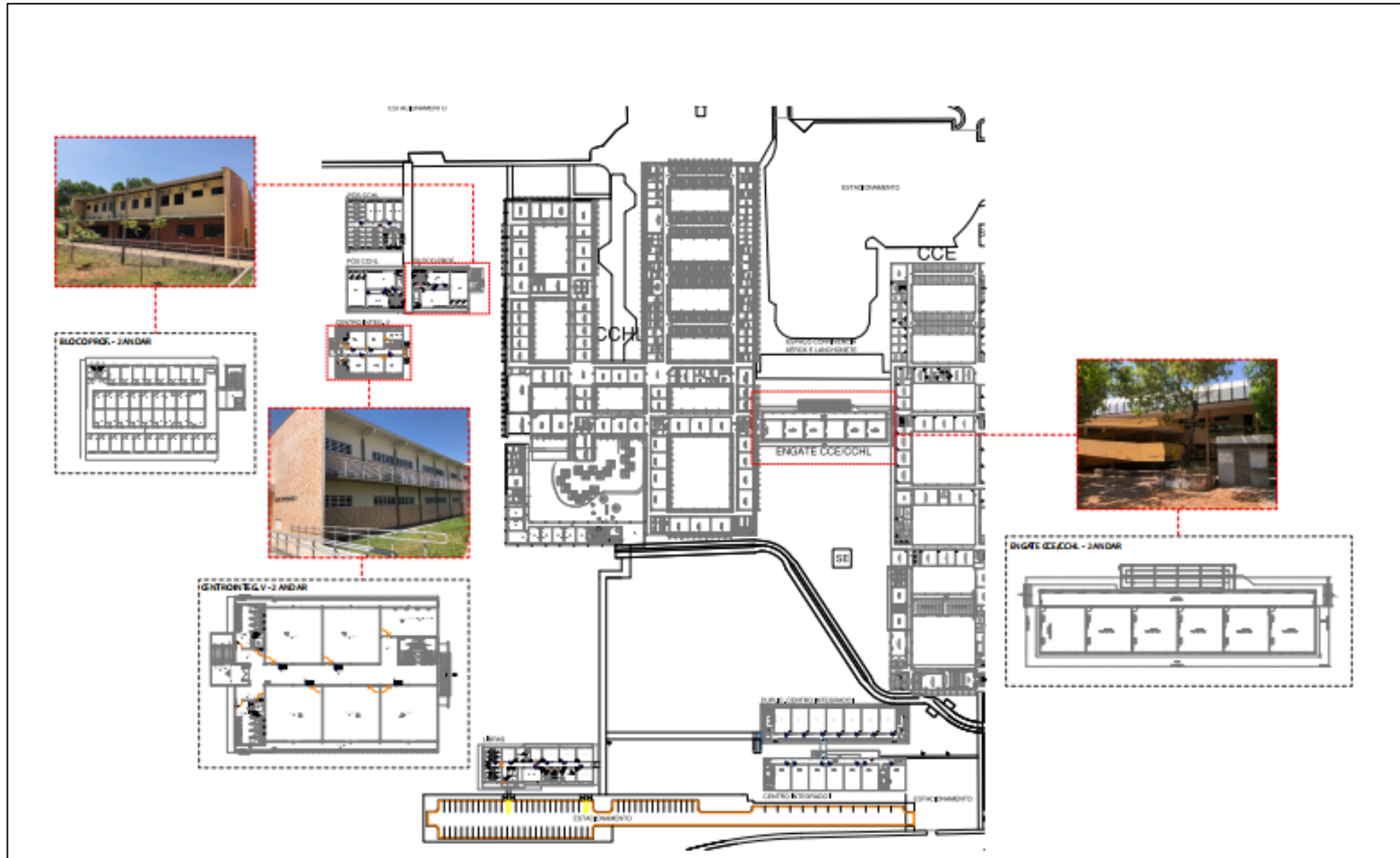
DECLARAÇÃO


A Chefia do Departamento de Transportes e Geomática (DTG), do Centro de Tecnologia (CT), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), declara ciência de que a professora Dra. **GIOVANA MIRA DE ESPINDOLA** está lotada no DTG, com regime de trabalho de 40h – DE, desenvolvendo atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, participando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI sem acarretar prejuízo à sua carga horária de trabalho desenvolvida neste Departamento.

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS MACHADO DE ALBUQUERQUE**
Data: 06/12/2023 09:42:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCOS MACHADO DE ALBUQUERQUE
Chefe do Departamento de Transportes e Geomática

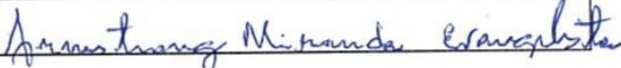
Anexo B - Planta do CCHL


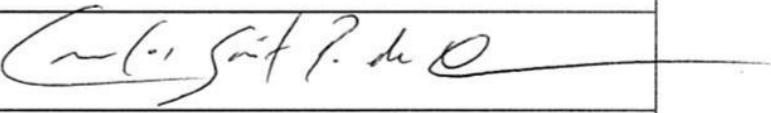



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO

Extrato de Ata da 107ª Reunião do Colegiado de Curso – 07.12.2023

Extrato de Ata da centésima sétima Reunião Extraordinária do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) do Curso de Mestrado em Geografia, da Universidade Federal do Piauí, realizada no dia sete de dezembro de dois mil e vinte e três às dezesseis horas, de forma híbrida, presencial e através de ferramenta de webconferência Google Meet. A reunião teve início às dezesseis horas e foi aberta pelo Professor Armstrong Miranda Evangelista, na condição de Coordenador em exercício do Mestrado em Geografia. Estiveram presentes na reunião: Armstrong Miranda Evangelista, Antônio Cardoso Façanha, Bartira Araújo da Silva Viana, Carlos Sait Pereira de Andrade, Edvania Gomes de Assis Silva, Josélia Saraiva e Silva, Mugiany Oliveira Brito Portela, Raimundo Jucier Sousa de Assis, Roneide dos Santos Sousa, Sonia Maria Ribeiro de Souza, Suedio Alves Meira e os representantes discentes Verlando Marques e Mara Cristina. Ausentes os professores: Raimundo Lenilde de Araújo, Cláudia Maria Sabóia de Aquino, Gustavo Souza Valladares, Andrea Lourdes Monteiro Scabello. O professor, Armstrong Miranda Evangelista, abriu a Reunião do Colegiado comunicando a ordem do dia: **1.2. Aprovação das propostas APCN de Doutorado - Geografia do PPGGEO e Regimento do Doutorado (Processo número 23111.038870/2023-07)**: O professor Armstrong Miranda Evangelista, na condição de coordenador em exercício, abre o ponto de pauta esclarecendo a relevância da reunião e transfere à palavra à relatora do processo número 23111.038870/2023-07; Assunto detalhado: Proposta de APCN em nível de Doutorado em Geografia do PPGGEO/UFPI, a professora Sonia Maria Ribeiro de Souza. Com a palavra, a referida docente realiza uma exposição geral do teor do documento e em seguida faz a leitura do seu parecer, que consta como resultado final a sua posição favorável. Em discussão. Em votação. Processo número 23111.038870/2023-07, referente à proposta de APCN em nível de Doutorado em Geografia do PPGGEO/UFPI, aprovada por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, lavrou-se a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

Membros do Colegiado	Assinatura
Armstrong Miranda Evangelista	

Andrea Lourdes Monteiro Scabello	
Antônio Cardoso Façanha	
Bartira Araújo da Silva Viana	Bartira Araújo da Silva Viana
Carlos Sait Pereira de Andrade	
Cláudia Maria Sabóia de Aquino	
Edvania Gomes de Assis Silva	
Gustavo Souza Valladares	
Josélia Saraiva e Silva	Josélia Saraiva e Silva
Mugiany Oliveira Brito Portela	Mugiany Oliveira Brito Portela
Raimundo Wilson Pereira de Sousa	Raimundo Wilson Pereira de Sousa
Raimundo Lenilde de Araújo	
Roneide dos Santos Sousa	
Sonia Maria Ribeiro de Souza	Sonia Maria Ribeiro de Souza
Suedio Alves Meira	Suedio Alves Meira
Raimundo Jucier Sousa de Assis	Raimundo Jucier S. de Assis



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGCEO
Site: <http://www.ufpi.br/ppggeo2>
E-mail: ppggeo@ufpi.edu.br - Fone: (86) 32372253
www.instagram.com/ppggeo_ufpi -
www.facebook.com/ppggeo_ufpi



Teresina, 07 de dezembro de 2023

Processo: 23111.038870/2023-07

Origem: Divisão de Protocolo//UFPI

Interessado: Bartira Araújo da Silva Viana/Coordenadora do PPGCEO/UFPI

Assunto: Proposta de APCN, nível de Doutorado em Geografia/CCHL do PPGCEO/UFPI

O Processo nº 23111.038870/2023-07 cadastrado em 03 agosto de 2023 refere-se à proposta de APCN, em nível de Doutorado em Geografia/CCHL/UFPI. A proposta visa formar profissionais na área de Geografia capazes de analisar criticamente a realidade nas suas dimensões socioespaciais e em diferentes escalas de análise. E propõe o curso de doutorado com a oferta de duas linhas de pesquisa, sendo uma voltada para os Estudos Regionais e Geoambientais e a outra direcionada para o Ensino de Geografia, atendendo egressos de cursos de mestrado em Geografia e/ou áreas afins.

O documento/proposta apresenta a seguinte estrutura:

1) Infraestrutura de ensino e pesquisa e descreve as condições necessárias em termos dos espaços físicos como seis (6) laboratórios e biblioteca, rede de computadores e fontes de informação e multimídia aos corpos docente e discente, disponibilidade de espaço físico e de condições para o trabalho administrativo os quais cumprem, inicialmente, as exigências necessárias para o funcionamento do curso (p.6-10)

2) A proposta do curso organiza-se em:

-Histórico e contextualização da proposta de curso (p. 10-17)

-Adequação ao plano de desenvolvimento da instituição proponente e política de autoavaliação do programa (p. 17-18)

-Objetivos (p.18-19)

-Coerência entre área de concentração, linhas de pesquisa ou atuação, e projetos (19-20)

-Estrutura curricular, disciplinas e referencial bibliográfico (p.20-21)

- Critérios de seleção de alunos (21-25)
- Quantitativo de vagas e relação de orientandos por orientador (p.25)
- Formação pretendida e perfil do egresso – para cursos acadêmicos e profissionais (p.25)
- Regimento do curso e forma de implementação de política de autoavaliação do programa (p.26-28)

Essa estrutura evidencia em seus pressupostos e em seus objetivos seu caráter de interface entre a análise social e a natural, estabelecem entre duas áreas de ênfases diferentes e ao mesmo tempo complementares e que se desenvolvem na busca de instrumentação para as práticas profissionais e de pesquisa em Geografia tanto na escala nacional quanto em escala regional.

3) Corpo Docente: salienta a formação do quadro docente a partir de várias IES brasileiras, sendo que todos com Dedicção Exclusiva (Apêndice B). O que atesta o atendimento no que se refere a titulação e qualidade dos docentes para o processo de formação pleiteado. Também observa mínimo de docentes para o quadro permanente, a participação de professores em projetos financiados (FINEP, CNPQ, FAPEPI) e outros programas de formação (APENDICE D), assim como quanto à vinculação da qualificação (acadêmica, didática, técnica) aos objetivos dos proponentes e da proposta (APENDICES E, F,G).(p. 28-33). Consta ainda a política de acompanhamento de docentes (credenciamento e descredenciamento) do programa cujos critérios adotados seguem as orientações da CAPES. (p.33-37).

4) Produção: delinea-se a contribuição do corpo docente, quadro permanente, na divulgação das pesquisas realizadas, por meio da produção e publicação em periódicos que têm, na sua maioria, Qualis, capítulos de livros, livros, que revelam a coerência e adequação aos critérios exigidos para a implantação de curso em nível de doutorado (p. 44)

Constam, ainda, na proposta:

Apêndice A- o Regimento PPGGEO/Doutorado que regulamenta/regra a formulação da APCN

Apêndice B - Matriz Curricular

Apêndice C - Informações gerais dos docentes

Apêndice E - Formação dos docentes e projetos de pesquisa

Apêndice F - Produção do Docente: Quantificativos declarados (Geral) e consolidados com base nas produções declaradas na proposta

Apêndice G - Produção docente em revistas e livros

Apêndice H - Qualificação acadêmica, didática, técnica, científica

Anexos A - cartas de anuência

Anexo B - Mapa do CCHL

De tal forma que a proposta apresentada atende ao que preconiza a **Resolução Nº 189/07-CEPEX-02**, Capítulo II, . Seção I, cito:

§ 1º O processo de criação de PPGs dar-se-á mediante aprovação de Projeto e respectivo Regimento Interno, elaborados por equipe designada por ato específico da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e aprovados nas instâncias

acadêmicas competentes, segundo as normas adotadas pela CAPES.

§ 3º Os modelos adotados para elaboração de projetos de criação de PPGs obedecerão ao estabelecido em normas específicas da CAPES, de instituições associadas ou legislação federal equivalente;

Diante do exposto e observadas as normativas que regem a implantação de cursos de Pós-Graduação da UFPI e e entendendo que a APCN, na sua formulação atende ao que dispõe as Normas da CAPES, sou de **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação, salvo melhor juízo deste colegiado.

A handwritten signature in black ink, reading "Sônia Maria Ribeiro de Souza". The signature is written in a cursive style and is centered on the page.

Profª Drª Sônia Maria Ribeiro de Souza

SIAPE 2284564



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 617, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova criação do Programa de Pós-Graduação em Economia, a nível de Mestrado, da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 18/12/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.060208/2023-61;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Programa de Pós-Graduação em Economia, a nível de Mestrado, a ser ofertado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, da Universidade Federal do Piauí, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência devido ao prazo para submissão das propostas de APCN pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Teresina, 20 de dezembro de 2023


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRO-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROPOSTA DE MESTRADO EM ECONOMIA

**GILDASIO
GUEDES
FERNANDES:
07757956315**

Digitally signed by GILDASIO
GUEDES
FERNANDES:07757956315
DN: cn=GILDASIO GUEDES
FERNANDES:07757956315,
c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=PRESENCIAL,
email=guedes@ufpi.edu.br
Date: 2023.12.21 10:46:17 -
03'00'

Teresina
Janeiro, 2024

SUMÁRIO

1	CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA	3
1.1	Contextualização institucional e regional da proposta	3
1.2	Justificativa para a proposta	5
2	HISTÓRICO DO CURSO	8
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DE ENSINO E PESQUISA	12
3.1	Infraestrutura acadêmica	12
3.2	Infraestrutura administrativa exclusiva para o Programa.....	13
3.3	Infraestrutura administrativa e de acesso bibliográfico complementar ao Programa no âmbito da UFPI	13
3.3.1	<i>Salas para docentes</i>	14
3.3.2	<i>Bibliotecas</i>	14
3.4	Acervos bibliográficos complementar ao Programa externos à UFPI	18
3.4.1	<i>Informações Complementares</i>	22
4	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE.....	24
5	COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO.....	26
6	POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO	29
7	INFORMAÇÕES ADICIONAIS	31
8	DETALHAMENTO DO CURSO.....	33
8.1	Objetivos	33
8.2	Perfil do Mestre em Economia.....	34
8.3	Área de concentração e linhas de pesquisa	35
8.3.1	<i>Área de concentração - Economia e Desenvolvimento Econômico</i>	35
8.3.2	<i>Linhas de pesquisa</i>	36
8.4	Estrutura curricular.....	37
8.5	Ementário e referências bibliográficas	40
8.5.1	<i>Disciplinas obrigatórias</i>	40
8.5.2	<i>Disciplinas Optativas</i>	44
8.5.3	<i>Outras disciplinas</i>	62
8.6	Corpo Docente	63
8.6.1	<i>Dados Pessoais</i>	63
8.6.2	<i>Formação acadêmica / Vínculo profissional</i>	64
8.6.3	<i>Produção</i>	65
9	PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO	66
10	POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA	85
11	COMPROMETIMENTO DAS DEMAIS INSTÂNCIAS COM AÇÕES DESTINADAS A FORTALECER O PROGRAMA.....	87
	REFERÊNCIAS	90

DADOS GERAIS

a. DA INSTITUIÇÃO

- **Código da IES:** 21001014
- **CNPJ:** 06.517.387/0001-34
- **Nome da IES:** Fundação Universidade Federal do Piauí
- **Sigla da IES:** UFPI
- **Site:** www.ufpi.br
- **Endereço:** *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga
- **Logradouro:** Avenida Universitária
- **CEP:** 64049-550
- **Cidade:** Teresina
- **Estado:** Piauí
- **Telefone:** (086) 3215-5511
- **E-mail:** secretariareitor@ufpi.edu.br
- **Esfera administrativa:** Federal

b. DO REITOR

- **CPF:** 077.579.563-15
- **Nome:** Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes
- **E-mail:** reitor@ufpi.edu.br

c. DO PRO-REITOR

- **CPF:** 287.255.143-34
- **Nome:** Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira de Araújo
- **E-mail:** prpg@ufpi.edu.br

d. DO COORDENADOR DA PROPOSTA

- **CPF:** 003.435.710-64
- **Nome:** Juliano Vargas
- **E-mail:** juliano.vargas@ufpi.edu.br

PROPOSTA DO CURSO

- a. **Área de conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas
- b. **Título:** Mestrado em Economia
- c. **Tem graduação na área ou área afim:** SIM, desde 4 de março de 1976, pelo Ato da Reitoria número 36/76 - UFPI.
- d. **Nível do curso proposto:** Mestrado Acadêmico
- e. **Situação do curso:** Proposta nova
- f. **Número de vagas:** 11 vagas

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

- a. **Dados do Coordenador**
 - **CPF:** 003.435.710-64
 - **Nome:** Juliano Vargas
 - **E-mail:** juliano.vargas@ufpi.edu.br
 - **Fone:** (86) 98177-3323
- b. **É associação:** NÃO

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1.1 Contextualização institucional e regional da proposta

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem mostrado um excelente desempenho no ensino de Pós-Graduação tanto no âmbito *Stricto Sensu* como *Lato Sensu*. Este foi iniciado em 1977 e abrange Cursos de Especialização e outros Programas.

A Pós-Graduação na UFPI foi institucionalizada a partir da Resolução Nº 106/1977 do Conselho Diretor da Fundação. A partir de uma alteração do Estatuto da Universidade foi criada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em 22 de dezembro de 1977. Já no ano de 2013, devido à necessidades que se fizeram prementes, a Pró-Reitoria foi dividida e, pela Resolução Nº 01/2013-CONSUN, foram criadas as Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Pesquisa (hoje, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação). A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação é diretamente subordinada à Reitoria. A Universidade Federal do Piauí atualmente possui 43 Programas de Pós-Graduação, sendo 33 Mestrados Acadêmicos (1 em associação), 08 Mestrados Profissionais, 18 Doutorados Acadêmicos, 02 Doutorados em Associação, 01 Doutorado Profissional, com oferta de 63 cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu*.

A Pós-Graduação da UFPI, respaldada nos valores da excelência acadêmica e da sensibilidade social, indicadores do compromisso com o Ensino Superior Público no Brasil, vem alcançando patamares elevados na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e conta com dispositivos capazes de assegurar uma sólida formação especializada e, ao mesmo tempo, com mecanismos que facilitam uma constante adaptação às mudanças exigidas pelo avanço do conhecimento.

O curso de mestrado acadêmico em Economia volta-se para o estudo e o combate às assimetrias regionais, com ênfase no Nordeste, possuindo como área de concentração o Desenvolvimento Econômico. Desta forma, incorpora-se na política de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí que é a principal instituição responsável pela transformação econômica e social do estado, através da busca de soluções de problemas que historicamente o colocam nas piores posições quanto aos indicadores econômicos e sociais.

O Mestrado em Economia é de suma importância na medida em que se propõe discutir a questão do desenvolvimento regional, capacitando profissionais para a realização de

atividades de pesquisa, ensino, consultoria e planejamento nas esferas pública e privada. Para tanto, o curso foi estruturado em cima de uma dimensão teórica, que possibilita o acesso às questões básicas para a compreensão e interpretação do arranjo espacial das atividades econômicas em diferentes regiões, e de uma dimensão aplicada relativa à construção de indicadores que possibilitarão a construção de uma base dados, imprescindível para a análise do processo de desenvolvimento e de estudos comparados entre regiões e localidades.

O curso de mestrado proposto busca atender a demanda social de transformações da realidade do Estado no contexto regional e nacional, diante das históricas políticas regionais ineficientes que não foram capazes de reverter o referido cenário econômico, tornando-o ainda amplamente dependente de transferências governamentais.

É preciso, portanto, alavancar políticas de desenvolvimento socioeconômicas sustentáveis que só serão possíveis a partir de uma discussão *in loco* dos problemas regionais, compatíveis com a proposta do curso citado. Aliado a isso, a capacitação de profissionais de nível superior é um instrumento eficaz na transformação de concepções do contexto local, um importante mecanismo para alcançar melhorias socioeconômicas. O curso busca qualificar graduados em ciências econômicas.

O curso proposto é fruto de amplo processo de discussão com o corpo docente, e responde à demanda de egressos e do mercado de trabalho local. Isto porque, por um lado, a UFPI é a única instituição de ensino superior em Teresina, que oferta o curso de Ciências Econômicas e, por outro, pelo fato do estudo do Desenvolvimento econômico abrir caminho para o entendimento de relevantes questões econômicas que podem auxiliar na promoção do desenvolvimento da cidade de Teresina e do Estado do Piauí.

1.2 Justificativa para a proposta

Vale ressaltar o efeito multiplicador da inserção desses docentes nos cursos de mestrado de doutorado em áreas afins, no sentido de favorecer a qualificação de professores do próprio departamento e de outras instituições como UFDPAr, IFPI e inúmeros economistas egressos, que atuam na esfera pública e privada estadual e municipal, estudando assuntos da economia regional, rural, ambiental e políticas, bem como temas transversais.

Agrega-se também a articulação com discentes da graduação de Economia, a partir dos TCCs e iniciação científica, com aporte de bolsa da UFPI e CNPq. Estes tiveram oportunidades de participar de projetos com parceria intencional (Universidades alemãs e Universidade italiana) e em projetos financiados pelo Banco do Nordeste (BNB), Fundação de Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), CNPq, FINEP e Emenda parlamentar de piauiense e do Programa Ciência sem Fronteira do CNPq.

Este quadro nos revela o grande interesse dos egressos do Curso em continuar seus estudos na área de economia e que muitas vezes migraram para estes cursos afins por falta de opção no estado do Piauí e as restrições impostas nas oportunidades de cursos de pós-graduação em outros Estados.

O ambiente acadêmico recente da UFPI tende para consolidação dos mestrados e doutorados institucionais e em rede, e apoiar a implantação de cursos em áreas de conhecimento faltantes, o que coincide com a renovação no corpo docente do Curso de Ciências Econômicas nas áreas de teoria econômica e métodos quantitativos e a conclusão do processo interno de discussão para reestruturação curricular com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas (pareceres e resoluções de 2004, 2005, 2006 e 2007 do CNE).

As transformações na sociedade, o desenvolvimento da ciência e suas implicações no mercado de trabalho forjaram a necessidade de adequações e ajustes sistemáticos no currículo do Curso de Ciências Econômicas buscando a melhoria do processo de formação profissional. Neste contexto, em 2017, iniciou-se um processo interno de discussão para reestruturação curricular com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas que finalizou apenas no primeiro semestre de 2018.

A discussão possibilitou a elaboração de um Projeto Político Pedagógico e Conteúdos Curriculares que apontam para as novas necessidades da economia contemporânea exigindo

novas competências e habilidades dos formandos sem, contudo, relegar o caráter plural das ciências econômicas e da formação ética dos economistas.

Também apontou para a necessidade de consolidar o ensino de Ciências Econômicas na IES, e no próprio estado, avançando para a necessidade de implantação do programa de pós-graduação, em nível de mestrado, com área de concentração e linhas de pesquisa centradas nas questões sobre crescimento e desenvolvimento econômico, com objetivo de formar capacitações humanas sólidas para atuar na economia do desenvolvimento, e cumprindo o papel de gerar novos conhecimentos para ações, políticas e estratégias de desenvolvimento regional, territorial e local, em um Estado da região Nordeste recheado de disparidades intra-municipais e que vem transitando ente o cresce e se desenvolver numa perspectiva diferente, conforme indica o Plano Piauí 2030 (SEPLAN) como vetores estratégicos para a economia piauiense: a agricultura familiar, o agronegócio, a energia eólica, solar e hidrogênio verde, mineração, turismo e serviços. E a meta estabelecida pelo estado para 2030, quais sejam, Piauí Desenvolvido e Sustentável, com elevação do IDH para 0,80.

Portanto, o Curso de Economia, empreendeu um esforço coletivo ao longo de 47 anos de construção de ensino, pesquisa e extensão, possuindo um estoque de egressos a objetivar a formação em nível de mestrado em Economia e impulsionar a competitividade no mercado de trabalho acadêmico e de instituições públicas e privadas, contará também com a demanda dos economistas oriundos da graduação em economia na UFDpar, e de outros Estados, ponderando que o perfil sócioeconômico do egresso é de maioria das famílias de renda baixa, muitos dos municípios do interior do estado, e menos de 10% destes galgaram curso de mestrado.

É o momento da UFPI construir capacitações humanas e garantir acesso equitativo às oportunidades humanas no campo das Ciências Econômicas. Formaram-se 60 turmas de economistas que atuam nas mais diferentes áreas profissionais. Esta trajetória é resultado do compromisso de gerações de docentes e discentes que escolheram a profissão acreditando nas ciências econômicas e no que elas podem fazer pela melhoria da qualidade de vida.

Vale destacar que, no âmbito do Piauí, existem presencialmente apenas dois cursos de graduação em Ciências Econômicas (um na UFPI, em Teresina, e outro na UFDPar, na cidade de Parnaíba), sem haver nenhum mestrado em Economia, seja profissional, seja acadêmico. Nesse sentido, é de fundamental importância para o avanço socioeconômico o estado do Piauí,

para a sociedade piauiense e para os discentes e docentes da instituição a concretização da iniciativa de implantar um mestrado *Strictu Sensu* na instituição.

É importante ressaltar que a proposta do mestrado em economia da UFPI tem enfoque novo e complementar ao desenvolvimento da graduação em Ciências Econômicas, contribuindo para a formação em economia regional e avaliação de políticas, assim como conhecimento de métodos aplicados a realidade regional, que pode favorecer o desenvolvimento do Piauí em sua inserção regional e internacional.

HISTÓRICO DO CURSO

No contexto de transformações da década de 1960, foi criada, pela União (Lei n. 5.528), sob a forma de Fundação, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), sendo efetivamente instalada em 1971. Entre 1971 e 1978, oferecia 35 cursos, sendo 18 de Licenciaturas, 4 de Tecnólogos e 13 de Bacharelados.

Assim, em 4 de março de 1976, o Ato da Reitoria n. 33, autorizava o funcionamento do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Piauí. O Curso estava vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, no então Instituto de Ciências Humanas e Letras – atualmente Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), e iniciou com 53 alunos cadastrados (27 ingressantes pelo vestibular e 23 transferidos). O Departamento de Ciências Sociais também era responsável por mais três cursos regulares: Tecnólogo em Programação Econômica e Planejamento Administrativo (criado em 1972 e extinto depois da criação do curso de Economia), Ciências Contábeis (em 1976) e Serviço Social (em 1977). O Curso de Ciências Econômicas obteve reconhecimento pela Portaria n. 085, de 16 de janeiro de 1981, do Ministério da Educação

A criação do Curso de Ciências Econômicas teve como fator motivador principal o mercado de trabalho, tendo em vista que o curso de curta duração em Técnico em Programação Econômica e Econômico (TPEPA) não atendia mais as demandas de mercado por profissionais com formação em economia (bacharelado). Além do que, os egressos de próprio curso de TPEPA pressionavam pela complementação de um curso superior de duração plena.

Salienta-se a disponibilidade de profissionais economistas, especialmente no sistema estadual de planejamento - Secretaria de Planejamento e Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (Cepro) para compor corpo docente inicial do Curso de Ciências Econômicas, e viabilizar o ensino, a pesquisa e a extensão. Esses docentes, graduados em Economia em Universidades da região Nordeste e Sudeste, alguns originários de outros estados do Brasil, impulsionaram o ensino teórico, com prevalência da abordagem histórica-estruturalista e voltado para compreender questões econômicas regionais e locais.

As questões teóricas e empíricas do crescimento e desenvolvimento econômico da região Nordeste e do estado do Piauí desde já marcaram a graduação de Economia debatida pelos docentes/autores da publicação Piauí, Realidade e Desenvolvimento da Fundação Cepro.

É notório que a inclusão dos economistas da Fundação Cepro no quadro de docentes do curso, abriu os caminhos para vários discentes iniciarem atividades de pesquisa por meio do estágio curricular nos órgãos estaduais

No que diz respeito à estrutura administrativa, em abril de 1982, foi instituído o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (DCEA) pelo então Reitor prof. José Camillo da Silveira Filho, passando a ter sob sua responsabilidade os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Com base no número de alunos matriculados na UFPI, no segundo período letivo de 1982, constatou-se que das 7.223 matrículas na IES, 38,82% eram nos cursos de graduação vinculados ao CCHL e que o DCEA era responsável por 11,13% do total geral de matrículas na UFPI, este indicador mostrava o interesse pelos cursos lotados no DCEA, incrementado pela transferência de discentes para o Curso de Ciências Econômicas, comum na IES à época, resultou, em pouco mais de cinco anos, em transformá-lo no maior da UFPI em número de alunos cadastrados (578).

Diante do crescente número de discentes matriculados ocorreu um Seminário de Avaliação, realizado em 1983, com os objetivos de diagnosticar os problemas e apontar as saídas para melhor qualidade no processo de formação dos economistas. Duas das proposições do Seminário foram concretizadas nos dois anos seguintes: a contratação de novos professores e a implantação da Coordenação do Curso.

A contratação de novos professores estava fundamentada no fato de que do total de 23 professores lotados no DCEA atuando no Curso de Ciências Econômicas, em 1983, 17 professores em atividade, três afastados para cursos de pós-graduação e três à disposição de órgãos governamentais. Do total em atividade, 14 professores possuíam regime de trabalho em tempo parcial (20 horas) e três em tempo integral (40 horas), enfrentava segundo um Seminário de Avaliação, havendo a necessidade de ampliação do quadro de professores.

O Curso de Ciências Econômicas passou a contar com novos docentes. Em 1984, por meio do primeiro concurso público para professor do Curso. O concurso imprimia também uma nova característica, que era a formação do quadro de docentes com a participação de egressos do próprio curso. Neste concurso, dos seis novos contratados três eram formados em economia na UFPI, reflexo do compromisso na formação de recursos humanos para o mercado de trabalho.

O curso de Ciências Econômicas passaria a partir de então a contar com 29 professores. As novas contratações reforçaram o quadro docente no que respeita a regime de trabalho e qualificação. O número de professores em regime de tempo integral do curso elevou-se para 16, alguns com Dedicção Exclusiva (DE). Crescia também o número de mestres no Curso, visto que alguns dos novos professores estavam concluindo o mestrado (o Curso contava apenas com um doutorando).

Em 1984, também foi criada a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas que teve participação fundamental para o processo de implantação do novo currículo que se concretizou entre os anos 1984-1988, com a aprovação em Assembleia Departamental, em junho de 1988, do Novo Currículo Pleno de Ciências Econômicas da UFPI. Em 14 de fevereiro de 1990, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) aprovou a proposta do Novo Currículo Pleno e também as normas regulamentares da Monografia (Resolução n. 002/1990 do Cepex e Resolução n. 003/1990). No ano seguinte, o Cepex homologou e ratificou a decisão do Conselho Departamental do CCHL em relação à equivalência de currículo (Resolução n. 13/1991 e Resolução n. 017/1991).

O ambiente de mudanças internas no Curso de Economia acompanhava o movimento de articulação nacional para a construção do novo currículo que potencializou importantes transformações no âmbito do Curso de Ciências Econômicas da UFPI. Os debates e reflexões entre profissionais, professores e estudantes sobre os princípios gerais da reforma que resultou na elaboração de um relatório final, coordenado pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), e fundamentou o prof. Armando Dias Mendes (Universidade Federal do Pará) na elaboração do Parecer n. 375 de 1984, do Conselho Federal de Educação, que aprovou o novo Currículo Mínimo de Ciências Econômicas, o qual passou a ter como principal diretriz o ensino pautado na pluralidade do pensamento econômico.

A mobilização de professores e estudantes pela implantação do novo currículo desencadeou o movimento pelo desmembramento do DCEA em dois departamentos: Departamento de Ciências Contábeis e Administrativas (DCCA) e Departamento de Ciências Econômicas (Decon), o que de fato aconteceu em novembro de 1985. O Decon, a Coordenação do Curso e o corpo docente e discente assumiram a tarefa de encaminhar o processo de implantação do novo currículo.

Em junho de 1988, fora aprovado pela Assembleia Departamental o Novo Currículo Pleno de Ciências Econômicas, estruturado com uma base curricular e docente que lhe conferia a identidade de formação pluralista, comprometido com o estudo da realidade brasileira e com o princípio do senso ético de responsabilidade social de que a profissão deve investir-se.

A década de 1990 traz a consolidação do novo currículo, promoção de atividade de extensão por meio de debates – Projeto Sexta Básica sobre a conjuntura econômica nacional e internacional e o estímulo à produção científica do corpo docente, com a organização do Informe Econômico, veículo de publicação do Departamento de Economia.

A pesquisa em temáticas nas áreas de crescimento e desenvolvimento econômico, economia regional e economia agrária e dos recursos naturais foram sendo desenvolvidas pelos docentes em processo de qualificação nos cursos mestrado e doutorado em instituições como Unicamp, ESALQ/USP, USP, UFC, UFPB, dentre outras, que ao retornarem nos anos 2000 dos cursos de pós-graduação moldaram uma nova configuração do corpo docente que alavancou a inserção dos discentes nos programas de iniciação científica da UFPI e melhor qualidade na elaboração dos trabalhos de conclusão do curso de graduação (TCC).

Nesta época a UFPI incrementou ações para implantação de programas de pós-graduação, de modo especial no CCHL e programas multidisciplinar/interdisciplinar, a partir do agrupamento de professores doutores em áreas de conhecimento afins, diante ainda de um número reduzido de doutores com perfil para pós-graduação e atendimento dos critérios exigidos pela CAPES para pleitear curso de pós-graduação em área específica, como por exemplo, em Economia.

Neste cenário professores/doutores do Decon foram convidados a ingressarem nos Programas de Pós-graduação em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciência Política, História Gestão Pública para atuarem como docentes permanente, engajando seus projetos de pesquisa nos eixos vinculados a economia regional, desenvolvimento e políticas públicas, contribuindo para o reforço da base de ensino, pesquisa e extensão do Curso e também a criação de grupos pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil - CNPq e núcleos de pesquisa e extensão.

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS
AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE
INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DE ENSINO E PESQUISA**

1.3 Infraestrutura acadêmica

Atualmente, o Centro de Ciências Humanas e Letras conta com 159 ambientes, distribuídos em, 111 salas de aula, 3 auditórios, 15 laboratórios de ensino, 8 salas para núcleos de pesquisas, 3 salas para projetos de extensão, 2 salas para empresa júnior, 5 laboratórios de informática, 2 Salas para acervo de publicações do CCHL e 11 salas para Centros Acadêmicos (Tabela 1; Quadro 1).

Tabela 1 - Infraestrutura acadêmica do Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI – 2023

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE
Salas de publicações do CCHL	Acervo	2
Auditório Noé Mendes	Auditório	1
Auditório Camilo Filho	Auditório	1
Auditório Socorro Lira	Auditório	1
Empresas Juniores	Empresa escola	2
Laboratórios de Informática	Laboratório	5
Laboratório de Geomática	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Cartografia	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Práticas Educacionais	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Ensino	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Línguas	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Investigação Social	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Edição de Vídeos	Laboratório de Ensino	1
Laboratórios de Estudos e Pesquisa	Laboratório e ensino	4
Núcleo de História Oral	Núcleo de Pesquisa	1
NEP	Núcleo de Pesquisa	1
Núcleos de Pesquisa	Núcleo de Pesquisa	5
NUPEC	Núcleo de Pesquisa	1
PET de serviço social	Projeto de Extensão	1
PET de filosofia	Projeto de Extensão	1
PET de história	Projeto de Extensão	1
Sala de aula	Sala de Aula	103
Mestrado de Geografia	Sala de Aula	1
Mestrado Sociologia	Sala de Aula	1
Mestrado em Antropologia	Sala de Aula	2
Cultura Francesa	Sala de Aula	2
Mestrado em Letras (estudo da linguagem)	Sala de aula	1
Mestrado em Letras (estudos literários)	Sala de aula	1
Salas de estudo individuais (40 estudantes)	Sala de estudos	2
Salas de estudo em grupo para discentes	Sala de estudos	2
Centros Acadêmicos	Sala de uso de discentes	11
TOTAL		159

Fonte: Elaboração própria com dados da PREUNI (2019).

Quadro 1 - Relação dos laboratórios do Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI - 2023

Laboratórios do CCHL	Sala	Prédio
Laboratório de Informática da Graduação	300	Principal
Laboratório de Práticas Educacionais	326	Principal
LIFE: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores	306	Principal
Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia	323	Principal
Laboratório de Ciências de Dados e Metodologia em Ciência Política*	328	Principal
Laboratório de Cartografia Escolar e Geotecnologias (GEOTEC) – Prof. João Gabriel Baptista	332	Principal
Laboratório de Geografia Física e Estudos Ambientais GEOAMBIENTE – Prof. Luciano Ferreira Rodrigues	335	Principal
Laboratório Geomática – LAGEO – Prof. Agostinho Paula Brito Cavalcante	336	Principal
Laboratório de Climatologia Geográfica – TUPÃ – Prof. ^a Augusta Ferreira da Silva Lopes	337	Principal
Laboratório de Solos e Sedimentos – PEDONPI – Prof. José Ferreira Mota Júnior	339	Principal
Laboratório de Geopolítica e Estudos Territoriais – Prof. ^a Bertha Becker*	344 A	Principal
ERIC - <i>English Resource Information Center</i>	345	Principal
Laboratório de Línguas	17	Principal
Laboratório de Informática e Multimídia para as Ciências Econômicas*	38	Principal
Laboratório de Informática da Pós-Graduação – Prof. Airton Sampaio*	P-35	Bloco C

Fonte: Elaboração própria.

* Laboratórios em processo de implantação

1.4 Infraestrutura administrativa exclusiva para o Programa

O Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI possui infraestrutura administrativa exclusiva, funcionando na sala 037, no Centro de Ciências Humanas e Letras, com a seguinte infraestrutura física:

- 01 (uma) sala de coordenação
- 01 (uma) sala de reunião
- 06 (seis) computadores para utilização administrativa interligados à *internet*
- 01 (uma) impressora multifuncional
- Laboratório do Banco de Dados do DECON (com computadores disponíveis para utilização dos discentes).

1.5 Infraestrutura administrativa e de acesso bibliográfico complementar ao Programa no âmbito da UFPI

Como estrutura complementar ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI, conta-se com a seguinte infraestrutura física:

1.5.1 Salas para docentes

Os docentes vinculados ao centro de ciências humanas e letras contam com 12 gabinetes privativos, que acomodam os 21 professores efetivos do Departamento, para o exercício de suas atividades acadêmicas.

Todas as instalações físicas dedicadas ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI são acessíveis às pessoas com deficiência, possuindo rampas de acesso às salas de aulas do programa e banheiros adaptados e possuem aparelhos de datashow em todas as salas de aula.

1.5.2 Bibliotecas

1.5.2.1 Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB)

A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) apresenta área total de 4194,81 m² e está subordinada à Reitoria. Atualmente coordena 9 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI e dispõe de conexão com a rede mundial de computadores na qual os usuários têm à disposição conexão de INTERNET (WI-FI) profissional e o Espaço Digital Santander Universidades, equipado com 15 (quinze) computadores com telas de LCD ultra slim, proporcionando conforto e agilidade para as pesquisas. O horário de funcionamento é de 07h:30 às 21h:30 de 2^a a 6^a feira e de 08h:00 às 12h:00 aos sábados. Dispõe de sistemas computadorizados LILACS, MEDLINE, COMUT e INTERNET e disponibiliza o portal de periódicos da CAPES, permitindo aos discentes e docentes o acesso a uma variedade de informações, incluindo textos completos de artigos de cerca de 2000 revistas científicas nacionais e estrangeiras, publicados a partir de 1995.

Para cumprir suas atribuições a BCCB mantém convênios e atua em Programas de Cooperação, tais como:

- a) **Portal de Periódicos da Capes:** o qual oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui, também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet;

- b) **Programa de Comutação Bibliográfica (Comut):** a Biblioteca da UFPI participa como Biblioteca Solicitante da Rede Comut através da qual pode obter cópia de documentos do acervo de outras bibliotecas;
- c) **Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU):** é uma organização filiada à Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), tem como finalidade promover a cooperação mútua entre as bibliotecas universitárias brasileiras.

I. Política de aquisição de livros

A compra de material bibliográfico é efetuada a partir de listagens enviadas por professores observadas as necessidades mais urgentes, tais como, instalação de novos cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa, áreas mais carentes, etc. Os recursos são oriundos de dotação orçamentária e projetos institucionais a nível nacional. As doações de publicação podem ser feitas através de pessoas, empresas ou instituições diretamente a Seção de Intercâmbio e Aquisição. As permutas são efetuadas através de instituições congêneres nacionais e internacionais.

II. Caracterização do acervo da biblioteca

i) Material bibliográfico

- Oferece pesquisa online, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico da biblioteca através da INTERNET e terminais in loco.

ii) Coleções

- Referência: dicionários, enciclopédias, bibliografias, índices, resumos, catálogos, abstracts, dados estatísticos, referência Legislativa, etc.;
- Coleção didática: livros técnicos científicos e teses que abrangem todas as áreas do conhecimento;
- Coleção Piauí: livros sobre nosso estado e de autores Piauienses;
- Multimeios: microfilme, microficha, vídeos, discos, cassetes, disquete e cd-rom etc.;

- Mapoteca: plantas, mapas e globo terrestre;
- Periódicos: jornais, revistas especializadas, boletins, etc.;
- Obras raras publicações de edições esgotadas de valor literário.

iii) Acervo bibliográfico por área de conhecimento

O acervo bibliográfico total do SIBi-UFPI é composto por 77.414 títulos e 235.920 exemplares, distribuído nas bibliotecas dele integrantes, nos distintos Campi, discriminada nas tabelas 2 e 3, a seguir:

Tabela 2 - Acervo total livros por área de conhecimento das Bibliotecas da UFPI - 2023

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Agrárias	3.580	9.567
Ciências Biológicas	3.025	9.278
Ciências Exatas e da Terra	2.918	8.783
Ciências Humanas	12.098	29.074
Ciências Sociais Aplicadas	8.950	24.497
Engenharias	1.314	3.719
Linguística, Letras e Artes	5.656	12.465
TOTAL	34.971	90.925

Fonte: do SIBi-UFPI

Tabela 3 - Periódicos nacionais e estrangeiros disponíveis por área do conhecimento Bibliotecas da UFPI - 2023

ÁREA	TÍTULOS	FASCÍCULOS
Ciências Agrárias	2	12
Ciências Biológicas	102	4.212
Ciências da Saúde	204	8.535
Ciências Exatas e da Terra	191	9.770
Ciências Humanas	475	9.694
Ciências Sociais Aplicadas	538	19.242
Engenharias	64	4.559
Linguística, Letras e Artes	53	836
TOTAL	1.629	56.860

Fonte: do SIBi-UFPI

iv) Produtos e serviços:

- Visitas orientadas;

- Exposições e promoções de eventos;
- Treinamento de usuários;
- Programa PALPTEX (OPAS/OMS).

v) Internet:

- Sala de projeção;
- Videoteca (TV, Vídeo e DVD);
- COMUT/BIREME;
- Campanhas educativas;
- Orientação na normalização de publicações técnico-científicos.

vi) Serviços Informatizados:

- Sistema - SAB oferece pesquisa online, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico e periódicos da biblioteca através da internet e terminais in loco;
- Empréstimo domiciliar para alunos, professores e funcionários da UFPI;
- Reserva e renovação de publicações on-line via internet e em terminais de autoatendimento;
- Portal da biblioteca na internet funciona no endereço www.ufpi.br ou diretamente no endereço <http://www2.ufpi.br/biblioteca/>, com os serviços de reservas, renovações e consultas.

vii) Portal periódico da Capes:

- Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de ensino superior e de pesquisa em todo o país tem acesso imediato a produção científica mundial atualizada através deste serviço oferecido pela CAPES;
- Oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas nacionais estrangeiras e mais de 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as

áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmicas com acesso gratuito na internet;

- Na área de Economia, são 1.199 disponíveis, no ano de 2023;
- O uso do portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas instituições;
- Todos os programas de pós-graduação, de pesquisa e de graduação do país ganha em qualidade, produtividade e competitividade com a utilização do portal que está em permanente desenvolvimento.

viii) Ferramentas e aplicativos de gestão da biblioteca:

- A biblioteca possui uma ferramenta de automação que estabelece rotinas informatizadas de acesso a banco de dados via www, otimizando o acesso à consulta ao catálogo bibliográfico, renovação e reservas. Esse acesso é feito através dos terminais existentes na biblioteca e laboratórios de informática disponíveis de segunda a sábado na IES;
- O software implantado na biblioteca (SAB.net@), foi projetado em linguagem para internet: *Active Server Pages (ASP)*, com base de dados relacional (*SQL Server*) e funciona em rede sobre os sistemas operacionais *Windows NT Server*, com as estações de trabalho rodando sob sistema operacional *MS-Windows 95/98/2000/XP/ME* ou *Work Station*.

1.5.2.2 Biblioteca Setorial Prof. Milton Brandão - CCHL

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL disponibiliza em seu espaço acervo, salas de estudos, atendimento/consulta e serviços técnicos à comunidade acadêmica da UFPI, em especial aos usuários de graduação e pós-graduação do Centro. Tem 237,27 metros quadrados de área construída. Conta com acervo de mais de 2000 exemplares, 45 Estações de estudo individuais e 03 Salas de estudo em grupo

1.6 Acervos bibliográficos complementar ao Programa externos à UFPI

i) Biblioteca da Câmara de Vereadores de Teresina (Biblioteca Antilhon Ribeiro Soares):

- A biblioteca Antilhon Ribeiro Soares (Biblioteca da Câmara de Vereadores de Teresina) foi criada em 1986. O horário de funcionamento da biblioteca é pela manhã, de 7:30 às 12:00 de segunda à sexta;
- Oferece um acervo por título, autor e assunto, com obras voltadas Principalmente para o legislativo, bem como sobre a história do Piauí e de Teresina; livros da área jurídica; enciclopédias; dicionários; livros de literatura brasileira e piauiense, relatórios da Prefeitura de Teresina; projetos de lei; e livros da área de administração, contabilidade história. No entanto, o principal foco da biblioteca são as obras específicas voltadas para o legislativo. Possui também revistas da área legislativa. Mas, o acervo principal se constitui de atas, projetos de leis do legislativo e do executivo municipal;
- o espaço conta com algumas estantes e mesas para os pesquisadores interessados na leitura ou pesquisa do acervo.

ii) Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí biblioteca Deputado Francisco Costa Andrade

- A biblioteca da Assembleia Legislativa foi criada em 1976, conta com acervos de 3.400 livros. Funciona das 9h às 13h. Conta com 23 funcionários para atender ao público. Estão à disposição de estudantes e pesquisadores, revistas e livros direcionados principalmente para o legislativo Estadual;
- Acervo: livros, enciclopédias, jornais locais, anais federais, contabilidade, relatórios de assembleia e do Governo do Estado do Piauí, atas das assembleias, projetos de leis, decretos legislativos, diários oficiais, livros celetistas e uma hemeroteca com jornais e revistas Piauiense.

iii) Arquivo Público do Piauí:

- O Arquivo Público do Piauí, fundado em 1909, é depositário de uma excelsa fonte de materiais sobre a vida sócio-política do estado, recolhidos e preservados ao longo de várias décadas. Seu Cabedal é constituído no Fundo de Documentação Oficial, uma Hemeroteca, uma Fototeca, uma Biblioteca e uma Fonoteca;

- Fundo de Documentação Oficial é constituído de documentos referentes aos três poderes, desdobrando-se, assim, em três Fundos. O Fundo Legislativo é constituído de documentação do período entre 1725 e 1996; e abrange as três esferas políticas: federal, estadual e municipal. Os documentos compreendem desde leis, decretos, projetos de lei, até atas de sessões legislativas. - O Fundo Judiciário é composto de documentação de 14 cartórios judiciais e extrajudiciais do Estado, além de documentos do Tribunal Eleitoral e da Justiça Federal no Estado. Os documentos do fundo cobrem o período compreendido entre 1778 e 1945 e constituem um leque variado: certidões nascimento, certidão de casamento, certidão de óbitos, certidões de imóveis, inventário, sesmarias, inquéritos policiais e listas eleitorais. O Fundo Executivo é constituído de documentos que abrange um período de 1753 a 1985, oriundos do Palácio do Governo, Ministérios, Secretarias de Estado e Municípios, além de coleções pessoais;
- As Hemerotecas compõem-se de 393 títulos de jornais e revistas que cingem o período de 1854 aos dias que correm. Desse total 28 títulos encontram-se microfilmados. Dispõe de revistas de Academia Piauiense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e Instituto Histórico de Oeiras (Oeiras foi a primeira capital do Estado).
- A Fototeca é constituída de um acervo formado por dez mil fotografias de Teresina e outros municípios Piauienses. São fotos de ruas, praças, prédios públicos e privados, etc.;
- A biblioteca de apoio reúne livro sobre o Piauí que abordam os aspectos político econômico e social. Obras de área como literatura, história, geografia, etc. Desse acervo as leis, decretos, mensagens e relatórios de governo são consultados com muita frequência;
- As fontes orais (Fonoteca) que estão depositadas no Arquivo Público do Piauí foram construídas pelo Núcleo de História Oral da Fundação Cepro, hoje desativado. São 37 entrevistas com homens públicos que atuaram na medicina, na política, (ex-governadores, ex-senadores, ex-deputados, ex-prefeitos, ex-veredores). Mas existem também depoimentos de pescadores, operários etc.

iv) Núcleo de Estudos do Piauí

- O Instituto Dom Barreto, instituição de ensino secundária da rede privada, sediada em Teresina, montou o Núcleo de Estudos do Piauí o qual possui hoje aproximadamente 5.000 títulos, que tratam da evolução socioeconômica do Estado;
- O acervo desse núcleo contém coleção da revista cadernos de Teresina, publicação da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, criada pelo Município Para apoiar o movimento cultural da cidade e cujo primeiro número foi editado em 1987. As temáticas dessa revista estão direcionadas para as questões urbanas do município de Teresina, em especial, mas foram também publicados textos sobre temas que envolvem a sociedade piauiense e brasileira;
- Podem ser encontrados também textos sobre antropologia, sociologia, arqueologia, arquitetura e urbanismo, artes plásticas, cinema, comunicação, fotografia, história, literatura, música, patrimônio histórico, violência urbana;
- O Núcleo de Estudos do Piauí possui um dos maiores acervos bibliográficos sobre o estado do Piauí. A instituição sempre esteve aberta para que estudantes e pesquisadores possam utilizar o material aí existente.

v) Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO)

- Órgão de administração indireta do Estado do Piauí, criado em 1971, que tem promovido pesquisas e publicações de trabalhos sobre a realidade socioeconômica piauiense. Sua biblioteca conserva um acervo importante sobre o Piauí e constitui referência para estudantes e pesquisadores. Essa fundação edita a revista Carta CEPRO, a qual teve seu primeiro número publicado em 1974 e constitui-se em Silent obra de referência para quem estuda os mais variados aspectos da sociedade piauiense;
- Das Produções da CEPRO pode-se destacar as séries: Oportunidade de Investimentos e Ensaios Econômicos, com pesquisas sobre setores da atividade econômica (agricultura, pecuária, indústria de transformação, comércio e serviços), estrutura da economia regional, distribuição espacial das atividades e aspectos do mercado de trabalho, entre outros assuntos;
- Na série publicações avulsas, pode-se encontrar trabalho sobre a história do Piauí (Cronologia do Piauí Republicano, Governadores do Piauí: perspectiva histórica; Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento; etc.), geografia, demografia, economia, meio

ambiente, municípios piauienses, estudos de conjuntura. Parte dessa série foi digitalizada e está disponível em cd-rom;

- Há ainda as séries: Relatórios de Pesquisa, Estudos Diversos e Recursos Naturais; ricas em informações sobre os mais variados aspectos da sociedade e do território piauiense;
- A CEPRO, precursora das pesquisas econômicos sociais no Piauí, tem sido um suporte de relevante significância para estudantes e pesquisadores no Estado.

Todas as instalações físicas dedicadas ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI são acessíveis às pessoas com deficiência, possuindo rampas de acesso às salas de aulas do programa e banheiros adaptados e possuem aparelhos de datashow em todas as salas de aula.

1.6.1 Informações Complementares

1.6.1.1 Sistema de gestão acadêmica

O Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), localizado no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), contém um leque de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, tais como: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), Internet (por meio de rede cabeada e rede wifi), serviços de ilhas de impressão, manutenção de equipamentos de informática e videoconferência.

O SIGAA informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Vislumbrando as peculiaridades da Pós-graduação Stricto Sensu, o SIGAA foi implementado atendendo as demandas desse ambiente acadêmico. O módulo Stricto Sensu congrega operações relativas à gerência de mestrado e de doutorado. É mais um módulo desenvolvido para auxiliar a PRPG (Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação da UFPI). O SIPAC informatiza os fluxos da área administrativa através da informatização de todo o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento (Material, Passagens, Diárias, Suprimento de Fundos, Auxílio

Financeiro, prestações de serviço pessoa física e jurídica, etc). O SIGRH informatiza os procedimentos de recursos humanos e planejamento.

1.6.1.2 Rede de serviço de internet, cobertura de wifi e núcleo de tecnologia da informação

O CCHL e consequentemente o PPGE contam com um serviço de internet cabeada e wifi de modo a permitir que todo o público (corpo docente, corpo discente, técnicos administrativos e terceirizados) possa acessar os sistemas SIGAA, SIGRH, SIPAC, além dos diversos serviços de internet. A Figura 1 a seguir ilustra a cobertura wifi, na qual pode-se perceber o CCHL.

Figura 1 – Cobertura por wi-fi no Campus Ininga da UFPI - 2023



Fonte: NTI/UFPI

O PPGE também conta com serviço de ilhas de impressão, por meio de 01 (uma) impressora dedicada ao PPGE, de modo a permitir ao público (corpo docente, corpo discente, técnicos administrativos e terceirizados) a impressão de diversos arquivos como: artigos científicos, relatórios técnicos, dissertações e teses etc.

Importante ressaltar que o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFPI trabalha com um serviço de monitoramento de ativos em tempo real *Zabbix* onde é feito o monitoramento de todos os ativos de todos os Centros e Campus da UFPI. Dessa forma, qualquer problema pode ser detectado em tempo real, o que permite a sua resolução de modo mais ágil, para que o público não tenha maiores prejuízos na realização de suas tarefas de ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE

A inclusão visa a um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos. Pensando especificamente no Centro de Ciências Humanas e Letras, locus do Programa de Mestrado em Economia, compreende-se a inclusão como princípio que permite a todos o direito de integrar e participar das várias dimensões de atuação da Universidade, sem sofrer discriminação ou preconceito e, ainda mais, tendo suas características identitárias respeitadas. Nesse meandro, a acessibilidade garante a possibilidade e condição de atuação dos sujeitos, desde a utilização dos espaços adequados à segurança de acesso ao conhecimento.

Nesse sentido a UFPI possui normativas que buscam garantir e amparar a inclusão, a permanência e a acessibilidade. Por exemplo, a resolução 059/2015 que aprova e regulamenta o programa de inclusão de pessoas com deficiência nos Programas de Pós-Graduação da UFPI. Ainda, a Resolução 98/2021 dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros(as), pretos(as), pardos(as), indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, da Universidade Federal do Piauí.

Para garantir a aplicação das normativas supracitadas, deve-se destacar o importante papel institucional desempenhado pelo Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU). Sua intervenção, tanto assistencial quanto pedagógica, é indispensável ao suporte às decisões de inclusão como para criar garantia de resultados satisfatórios no processo de aprendizado e de formação profissional e cidadã na Educação Superior da UFPI. O NAU, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), tem como finalidade garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem de estudantes público alvo da educação especial (deficiências, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades/superdotação). Atuam na identificação das demandas e articulação com os setores e serviços responsáveis para a solução do problema identificado, por exemplo, viabilizando o suporte com auxiliares acadêmicos e tecnologias assistivas (kit lupas manuais, gravadores de voz, adaptação de material, computadores, etc).

Outra ação institucional no sentido de garantir a inclusão e a permanência é o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), espaço localizado na Biblioteca Central, Jornalista Carlos Castelo Branco, da Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Petrônio Portella (Teresina – PI) que dispõe de recursos acessíveis e tecnologias assistivas para as

pessoas com deficiência da UFPI, de outras Instituições e da comunidade externa com a finalidade de promover a educação inclusiva.

O referido Laboratório é equipado com computadores adaptados com softwares leitores de tela (DOSVOX e NVDA), teclado colmeia e mouse com acionador de pressão, scanners, fone de ouvido, linha Braille, máquinas de escrever Braille, kit lupas manuais, soroban, reglete, geoplano, televisão, impressora Braille, dentre outros recursos. Além disso, também dispõe de acervo acessível com material impresso em Braille e com acervo digital da Biblioteca Digital Dorina Nowill.

COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO

A perspectiva da internacionalização na UFPI, advinda desde a vigência do PDI 2005-2009, foi sedimentada a partir de implantação do - Ciência sem Fronteiras, programa conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), para promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira. A UFPI, neste último quinquênio, vem se preparando para crescer neste segmento. Algumas ações necessárias estão sendo viabilizadas, tais como: a criação de um Centro de Línguas, na estrutura do CCHL (que está aprovado aguardando os recursos financeiros para sua construção); a instituição do programa de — auxílio à tradução de artigos científicos, com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI; celebração de acordos de cooperação com inúmeras instituições estrangeiras; e a busca permanente pela melhoria de seus indicadores de qualidade a fim de intensificar e consolidar o intercâmbio de seu alunado com Instituições de países mais desenvolvidos. De 2012 a 2016, 440 discentes e docentes da UFPI receberam bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras (430 de Graduação Sanduíche no Exterior, 3 de Doutorado Sanduíche no Exterior, 4 de Doutorado Pleno no Exterior e 3 de Pesquisador Visitante Especial).

Outros programas importantes para a promoção da internacionalização nas instituições de ensino superior igualmente contaram com a participação da UFPI: Erasmus Mundus, Santander Universidades, BRACOL (Brasil-Colômbia), PAEC (Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação) e BRAMEX (Brasil-México). Por meio do ERASMUS a UFPI recebeu nos últimos três anos, uma professora visitante da Universidade de Coimbra e dois estudantes europeus que permaneceram na instituição por um ano, fazendo intercâmbio. Trinta estudantes de graduação (de 2014 a 2016) para intercâmbio no exterior por meio dos Programas de Bolsas Santander Universidades Luso-brasileiras e Ibero-americanas. O BRACOL, iniciado em 2014, permitiu a recepção de 24 estudantes de graduação colombianos e o envio de 30 estudantes da UFPI para universidades colombianas (dados referentes até o ano de 2017). De 2015 até o momento atual, com o início do PAEC, a UFPI já recebeu nove estudantes latinos para realizar mestrado e doutorado em seus programas de pós- graduação. O BRAMEX, iniciado em 2016 contou com três estudantes mexicanos na UFPI e o envio de dois estudantes para instituições mexicanas. Em 2017, a UFPI recebeu uma bolsista mexicana (Programa PROPAT) para fazer o mestrado em agronomia. O número de convênios com instituições

estrangeiras aumentou mais de 100%. Atualmente são 24 convênios assinados em exercício e mais dez em tramitação de aprovação e assinatura.

Em relação ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, principalmente a língua inglesa, a instituição teve um grande crescimento a partir de 2012, quando o primeiro projeto para receber bolsistas da Fulbright foi aprovado. Desde 2012, bolsistas estadunidenses ficam na UFPI por nove meses por ano para auxiliar no ensino-aprendizagem de língua inglesa. Desde 2014, a IES faz parte do Programa Idiomas sem Fronteiras. Dentre as ações do IsF já foram aplicadas mais de 4000 provas do TOEFL ITP e ministrados cursos de inglês, francês e português para estrangeiros. Atende-se em média 300 alunos por semestre nos cursos de idiomas. Estes dados demonstram que a internacionalização cresceu grandemente nos últimos três anos e a expectativa é que este movimento seja muito mais expandido nos próximos anos.

Mais recentemente, no V Ciclo de palestras da PRPG, ocorrido entre novembro e dezembro de 2021, o tema internacionalização foi amplamente discutido. Na conferência de abertura, a diretora de Relações Internacionais da CAPES, discorreu sobre a internacionalização da pós-graduação. O evento igualmente contou com a participação de pesquisadores do Canadá, Reino Unido e França, os quais em suas palestras abordaram aspectos da internacionalização e o contexto pandêmico. Ações como esta mostram que a UFPI reconhece a internacionalização como recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada; e que desta forma vem buscando desenvolver este aspecto em seus programas de pós-graduação.

É importante destacar que o Departamento de Ciências Econômicas tem desenvolvido atividades, parcerias e intercâmbios no âmbito nacional e internacional, que fortalecem parcerias acadêmicas e institucionais para o desenvolvimento do Programa de mestrado em Economia da UFPI, dentre as quais se destacam:

- Participação em grupos de pesquisa com a Universidade de Brasília (UNB) e com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- Desenvolvimento de intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisa de doutorado com apoio da Universidade de São Paulo (USP), em seu Núcleo de Economia Regional (NEREUS);
- Articulações e parcerias com Governo do Piauí, em especial, o desenvolvimento de Estudos para fortalecimento para políticas públicas;

- Participação do Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho e Políticas Públicas de caráter internacional, que inclui inúmeras instituições de vários países, dentre elas, Universidade Católica de Valparaíso (Chile), Aix MArseille Université (França), Universidade Católica de Angola, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Intercâmbio para pesquisa de doutorado na Universidade de Paris-Sorbonne (França);
- Intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisa de doutorado na Universidad de Granada (Espanha).

POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO

Existem diversas possibilidades de apoio ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFPI, dentre as quais a Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI), Governo do Estado do Piauí, Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), dentre outras.

A FAPEPI apoia e incentiva pesquisas no Piauí, realizando parcerias com agências de fomento nacional e órgãos estaduais, como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; o Ministério da Saúde – MS, através do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SCTIE); e, a Rede Nacional de Pesquisa – RNP. Assim, contribui para a ampliação e apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Piauí, fortalecendo a produção técnico-científica e os grupos de pesquisa existentes nas instituições de ensino e ou pesquisa do Piauí (FAPEPI, 2023).

Nesse processo de apoio, a FAPEPI lança editais, continuamente, com bolsas para mestres e doutores vinculados a Programas de Pós-graduação do Estado, a exemplo, o edital FAPEPI nº 002/2023 – Programa de apoio à Pós-graduação stricto sensu (PAPG) – bolsas de mestrado e doutorado (<https://encurtador.com.br/bcADH>). Além disso, apoia o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do Estado, podendo financiar estudos realizados pelos professores do mestrado do programa da UFPI, fortalecendo uma rede para os grupos de pesquisa como os pós-graduandos, dentre outras possibilidades.

Já o Governo do Estado do Piauí tem realizado, historicamente, parcerias com o Departamento de Ciências Econômicas, especialmente, através da Secretaria de Planejamento (SEPLAN-PI) e da superintendência Fundação de Estudos Econômicos e Sociais do Estado (CEPRO). Existem, constantemente, vagas para estagiários da graduação na SEPLAN e parte são incorporados ao corpo técnico da instituição, após formatura. Em geral, nas Sextas Programadas (Eventos que discutem temas relevantes para economia do Estado, promovido pelo CEPRO) os professores participam e nos eventos de economia da UFPI, a SEPLAN também é parceira. Além disso, outro exemplo relevante, na pandemia COVID-19, houve apoio do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI ao Pró-Piauí (Programa do governo para

apoiar a reabertura da economia diante da pandemia) e a Economia da UFPI realizou, em parceria com outros departamentos, um estudo sobre Reabertura econômica do Piauí diante da COVID-19, que se converteu em um livro pela Editora da UFPI (EDUFPI - <https://www.ufpi.br/e-book-edufpi>). Atualmente, há cooperação técnica em andamento com realização de estudos sobre o mercado de trabalho (SEPLAN-PI, 2023) e há outras solicitações em andamento sobre matriz-insumo produto para economia do Estado. Inclusive, tramita na instituição processo de formalização de parceria entre a UFPI e a SEPLAN-PI.

Nesse sentido, espera-se fortalecer as parcerias com o governo do estado do Piauí de modo que haja, ao tempo, canalização de recursos de apoio ao Programa de pós-graduação da UFPI, em Economia, e Estudos que beneficiem a eficiência da gestão pública e formação dos técnicos da referida instituição.

A FADEX é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que capta recursos do setor público e privado e demanda pesquisadores da UFPI para desenvolver estudos/pesquisas. (FADEX, 2023) Diante disso, é possível integrar os trabalhos das dissertações do programa de pós-graduação em economia da UFPI com as Pesquisas vinculadas à FADEX, inclusive é possível buscar parceria com o setor privado ou público para o desenvolvimento de pesquisas de interesse dos pesquisadores do Programa. A exemplo, há junto ao departamento de Ciências Econômicas uma demanda, do Governo do Estado, para o desenvolvimento de estudo sobre o Programa de Ação Estadual do Piauí para o Combate à Desertificação e Áreas Degradadas (PAE-PI). Além disso, há inúmeras carências de pesquisas no Piauí, seja de enfoque privado ou público e um Programa de Pós-graduação pode fortalecer a pesquisa e contribuir para o desenvolvimento de atividades produtivas e gestão dos recursos públicos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O Piauí é uma unidade da federação que possui uma economia principalmente baseada nos serviços, com baixa participação da indústria de transformação e da agropecuária na geração de valor. No âmbito dos serviços, há importância relativa elevada do Governo na economia, que gerou aproximadamente 36% do emprego formal em 2017. Tem ocorrido a expansão da fronteira agrícola na região sudoeste do Estado, criando crescimento econômico e ambiente favorável a transformação produtiva para agregar valor e gerar emprego e renda, mas em geral, os produtos saem dessa unidade da federação com baixo valor adicionado.

É uma economia regional de baixa participação no Nordeste e no país, que acumulou diversos problemas econômicos, sociais e ambientais. Nesse contexto, o Piauí tem uma economia com reduzidos níveis de profissionalização, tanto no setor privado, quanto público, onde ocorre reduzida demanda por profissionais de economia. As parcerias e articulações do DECON e COORDECO com o setor privado e público ainda são reduzidas, o que dificulta a inserção de mudanças técnicas e científicas nas gestões pública e privada. Algo que pode colaborar para um maior e melhor efeito sobre a economia, eficiência alocativa e ganhos para o conjunto da sociedade.

O enfrentamento desses problemas exige conhecimentos e desenvolvimento de ações e políticas adequadas, sejam privadas ou públicas, que respeite as especificidades locais e promova maior qualidade de vida para as pessoas. Nesse sentido, um esforço científico do Departamento de Economia da UFPI de maneira que direcione estudos para maior entendimento das peculiaridades econômicas regionais do Piauí, apontando soluções para o desenvolvimento econômico e social, balizado em ações eficientes, sustentáveis e de maior efeito para os ganhos da sociedade. Um trabalho que vem sendo feito historicamente e que ganha maior expressão a cada dia, com busca de qualificação do corpo docente e desenvolvimento de projeto para o início da pós-graduação em economia regional.

Durante a construção da proposta, houve aproximação com a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), localizada no Litoral do Piauí. As articulações mais próximas com o Departamento de Ciências Econômicas da referida instituição, permitiram a autorização, já formalizada com aprovação em Assembleia Departamental, para o Prof. Fabio Junior Clemente Gama (UFDPAr) fazer parte da proposta como docente permanente do Programa de Mestrado em Economia da UFPI. Nesse sentido, espera-se ampliação das parcerias com a referida

instituição de modo a contribuir com o ensino e pesquisas associadas a economia da região norte do Estado, que tem um conjunto de atividades relevantes para o desenvolvimento de dissertações, como produção de leite e derivados, produção em fruticultura, pesca, turismo com belas praias, ambientes exóticos (Barra Grande), morro da Mariana com artesanato em rendas, porto das barcas com museu do mar, portos dos Tatus e único Delta em mar aberto das américas. Há, ainda, um porto em construção.

O desenvolvimento do programa deve envolver parcerias com a mesorregião sudoeste do Piauí, onde há o Campus Professora Cinobelina Elvas, no município de Bom Jesus-PI, em que há força na produção do agronegócio. Há na mesma região, em São Raimundo Nonato-PI, o museu da Natureza no Parque Nacional da Serra da Capivara, em que revela indícios do surgimento do homem americano. Além disso, na mesorregião do sudeste do Piauí existe tradição na produção de mel, caju e outros derivados. Também merece destaque o avanço das energias renováveis no estado, em especial na região Sudeste do Piauí.

Há previsão de apoio da FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí), que é fundação de apoio a pesquisa do Governo do Estado do Piauí, podendo contribuir com bolsas de estudo e já existe parcerias com a SEPLAN-PI (Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí). Além disso, a FADEX (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação) deve contribuir com demanda e financiamento de pesquisas associadas ao Programa de Mestrado em Economia da UFPI.

Existem diálogos e aproximações com a Universidade de Brasília (UNB) e Universidade de São Paulo (USP), especificamente, com seu núcleo de economia Regional (NEREUS). Deve-se buscar ampliar as aproximações e parcerias para fortalecer o Programa da UFPI.

Importante destacar a existência - desde 1997 - da revista científica INFORME ECONÔMICO (UFPI), que figura no Qualis CAPES como B4 no quadriênio 2017-2020. Desde 2018 funciona no formato exclusivamente eletrônico, com publicações de pesquisadore(a)s de todo o Brasil e do exterior.

DETALHAMENTO DO CURSO

Nível: Acadêmico

Nome: Mestrado em Economia

Área de concentração: Economia e Desenvolvimento

Linhas de pesquisa: 2

Disciplinas: 3 obrigatórias e 3 optativas

Docentes permanentes: 8

Docentes colaboradores: 3

Periodicidade da seleção: Anual

Duração mínima: 12 meses

Duração máxima: 30 meses

Quadro 2 - Dados gerais da proposta de Programa de Pós-graduação em Economia/UFPI - 2023

Item	Periodicidade/Temporalidade
Regime letivo	Semestral
Carga horária total do curso	540 horas
Número máximo de períodos	5 períodos
Número ideal de períodos	4 períodos
Número mínimo de períodos	2 períodos
Carga horária máxima/semestre	1.000 horas
Carga horária mínima/semestre	15 horas

1.7 Objetivos

O Programa de Pós-Graduação em Economia possui os seguintes objetivos:

- i. Propiciar a ampliação dos conhecimentos nos fundamentos econômicos e históricos do desenvolvimento, articulando as aplicações práticas do desenvolvimento de forma inclusiva e sustentável.

- ii. Construir suporte teórico-metodológico e epistemológico para tomada de decisões na formulação de planos e projetos de desenvolvimento.
- iii. Desenvolver capacidades de planejamento e de avaliação de políticas econômicas de desenvolvimento.
- iv. Possibilitar a avaliação dos cenários econômicos internacionais e nacionais nas estratégias de desenvolvimento regional e local.
- v. Desenvolver habilidades e estratégias para o exercício do tripé ensino, pesquisa e extensão do magistério superior diante das grandes transformações internacionais.

1.8 Perfil do Mestre em Economia

O estilo de desenvolvimento econômico percorrido historicamente pelo Brasil tem reafirmado as disparidades sociais e desigualdades inter e intrarregionais, considerando as dificuldades internas geradas por um ambiente econômico e não-econômico internacional, que exige a constante reflexão teórica e ações na busca do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O Curso de Mestrado em Economia formará recursos humanos para atuar, dentro de padrões de excelência, nos quadros das diversas instituições vinculadas a análise do desenvolvimento econômico regional e da avaliação de políticas públicas produtivas e tecnológicas no âmbito das dinâmicas locais, regionais, inter-regionais e internacionais e suas interações com a inovação, a sustentabilidade, a cultura, a criatividade, o trabalho, a educação, e rurais-urbanas.

A estrutura curricular incorpora uma visão teórica nas áreas de Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia, visão história do processo de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro no contexto da inserção internacional e ação do Estado. Além das aplicações de práticas modernas de estratégias de desenvolvimento voltadas para transformação produtiva com equidade e sustentabilidade. Agrega-se a essa estrutura as atividades complementares de seminários sobre as temáticas de pesquisa e acompanhamento da formação do futuro mestre.

O Mestre em Economia contribuirá com sua capacidade analítica para implementação de ações voltadas para o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável do Brasil e da

região do Nordeste especialmente no processo de alavancagem do crescimento e desenvolvimento no estado do Piauí.

Ampla capacidade teórica-metodológica sobre desenvolvimento econômico e dos instrumentos aplicados à análise das políticas econômicas voltada para estratégias de desenvolvimento. Capacidade de atuar no sistema econômico e suas inter-relações sociais e ambientais por meio da identificação de pontos de estrangulamentos e equacionar soluções estratégicas e operacionais para crescer e desenvolver o Brasil, de forma especial a Região Nordeste e o estado do Piauí.

Analista de projetos e planos de desenvolvimento nacional, regionais e municipais que exigem sólida formação teórica para operacionalizar as ações que articulem a participação social e o consenso social.

Os procedimentos metodológicos utilizados propiciarão uma formação teórica e prática sobre as temáticas propostas nas linhas de pesquisa. As estratégias de ensino estarão indicadas nos programas específicos de cada disciplina, tendo como parâmetros: a articulação orgânica entre teoria e prática; assimilação de novos conhecimentos para as múltiplas situações da prática profissional; e desenvolvimento de habilidades e atitudes já adquiridas como suporte para criação e recriação desses novos conhecimentos.

1.9 Área de concentração e linhas de pesquisa

1.9.1 Área de concentração - Economia e Desenvolvimento Econômico

A área de concentração de Economia e Desenvolvimento Econômico contempla estudos – empíricos e/ou teóricos – de diversos conteúdos e temáticas de variados campos do conhecimento tanto de forma autônoma quanto integrada. Objetiva a formação acadêmica de excelência, sólida e plural de profissionais com pensamento técnico-crítico abrangente para refletirem e atuarem de maneira independente sobre a realidade observável tendo como foco a promoção de avanços econômicos quali-quantitativos no Brasil, na Região Nordeste e no estado do Piauí considerando os desafios e oportunidades globais contemporâneos.

1.9.2 Linhas de pesquisa

1.9.2.1 Linha de Pesquisa 1: Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes)

Nessa linha serão elaborados estudos sobre a teoria, os métodos e a análise do desenvolvimento e da avaliação de políticas públicas no âmbito das dinâmicas regionais e suas interações inter-regionais e internacionais. O foco é a teoria e a aplicação do conhecimento econômico alinhado a diversas dimensões, dentre as quais: saúde, educação, renda, trabalho, estudos setoriais (na agropecuária, na indústria e nos serviços), inovação e meio ambiente. Os métodos utilizados para respostas às questões econômicas pesquisadas estão associados às seguintes temáticas: análise multivariada, econometria, instrumentos de análises regional, dentre outros.

As cinco disciplinas que devem ser ofertadas na EADes são: Avaliação de políticas públicas (docente: Caio Matteucci Andrade Lopes), Análise Multivariada (docente: Edivane de Sousa Lima), Econometria Espacial (docente: Fabio Junior Clemente Gama), Economia Regional (Francisco Prancacio Araújo de Carvalho) e Séries Temporais (docente: Thiberio Mota Da Silva).

1.9.2.2 Linha de pesquisa 2: Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco)

Esta linha de pesquisa tem como eixo central a realização de estudos sobre o desenvolvimento do ponto de vista inclusivo e sustentável nas suas dimensões teórica e empírica. Com este foco, especialmente são tratados aspectos e características relativas à inovação, à sustentabilidade, à cultura e à criatividade, ao mundo do trabalho, à educação, ao meio rural, dentre outras. O propósito é desenvolver pesquisas que privilegiem a dinamização do debate e da ação sobre as particularidades regionais e sua conexão com a universalidade do crescimento e do desenvolvimento.

As seis disciplinas que devem ser ofertadas na DSE são: Economia Piauiense (docente: João Soares da Silva Filho), Economia da Educação (docente: Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira), Inovação e Desenvolvimento Econômico (docente: Fernanda Rocha Veras e Silva), Desenvolvimento e Sustentabilidade (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes), Economia Social e do Trabalho (docente: Juliano Vargas), além de Economia Rural e do Desenvolvimento (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes).

1.10 Estrutura curricular

Como proposta, o curso de Mestrado em Economia da UFPI deve ser desenvolvido idealmente em 2 anos, distribuídos semestralmente (Quadro 3).

Quadro 3 - Fluxo curricular do Programa de Pós-graduação em Economia (UFPI) - 2023

Semestre I	Semestre II	Semestre III	Semestre IV
Macroeconomia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa I 4.0.0 - 60 h/a	Elaboração da Dissertação 0.0.0 - 0 h/a	Elaboração da Dissertação 6.0.0 - 90 h/a
Microeconomia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa II 4.0.0 - 60 h/a	Atividade Programada 2.0.0 - 30 h/a	
Métodos Quantitativos em Economia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa III 4.0.0 - 60 h/a	Estágio de Docência 0.0.0 - 0h/a	
	Seminário de dissertação 1.0.0 - 15 h/a	Qualificação 0.0.0 - 0 h/a	
12 créditos	13 créditos	2 créditos	6 créditos

O curso deverá contemplar 11 componentes curriculares, quais sejam:

- i) Disciplinas obrigatórias
 - a. Macroeconomia (4.0.0 - 60 h/a);
 - b. Microeconomia (4.0.0 - 60 h/a);
 - c. Métodos Quantitativos em Economia (4.0.0 - 60 h/a);
- ii) Disciplinas optativas:
 - a. Optativa I (4.0.0 - 60 h/a);
 - b. Optativa II (4.0.0 - 60 h/a);
 - c. Optativa II (4.0.0 - 60 h/a);
 - d. Optativa III (4.0.0 - 60 h/a);

- iii) Seminário de dissertação (1.0.0 - 15 h/a);
- iv) Atividade Programada (2.0.0 - 30 h/a);
- v) Estágio de Docência (0.0.0 - 0h/a);
- vi) Qualificação (0.0.0 - 0 h/a);
- vii) Elaboração da Dissertação (6.0.0 - 90 h/a).

Os referidos componentes totalizam 33 créditos (495h), dos quais, 24 (360h) em disciplinas, 6 créditos (90h) para a dissertação, 1 (15h) para Seminário de dissertação e 2 (30h) para Atividade Programada.

As disciplinas obrigatórias (Semestre I) são: Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia - devem direcionar o foco na formação de base da Teoria Econômica e Métodos.

Além disso, devem ser cursados, no Semestre II, mais 3 disciplinas optativas, acompanhadas do Seminário de Dissertação. Nesse Semestre II, as disciplinas devem guiar a formação direcionada ao desenvolvimento das dissertações e estão associadas ao perfil das atividades acadêmicas dos docentes, especialmente em pesquisa.

Já no semestre III devem ser cumpridas a Elaboração da dissertação, a Atividade programada I (orientar o desenvolvimento de artigos acadêmicos para apresentação em eventos científicos e publicação em revistas científicas), Estágio de docência e Qualificação da dissertação.

No semestre IV, deve ser concluída a Dissertação, de vínculo final na Elaboração da Dissertação.

Deve-se considerar que:

- O orientador deve ser indicado até o início do segundo semestre, incluindo proposta de dissertação. Dever ser apresentado documento com a indicação do tema de pesquisa desejado, associado às linhas de pesquisa do corpo docente e indicação do nome de um possível professor(a) orientador(a);
- Ofertar 4 optativas no Semestre II, sendo duas na linha 1 e duas na linha 2;
- No semestre III serão ofertadas as disciplinas de créditos obrigatórias novamente;
- A qualificação deverá ser feita no início do Semestre III.

Para consecução da proposta, o referido Programa de Pós-Graduação em Economia deverá disponibilizar uma oferta estruturada em 15 disciplinas, das quais, 3 obrigatórias, 5 optativas na linha de Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes) e 7 optativas na linha Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco). Para cada docente deverá ocorrer a oferta da Atividade Programada junto ao seu orientando. Além disso, serão eventualmente ofertadas mais duas disciplinas de Tópicos Especiais em Economia para contemplar demandas de outros conteúdos relevantes não descritos diretamente na proposta (Quadro 4).

Quadro 4 - Estrutura curricular do Programa de Pós-graduação em Economia/UFPI - 2023

Cód.	Disciplina	Docente	Crédito	CH (h/a)	Tipo (*)
-	Macroeconomia	Samuel Costa Filho	4.0.0	60	Obrigatória
-	Microeconomia	Edivane de Sousa Lima	4.0.0	60	Obrigatória
-	Métodos Quant. em Economia	Thiberio Mota da Silva	4.0.0	60	Obrigatória
-	Avaliação Políticas Públicas	Caio Matteucci de Andrade Lopes	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Análise Multivariada	Edivane de Sousa Lima	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Econometria Espacial	Fabio Junior Clemente Gama	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Economia Regional	Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Séries Temporais	Thiberio Mota da Silva	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Economia Piauiense	João Soares da Silva Filho	4.0.0	60	Optativa – Linha DSEco
-	Economia da Educação	Romina J. Sanchez Paradizo de Oliveira	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Inovação e Desenvolvimento Econômico	Fernanda Rocha Veras e Silva	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Desenvolvimento e Sustentabilidade	Jaira Maria Alcobaça Gomes	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Economia Social e do Trabalho	Juliano Vargas	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Economia Rural e do Desenvolvimento	Jaira Maria Alcobaça Gomes	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Tópicos especiais em Economia I	Todos os professores	4.0.0	60	Tópicos Especiais
-	Tópicos especiais em economia II	Todos os professores	4.0.0	60	Tópicos Especiais
-	Atividade Programada	Todos os professores	2.0.0	30	Atividade Programada
-	Estágio de Docência	Todos os professores	0.0.0	00	Estágio Docência
-	Seminário de Dissertação	Todos os professores	1.0.0	15	Seminário
-	Elaboração da Dissertação	Todos os professores	6.0.0	90	Dissertação

(*) **Nota:** Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes) e Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco).

1.11 Ementário e referências bibliográficas

1.11.1 Disciplinas obrigatórias

1.11.1.1 Macroeconomia (docente: Samuel Costa Filho)

Ementa: Introdução. Teoria Keynesiana Tradicional. Modelo Novo Clássico. Modelo Ciclo Reais de Negócios. Modelo Novo-Keynesiano. Novo-Consenso Macroeconômico. Escola Pós-Keynesiana. Crescimento econômico: fatos estilizados sobre flutuações, modelos de Solow, Ramsey e gerações justapostas e crescimento endógeno. Rigidez nominal: os microfundamentos para ajustes nominais de preços e salários.

Referencial bibliográfico:

AGHION, Phillippe; HOWITT, Peter. **The Economics of Growth**. Massachusetts: MIT Press; 2009.

BARRO, Robert; GORDON, David. Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy, **Journal of Monetary Economics**, 12:101-121, 1983.

BARRO, Robert.; SALA-I-MARTIN, Xavier. **Economic Growth**. New York: McGraw-Hill, 2003.

BLANCHARD, Olivier. Output, the Stock Market, and Interest Rates. **American Economic Review**, 71:132-143. 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. O Modelo Harrod-Domar e a Substitutibilidade de Fatores. **Estudos Econômicos**, 5 (3), p. 7-36, 1975.

CANOVA, Fábio. **Methods for Applied Macroeconomic Research**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

CARVALHO, Fernando. **Keynes e os Pós-Keynesianos: princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção**. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

DEJONG, David; DAVE, Chetan. **Structural Macroeconometrics**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

DORNBUSCH, Rudiger. Expectations and Exchange Rate Dynamics. **Journal of Political Economy**, 84:1161-1176. 1976.

FISCHER, Stanley. Long Term Contracts, Rational Expectations, and the Optimum Money Supply Rule. **Journal of Political Economy**, 85:191-205 1977

FRIEDMAN, Milton. A Monetary and Fiscal Framework for Economic Stability. **The American Economic Review**, Vol.38, Jan 1948, p. 245-264.

FRIEDMAN, Milton. The Role of Monetary Policy. **The American Economic Review**, March 1968.

FROYEN, Richard. **Macroeconomia: teoria e aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2011.

- HICKS, John. Keynes and the Classics. *Econometrica*, Abril 1937.
- KEYNES, John. **A Teoria Geral do emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.
- LUCAS, Robert. Expectations and Neutrality of Money. *Journal of Economic Theory*, 4 abril, 1972.
- MACEDO E SILVA, Antônio. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Petrópolis, RJ: Vozes; Campinas: SP FECAMP, 1999.
- MANKIW, Nicholas; ROMER, David; WEIL, David. Contribution to the empirics of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 1992.
- MANKIW, Nicholas. Recent Development in Macroeconomics: A very Quick Refresher Course. *Journal of Money, Credit and Banking*, Vol. 20, n 3, 1988, part 2.
- MODENESI, André. **Regimes Monetários: teoria e a experiencia do Real**. Barueri: Manole 2005.
- OLIVEIRA, Fabrício. **Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- PHELPS, Edmund. **Some Schools of Macroeconomic Thought**. Clarendon Press-Oxford, 1992.
- ROMER, David. **Advanced macroeconomics**. Boston: McGraw-Hill Education, 2019.
- SARGENT, Thomas; LJUNGQVIST, Lars. **Recursive Macroeconomic Theory**. Massachusetts, MIT Press: 2000.
- SNOWDON, Brian; VANE, Howard. **Modern macroeconomics: its origins, Development and current state**. Camberley Surrey: Edward Elgar, 2005.
- SOLOW, Robert. Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 70, no. 1, 1956 .
- TURNOVSKY, Stephen; MILLER, Marcus. The Effects of Government Expenditure on the Term Structure of Interest Rates. *Journal of Money, Credit, and Banking*. 16:16-33. 1984.
- WOODFORD, Michael. **Interest and Price: Foundation of a Theory of Monetary Policy**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

1.11.1.2 Microeconomia (docente: Edivane de Sousa Lima)

Ementa: Teoria do consumidor. Teoria da firma. Mercados, equilíbrio geral e bem-estar: concorrência pura, equilíbrio geral Walrasiano, eficiência de Pareto, Teoremas Fundamentais do Bem-estar. Falhas de mercado: concorrência imperfeita, externalidade, bens públicos e assimetria de informação. Críticas à teoria neoclássica da firma, dos mercados e dos preços. Barreiras à entrada e Capacidade Produtiva Excedente. Formas de concorrência e dinâmica da grande empresa oligopolista. Estratégia de diversificação produtiva e estratégias tecnológicas.

Referencial bibliográfico:

AKERLOF, George A. The market for “lemons”: Quality uncertainty and the market mechanism. In: **Uncertainty in economics**. Academic Press, 1978. p. 235-251.

BUCHANAN, James M.; STUBBLEBINE, William C. Externality. In: **Classic papers in natural resource economics**. London: Palgrave Macmillan UK, 1962. p. 138-154.

JEHLE, Geoffrey Alexander. **Advanced microeconomic theory**. Pearson Education India, 2001.

KALECKI, Michael. Teoria da Dinâmica Econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KREPS, David M. **A course in microeconomic theory**. Princeton university press, 2020.

KREPS, David M. **Microeconomic foundations I: choice and competitive markets**. Princeton university press, 2013.

KREPS, David M. **Microeconomic Foundations II: Imperfect Competition, Information, and Strategic Interaction**. Princeton University Press, 2023.

FRIEDMAN, Lee S. **The microeconomics of public policy analysis**. Princeton University Press, 2002.

MAS-COLELL, Andreu et al. **Microeconomic theory**. New York: Oxford university press, 1995.

NICHOLSON, Walter; SNYDER, Christopher M. **Microeconomic theory: Basic principles and extensions**. Cengage Learning, 2012.

NICHOLSON, Walter; SNYDER, Christopher M. **Intermediate microeconomics and its application**. Cengage Learning, 2021.

OSBORNE, Martin; RUBINSTEIN, Ariel. **Models in Microeconomic Theory: Expanded Second Edition (He)**. 2023.

PENROSE, Edith. **A teoria do crescimento da firma**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

POSSAS, Mario Luiz. **Estruturas de Mercado em Oligopólio**. São Paulo: Hucitec, 1985.

ROTHSCHILD, Michael; STIGLITZ, Joseph. Equilibrium in competitive insurance markets: An essay on the economics of imperfect information. In: **Uncertainty in economics**. Academic Press, 1978. p. 257-280.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984.

SRAFFA, Piero. The Laws of Returns under Competitive Conditions. **The Economic Journal**, v.36, n.144, 1926, p. 535-550.

STEINDL, Josef. **Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SYLOS-LABINI, Paolo. **Oligopólio e Progresso Técnico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VARIAN, Hal R. **Microeconomic analysis**. New York: Norton, 1992.

WANG, Susheng et al. **Microeconomic theory**. Springer Singapore, 2018.

1.11.1.3 Métodos Quantitativos em Economia (docente: Thiberio Mota da Silva)

Ementa: Correlação *versus* Causalidade; Esperança Condicional; Modelo de Projeção Linear Mínimos Quadrados Ordinários (OLS). Propriedades em Amostras Finitas. Teoria Assintótica. Matriz de Covariância Assintótica Máxima Verossimilhança. Testes de Hipóteses (LR, LM e Wald). Previsão *versus* Causalidade. Variáveis Instrumentais e Mínimos Quadrados em Dois Estágios. Equações Simultâneas.

Referencial bibliográfico:

BAKLOUTI, Nedra; BOUJELBENE, Younes. A simultaneous equation model of economic growth and shadow economy: Is there a difference between the developed and developing countries? **Economic Change and Restructuring**, v. 53, p. 151-170, 2020.

BOLDRINI, José Luiz *et al.* **Álgebra linear**. Harper & Row, 1980.

CASELLA, George; BERGER, Roger L. **Inferência estatística**. Cengage Learning, 2010.

CASELLI, Francesca; REYNAUD, Julien. Do fiscal rules cause better fiscal balances? A new instrumental variable strategy. **European Journal of Political Economy**, v. 63, p. 101873, 2020.

DAVIDSON, Russell *et al.* **Econometric theory and methods**. New York: Oxford University Press, 2004.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. Pearson Education India, 2003.

HANSEN, Bruce. **Probability and Statistics for Economists**. Princeton University Press, 2022.

HOGG, Robert V. *et al.* **Introduction to mathematical statistics**. Pearson Education India, 2013.

JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Econometric methods**. 4th Edition. McGraw-Hill International Editions. Singapore: McGraw-Hill, 1996.

LARSON, Harold J. **Introduction to probability theory and statistical inference**. 3rd. Edition. Wiley series in probability and mathematical statistics. New York: Wiley, 1982.

MAGNUS, Jan R.; NEUDECKER, Heinz. **Matrix differential calculus with applications in statistics and econometrics**. John Wiley & Sons, 2019.

NGUYEN, Thuy Dieu. Does firm growth increase corruption? Evidence from an instrumental variable approach. **Small Business Economics**, v. 55, n. 1, p. 237-256, 2020.

SPANOS, Aris. **Statistical foundations of econometric modelling**. New York: Cambridge University Press, 1986.

TRIPATHI, Janhavi Shankar. Trade-growth nexus: A study of G20 countries using simultaneous equations model with dynamic policy simulations. **Journal of Policy Modeling**, v. 45, n. 4, p. 806-816, 2023.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

1.11.2 Disciplinas Optativas

1.11.2.1 Avaliação de Políticas Públicas (docente: Caio Matteucci de Andrade Lopes)

Ementa: Métodos de dados em painel. Regressão e inferência em regressão: modelos estruturais. Modelo de resultados potenciais e contrafactual. Aleatorização. Quase-experimentos: pareamento, diferenças em diferenças, Controle Sintético, Variável Instrumental e regressão descontínua.

Referencial bibliográfico:

ABADIE, Alberto; DIAMOND, Alexis; HAINMUELLER, Jens. Synthetic control methods for comparative case studies: Estimating the effect of California's tobacco control program. **Journal of the American Statistical Association**, v. 105, n. 490, p. 493-505, 2010.

ALMOND, Douglas; DOYLE JR, Joseph J. After midnight: A regression discontinuity design in length of postpartum hospital stays. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 3, n. 3, p. 1-34, 2011.

ANGRIST, Joshua D.; IMBENS, Guido W.; RUBIN, Donald B. Identification of causal effects using instrumental variables. **Journal of the American Statistical Association**, v. 91, n. 434, p. 444-455, 1996.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mastering'metrics: The path from cause to effect**. Princeton university press, 2014.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion**. Princeton university press, 2009.

BEST, Henning; WOLF, Christof (Ed.). **The SAGE handbook of regression analysis and causal inference**. Sage, 2013.

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge university press, 2005.

CUNNINGHAM, Scott. **Causal inference: The mixtape**. Yale university press, 2021.

GOODMAN-BACON, Andrew. Difference-in-differences with variation in treatment timing. **Journal of Econometrics**, v. 225, n. 2, p. 254-277, 2021.

HUNTINGTON-KLEIN, Nick. **The effect: An introduction to research design and causality**. CRC Press, 2021.

IMBENS, Guido W.; WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Recent developments in the econometrics of program evaluation. **Journal of economic literature**, v. 47, n. 1, p. 5-86, 2009.

LEVITT, Steven D.; LIST, John A. Field experiments in economics: The past, the present, and the future. **European Economic Review**, v. 53, n. 1, p. 1-18, 2009.

RAVALLION, Martin. The mystery of the vanishing benefits: An introduction to impact evaluation. **the world bank economic review**, v. 15, n. 1, p. 115-140, 2001.

SUN, Liyang; ABRAHAM, Sarah. Estimating dynamic treatment effects in event studies with heterogeneous treatment effects. **Journal of Econometrics**, v. 225, n. 2, p. 175-199, 2021.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

1.11.2.2 Análise Multivariada (docente: Edivane de Sousa Lima)

Ementa: Introdução à Análise Multivariada. Análise de agrupamentos. Análise de componentes principais. Análise fatorial. Análise de discriminante. Análise de correspondência. Análise de correlações canônicas.

Referencial bibliográfico:

ANDERSON, Theodore. Wilbur. **An Introduction to Multivariate Statistical Analysis**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1984.

BUSSAB, Wilton. Oliveira; MIAZAKI, Edina. Shizue; ANDRADE, Dalton. Francisco. de. **Introdução à análise de agrupamentos**. ABE/IME-USP, São Paulo, 1990.

DE ALMEIDA, Línika V. F., KAMEYA, Leonardo C., CORREA, Jovane M.; ALMEIDA, Aleska K.; ALMEIDA, Isabel K. Multivariate analysis of factors influencing the peak flow and runoff volume in the Cerrado and Atlantic Forest biomes in Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 193, n. 678, p. 1-15, 2021.

DILLON, William. R.; GOLDSTEIN, Matthew. **Multivariate analysis**. New York: John Wiley & Sons, 1994.

EVERITT. Brian; LEESE. Sabine. Landau. Morven; STAHL. Daniel. **Cluster Analysis**. 5th ed. Wiley, King's College London, UK, 2011.

GEZER, Issac; CARDOSO, Sâmela P. Empreendedorismo e suas implicações na inovação e desenvolvimento: Uma análise multivariada com indicadores socioeconômicos **Revista de Globalización, Competitividad Y Gobernabilidad**, v. 9, n. 2, p. 43-60, Mayo-Agosto 2015.

GOLDSTEIN, H. **Multilevel statistical models**. London: Arnold, 2011.

GREENACRE, Michael. **Theory and Applications of Correspondence Analysis**. New York: Academic Press, 1984.

JOHNSON, Richard. Arnold; WICHERN, Dean. W. **Applied Multivariate Statistical Analysis**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1998.

KAUFMAN, Leonardo; ROUSSEEUW, Peter. J. **Finding groups in data: an introduction to cluster analysis**. New York: John Wiley, 1990.

KHATTREE, Ravindra.; NAIK, Dayanand. N. **Multivariate data reduction and discrimination**. Cary, NC: SAS Institute Inc., 2000.

HAVRYLKO YE. V.; KURCHENKO O. A.; TERESHCHENKO A. I., **The method of multivariate statistical analysis of the time multivariate critical quality attributes of. n. 1**, p. 167-177, 2019.

LATTIN, James; CARROLL, J. Douglas; GREEN, Paul E. **Análise de dados multivariados**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MAERZ, Norberto. H.; ZHOU, Wei. **Multivariate analysis of bore hole discontinuity data**. Rock Mechanics for Industry, Proceedings of the 37th US Rock Mechanics Symposium, Vail Colorado, June 6-9, 1999, v. 1, p. 431-438.

MANLY, Bryan. Frederick. John. **Métodos estatísticos multivariados: uma introdução**. Tradução: Sara Ianda Correa Carmona. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MARDIA, Kantilal. Varichand.; KENT, John. T; BIBBY, John. M. **Multivariate analysis**. London: Academic, 1979.

MINGOTI, Sueli. Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2005.

MORRISON, Donald. F. **Multivariate Statistical Methods**. McGraw-Hill, 1976.

PLA, Laura. E. **Analysis multivariado: Método de componentes principales**. Washington: Secretaria General de la Organización de Los Estados Americanos, D. C. 1986.

POERSCHKE, Rafael P.; MOREIRA JUNIOR, Fernando J. **Análise multivariada de dados socioeconômicos: um retrato da modernização agropecuária nos COREDEs do Rio Grande do Sul**. *Ciência e Natura*, v. 42, e13, p. 1-31, 2020.

REGAZZI, Adair José; CRUZ, Cosme Damião. **Análise multivariada aplicada**. Viçosa: Editora UFV, 2020.

SHARMA, Subhash. **Applied Multivariate Techniques**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

TRIKALINOS, Thomas A.; HOAGLIN, David C.; SCHMID, Christopher H. **Empirical and Simulation-Based Comparison of Univariate and Multivariate Meta-Analysis for Binary Outcomes**. *Methods Research Report*. AHRQ Publication No. 13-EHC066-EF. Rockville, MD: Agency for Healthcare Research and Quality, 2013.

1.11.2.3 Econometria Espacial (docente: Fabio Junior Clemente Gama)

EMENTA: Introdução: Econometria Espacial vs Econometria Clássica. Dependência espacial. Dados espaciais. Matriz de pesos espaciais. Análise Exploratória de Dados Espaciais. Modelos de econometria espacial: especificação, estimação e avaliação. Modelos Espaciais com dados em painel. Regressão Geograficamente Ponderada. Modelo Diferenças-em-Diferenças no Espaço. Aplicações com modelos espaciais. Impacto heterogêneo da incerteza sobre o desempenho econômico das microrregiões brasileiras: análise espacial a partir do modelo RGP e efeitos espaciais da incerteza no sentido pós-keynesiano sobre o padrão de desempenho econômico das microrregiões brasileiras.

Referencial bibliográfico:

ALMEIDA, Eduardo. **Econometria Espacial Aplicada**. Alínea Editora, Campinas, 2012.

ANSELIN, Luc. **Spatial econometrics: methods and models**. Boston; Kluwer Academic, 1988.

ANSELIN, Luc; BERA, Anil. Spatial dependence in linear regression models with an introduction to spatial econometrics. **In:** Ullah A. and Giles D. E. (Eds.) *Handbook of Applied Economic Statistics*, Marcel Dekker, New York, p. 237-289, 1998.

BALTAGI, Badi; SONG, Seuk; KOH, Won. Testing panel data regression models with spatial error correlation. **Journal of Econometrics**, v. 117, p. 123-150, 2003.

BALTAGI, Badi; SONG, Seuk; KOH, Won. Testing for serial correlation, spatial autocorrelation and random effects using panel data. **Journal of Econometrics**, v. 140, p. 5-51, 2007.

DUBÉ, Jean; LEGROS, Diègo; THÉRIAULT, Marius; DES ROSIERS, François. A spatial Difference-in-Differences estimator to evaluate the effect of change in public mass transit systems on house prices. **Transportation Research Part B**, v. 64, p. 24-40, 2014.

ELHORST, J. Paul. Applied Spatial Econometrics: Raising the Bar. **Spatial Economic Analysis**, v. 5, n. 1, p. 9-28, 2010.

ELHORST, J. Paul. Specification and estimation of spatial panel data models. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 3, p. 244-268, 2003.

GOLGHER, André. **Introdução à Econometria Espacial**. Jundiaí: Paco, 2015.

GREENE, William. **Econometric Analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

HALLECK VEGA; Elhorst, J. Paul. The SLX model. **Journal of Regional Science**, v. 55, p. 339-363, 2015.

KELEJIAN, Harry; PRUCHA, Ingmar. A Generalized Moments Estimator for the Autoregressive Parameter in a Spatial model. **International Economic Review**, v. 40, n. 2, p. 509-533, 1999.

KELEJIAN, Harry; PRUCHA, Ingmar. Generalized spatial two-stage least squares procedure for estimating a spatial autoregressive model with autoregressive disturbances. **Journal of Real Estate Finance and Economics**, v. 17, p. 99-121, 1998.

LESAGE, James; FISCHER, Manfred. Spatial growth regressions: model specification, estimation and interpretation. **Spatial Economic Analysis**, v. 3, n. 3, p. 275-304, 2008.

1.11.2.4 Economia Regional (docente: Francisco Prancacio Araújo de Carvalho)

Ementa: Teorias e evolução da economia regional: espaço, região e problema regional, teoria do crescimento regional e suas novas abordagens. Introdução aos métodos de análise regional: medidas na análise regional, insumo-produto e outros métodos estatísticos e econométricos de sua visão clássica à análise espacial. Aplicações.

Referencial bibliográfico:

ABLAS, Luiz A. **A teoria do lugar central:** bases teóricas e evidências empíricas. São Paulo: IPE/USP, 1982.

ALMEIDA, E. **Econometria Espacial Aplicada.** Alínea Editora, Campinas, 2012.

ANSELIN, L. e Bera, A. 1998. **Spatial Dependence in Linear Regression Models with an Introduction to Spatial Econometrics.** In: A. Ulah e D. Gles, Eds., Handbook of Applied Economic Statistics. Marcel Dekker, 1998.

BARNES, Trevor J; CHRISTOPHERS, Brett. **Economic geography:** a critical introduction. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2018.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCIEC, 1996.

CRUZ, B. de O. et al. **Economia regional e urbana:** teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MILLER, R. E; BLAIR, P.D. **Input-Output Analysis:** Foundations and Extensions. Prentice-Hall, 2009.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968

GUILHOTO, J.J.M. **Input-Output Analysis:** Theory and Foundations. MPRA Paper, 2011.

HADDAD, E. A. Notas sobre a teoria da localização. Nereus - Economia Regional e Urbana, São Paulo, 2005

HADDAD, P.R.; FERREIRA, C.M.C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T.A. **Economia regional:** teorias e métodos de análise. Fortaleza: ETENE-BNB, 1989.

HADDAD, E. A.; GONÇALVES JUNIOR, C. A.; NASCIMENTO, T. O. Interstate Input-Output Matrix for Brazil: An Application of the IIOAS Method. Working paper series, Department of Economics, FEA-USP, São Paulo, 20 set. 2017.

ISARD, W. et al. **Methods of Interregional and Regional Analysis**. Aldershot: Ashgate, 1998.

KRUGMAN, P. **Development, Geography and Economic Theory**. The MIT Press, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 (1970).

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Livros, 2013 (1974).

LIMA, A. C. D. C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. Texto para discussão da UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 358, 2009.

PARNREITER, Christof. **Geografía económica: una introducción contemporánea**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2018.

PIKE, Andy; TOMANEY, John; RODRIGUEZ-POSE, Andrés. **Local and regional development**. Routledge, 2006

PORSSE, A. A.; PEIXOTO, F. C.; PALERMO, P. U. Matriz de Insumo-Produto Inter-regional Rio Grande do Sul-Restante do Brasil 2003: metodologia e resultados. In: 4º Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 20-30 maio 2008.

PORSSE, A.; HADDAD, E. A.; RIBEIRO, E. P. Estimando uma matriz de insumo-produto inter-regional Rio Grande do Sul-Restante do Brasil. TD - Nereus, São Paulo, 02 setembro 2003.

SCOTT, Allen J. **Economic geography: the great half-century**. Cambridge Journal of Economics, v. 24, n. 4, p. 483-504, 2000.

SCHWARTZMAN, J. Economia Regional: textos escolhidos, CEDEPLAR/CETREDE - MINTER, 1977.

SOUZA, N. D. J. D. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

1.11.2.5 Séries Temporais (docente: Thiberio Mota da Silva)

Ementa: Introdução aos Modelos para Séries Temporais: Definições, Interpretação e Identificação. Propriedades Dinâmicas: Estacionariedade, Processos não estacionários, etc. Modelos Univariados - ARMA, ARCH, GARCH e EGARCH; O método generalizado dos momentos (GMM); Modelos multivariados - VAR; Raiz unitária em processos univariados; Raiz unitária em processos multivariados; Cointegração. Quebras estruturais e Mudança de regime. Aplicações.

Referencial bibliográfico:

BIANCHI, Javier; SOSA-PADILLA, César. **Reserve accumulation, macroeconomic stabilization, and sovereign risk**. New York: National Bureau of Economic Research, 2020.

BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. **Econometria de séries temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

CAETANO, Sidney; SILVA, Nelson da; MOURA, Guilherme. Persistência e Volatilidade do Gap da Inflação. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 52, p. 851-877, 2023.

DAVIDSON, Russell *et al.* **Econometric theory and methods**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DURLAUF, Steven; BLUME, Lawrence (Eds.). **Macroeconometrics and time series analysis**. New York: Springer, 2016.

ENDERS, Walter. **Applied econometric time series**. New York: John Wiley & Sons, 2008.

GRANGER, Clive William John; NEWBOLD, Paul. **Forecasting economic time series**. New York: Academic Press, 2014.

HAMILTON, James D. **Time series analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

HARVEY, Andrew C. **The econometric analysis of time series**. Cambridge: MIT Press, 1990.

JOHANSEN, Søren; MOSCONI, Rocco; NIELSEN, Bent. Cointegration analysis in the presence of structural breaks in the deterministic trend. **The Econometrics Journal**, v. 3, n. 2, p. 216-249, 2000.

KANNEBLEY JÚNIOR, Sérgio; GODOI, Lucas Gonçalves; PRINCE, Diogo de. Repasse Cambial na Economia Brasileira: estimação a partir do modelo VCEE. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 52, p. 43-81, 2022.

MADDALA, Gangadharrao S.; KIM, In-Moo. Unit roots, cointegration, and structural New York: Change. 1998.

PERRON, Pierre. The great crash, the oil price shock, and the unit root hypothesis. **Econometrica: journal of the Econometric Society**, p. 1361-1401, 1989.

ROSSI, Barbara. Identifying and estimating the effects of unconventional monetary policy: How to do it and what have we learned? **The Econometrics Journal**, v. 24, n. 1, p. C1-C32, 2021.

CAVICCHIOLI, Maddalena. Impulse response function analysis for Markov switching var models. **Economics Letters**, v. 232, p. 111357, 2023.

1.11.2.6 Economia Piauiense (docente: João Soares da Silva Filho)

Ementa: Aspectos históricos (ocupação e povoamento). Formação da economia piauiense. Economia do gado; acoplamentos à economia nacional e internacional produtiva. Modernização econômica, transição do trabalho; integração regional e nacional. A questão do semiárido e do Cerrado e os limitadores do crescimento econômico estadual.

Referencial bibliográfico:

LIMA, S. O. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí Escravista (séc. XVII - séc. XIX)**. Teresina-PI, EDUFPI, 2016.

CEPRO. Equipe técnica. **Estudo socioeconômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí**. Teresina: CEPRO, 1979.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba**. São Paulo: Annablume, 2010.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN). **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Revista Econômica do Nordeste**, v. 28, nº 4, out./dez 96, p. 387-449.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: PMT, 2003.

PORTO, C. E. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

QUEIROZ, T. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresina: EDUFPI, 1993.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995.

RAMOS, Pádua. **Psicologia do aboio: denúncia contra a satelitização do Piauí. Contribuição para o equacionamento**. Fortaleza: Instituto Pádua Ramos, 2011.

REIS VELLOSO, João Paulo. **O Vale da decisão: o Piauí é rico – em grandes oportunidades**. Rio de Janeiro: Livros do Futuro, 2013.

1.11.2.7 Economia da Educação (Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira)

Ementa: Relações entre a economia e educação. Principais teorias explicativas. Teoria do capital humano e suas derivações. A visão econômica sobre qualificação e competência. O retorno social e econômico da educação. Trabalho, educação e formação profissional. Bases de dados e indicadores educacionais. Problemática da educação no Brasil e suas implicações econômico-sociais. A ação da economia e as transformações na educação. Financiamento, subfinanciamento e desfinanciamento da educação pública e privada no Brasil. Educação e desenvolvimento regional.

Referencial bibliográfico:

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. Retorno da educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, v. 38, n. 1, p. 97-126, abr. 2008. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3667/1/PPE_v38_n01_Retorno.pdf>.

BLAUG, Mark. **Introdução à Economia da Educação**. Rio de Janeiro: Globo, 1975

CASTRO, Jorge Abrahão de; BARRETO, Angela Rabelo e CORBUCCI, Paulo Roberto. **A reestruturação das políticas federais para o ensino fundamental: descentralização e novos mecanismos de gestão.** Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2000, 31 p.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Dilemas para o financiamento da educação. In: CUNHA, DA. C.; GADOTTI, M.; BORDIGNON, G.; NOGUEIRA, F (Org.). **O Sistema Nacional de Educação, diversos olhares 80 anos após o Manifesto.** Brasília: MEC/SASE, 2014, p. 178 – 196.

CLARK, Damon.; MATORELL, Paco. The signaling value of a high school diploma. **Journal of Political Economy**, vol. 122, n.2, pp. 282-318, 2014

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil.** Brasília: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2308/1/td_0525.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

GLEWWE, Paul.; KREMER, Michael. Schools, teachers, and education outcomes in developing countries. **Handbook of the Economics of Education.** Elsevier, v. 2, p. 945–1017, 2006

KING, Roger; MARGINSON, Simon; NAIDOO, Rajani. **Handbook on globalization and higher education.** Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. **Educação e distribuição de renda.** 1991. Disponível em: <

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/534/150_000054866.pdf?sequence=1>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

LIMONTI, Rogério Machado; PERES, Ursula Dias; CALDAS, Eduardo Lima de. **Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi.** Revista de Administração Pública, v. 48, n.2, p. 389–409, 2014.

NEAMTU, Daniela-Mihaela. **Education and economic development.** A Social and statistical analysis. Palgrave Macmillan Cham, 2023.

PERES, Ursula Dias. **Financiamento e políticas públicas educacionais: perspectiva normativa, dilemas e mudanças recentes.** Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 65-101, 2016

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação: para além do capital humano.** São Paulo: Cortez, 2005.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. **Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo prazo.** Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 3, n. 1, 2010

SCHULTZ, Theodore William. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Zahar Editores, 1973.

1.11.2.8 Inovação e Desenvolvimento Econômico (docente: Fernanda Rocha Veras e Silva)

EMENTA: Inovação, instituições e desenvolvimento econômico. Determinantes da inovação, paradigmas e trajetórias tecnológicas. Fundamentos da teoria evolucionária. Conhecimento e aprendizado tecnológico. Regime e padrão setorial de inovação. Sistemas de inovação nacionais, regionais e locais. Tecnologias Sociais. Tópicos emergentes em inovação.

Referencial bibliográfico:

BRESCHI, Stefano; MALERBA, Franco; ORSENIGO, Luigi. Technological Regimes and Schumpeterian Patterns of Innovation. **The Economic Journal**, April, 2000.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Sistemas de Inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n.1, jan./mar., 2005.

COOK, Philip; MORGAN, Kevin. **The associational economy: firms, regions, and innovation**. New York: Oxford University Press, 1998.

_____; URANGA, Mikel Gomez; ETXEARRIA, Goio. Regional innovation systems: Institutional and organisational dimensions. **Research Policy**, v.26, p.475-491, 1997.

DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2.ed. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, 1982.

_____; FREEMAN, Christopher; FABIANI, S. The Process of Economic Development: Introducing Some Stylized Facts and Theories on Technologies, Firms and Institutions. **Industrial and Corporate Change**, v.3, n.1, p.1-45, 1994.

FAGERBERG, Jan; MOWERY, David C.; NELSON, Richard R. (Ed.) **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford University Press, 2006.

FREEMAN, Christopher; LOUÇÃ, Francisco. **Ciclos e Crises no Capitalismo Global: das Revoluções Industriais à Revolução da Informação**. Edições Afrontamento, 2001.

_____. The Determinants of Innovation: Market demand, technology, and the response to social problems. **Business Press**, June, 1979.

_____; SOETE, Luc. **A Economia da Inovação Industrial**. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2008.

HALL, Bronwyn H.; ROSENBERG, Nathan (Ed.). **Handbook of the Economics of Innovation**. Elsevier, 2010.

LAM, Alice. Tacit knowledge, organizational learning and innovation: a societal perspective. **Druid working paper n.98-22, Out.**, 1998.

LUNDEVALL, Bengt-Ake. National Systems of Innovation: towards a theory of innovation and interactive learning. **Pinter Publishers**. London, 1992.

_____. The origins of the national innovation system concept and its usefulness in the era of the globalizing economy. **13th Globelics Conference**, 2015.

MALERBA, Franco. Learning by firms and incremental technical change. **The Economic Journal**, jul., 1992.

_____; ORSENIGO, Luigi. Technological Regimes and Firms Behavior. **Industrial and Corporate Change**, v.2, n.1, 1993.

_____; MANI, Sunil (Ed.) **Sectoral Systems of Innovation and Production in Developing Countries: Actors, Structure and Evolution**. Edward Elgar Publishing, 2009.

METCALFE, J. Stan. **Evolutionary Economics and Creative Destruction: The Graz Schumpeter Lectures**. London: Routledge, 1997.

NELSON, Richard. R.; WINTER, Sidney G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

_____. National Innovation Systems: a Restrospective Study. **Industrial and Corporate Change**, v.1. n.2, 1992.

_____. The Co-evolution of Technology, Industrial Structure and Supporting Institutions. **Industrial and Corporate Change**, v.3, n.1, 1994.

PAVITT, Keith. Sectoral Patterns of Technical Change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, 13, 1982.

PEREZ, Carlota. Technological revolutions and techno-economic paradigms'. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n.1, p. 185-202, 2010.

SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SENDIN, Paulo Varela; CARGANO, Doralice de F. (Org.) **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação**. Londrina: IAPAR, 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Economistas, 1985.

_____. **Business Cycles: a theoretical, Historical and Satatistical Analysis of the Capitalist Process**.v.1. New York: McGraw-Hill, 1923.

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984.

VIOTTI, Eduardo B. National Learning Systems – a new approach on technological change in late industrializing economies and evidences from the cases of Brazil and South Korea. **Technological Forecasting and Social Change**, 69, North-Holand, 2002.

1.11.2.9 Desenvolvimento e Sustentabilidade (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes)

Ementa: Abordagens do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável. Crescimento econômico e progresso social. Narrativas pós-crescimento para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estratégias de desenvolvimento, políticas econômicas e instituições. Diferentes interpretações da ideia de sustentabilidade (economia ambiental neoclássica e a economia ecológica). Governança global e ambiental. Indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade.

Referencial bibliográfico:

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Regional e Local**. Planejamento e Políticas Públicas. n. 23, jun 2001p. 261-286.

ANDRADE, D. C., ROMEIRO, A. R., SIMÕES, M. S. **Economic development, economic complexity and environmental performance: in search of common ground**. In Environmental Sustainability and Industries (pp. 461-482). Elsevier. 2022.

DALY, H.E. Toward some operational principles of sustainable development. **Ecological Economics**, v.2, p.1-6, 1990.

FURTADO. C. Economia do desenvolvimento. Rio de Janeiro. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

Gilberto Montibeller-Filho. **Crescimento econômico e sustentabilidade**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (1): 81-89, jun. 2007.

JACKSON, T. **Prosperity without growth: economics for a finite planet**. 1st Edition. London, UK:Earthscan, 2009.

MARGULIS, S. A. **A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação**. Texto para Discussão do IPEA, n. 437, IPEA, Rio de Janeiro, 1996.

MUELLER, C. C. **Os Economistas e as Relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente**. Editora UnB. 2012.

ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26 (74), p. 65-92, 2012.

SOLOW, R. M. **Intergenerational equity and exhaustible resources**. Review of Economics Studies, v. 41, p. 28-45, 1978.

STIGLITZ, Joseph E. SEN, Amartya. FITOUSSI, Jean-Paul. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. 2009. Disponível em: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr.

WEISS, M., CATTANEO, C. Degrowth - Taking stock and reviewing an emerging academic paradigm. **Ecological Economics**, v. 137, p. 220-230, 2017

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2010

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra. 1998 (coleção leitura).

VEIGA, José Eli da. Para entender o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Editora: EDITORA 34, 2015

HUMAN DEVELOPMENT REPORT 1990. Published for the United Nations Development Programme (UNDP). New York Oxford. Oxford University Press, 1990. (<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>) (CHAPTER ONE).

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SCHUMPETER, J. A . Teoria do Desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucro, capital, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Sílvia Possas. 3 ed. São Paulo, Nova cultural, 1988

Mahbub ul Haq .Reflections on Human Development . Oxford University. 1995. https://books.google.com.br/books?id=Cwyv2OtYdGQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 23.03.2017

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados 18 (51), São Paulo, p.7-22, 2004.

SOLOW, Robert M. The Economics of Resources or the Resources of Economics. Journal of Natural Resources Policy Research. Vol. 1, No. 1, 69–82, January 2009. p. 60-82

ROMEIRO, Ademar. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômica-ecológica. Estudos Avançados 74. Dossiê Sustentabilidade. v. 26, nº 74, jan./abr. 2012, p.65-92.

VEIGA, José Eli da. Desgovernança mundial da sustentabilidade. São Paulo, Editora: EDITORA 34, 2013.

CHANG, H-J. Institutional and economic development: theory, policy and history. Journal of Institutional Economics, v. 7, n.4, p. 473-498, 2011.

YOLLES, M.; FINK, G. The Sustainability of Sustainability. Business Systems Review, v. 3, n. 2, p. 1-32, 2014.

NATIONS UNITED SECRETARY AND GENERAL’S HIGH LEVEL PANEL ON GLOBAL SUSTAINABILITY. Resilient People, Resilient Planet: a Future Worth Choosing. New York: United Nations, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2021). “Brevíssima história da teoria do desenvolvimento. De Schumpeter e Prebisch ao novo desenvolvimentismo”. Texto para Discussão 554. FGV: São Paulo.

REINERT, Erik S. (2008). Como os países ricos ficaram ricos e porque os países pobres continuam pobres Rio de Janeiro: Contraponto.

1.11.2.10 *Economia Social e do Trabalho (docente: Juliano Vargas)*

Ementa: Conceitos, visões teóricas e instrumentos de análise da Economia Social e do Trabalho. Estrutura, formação e transformações do mercado de trabalho. População e força de trabalho. Trabalho, emprego, renda e formas de organização da produção. Nível e distribuição dos salários. Regulação laboral e instituições trabalhistas. Políticas Públicas e trabalho. Questões e aplicações contemporâneas relativas ao mundo do trabalho globalmente, na América Latina, no Brasil e no estado do Piauí.

Referencial bibliográfico:

ÁBRAMO, Laís. **Políticas para enfrentar los desafíos de las antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina**. Serie Políticas Sociales, N.º 240 (LC/ TS.2021/137), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 7-28, 2016.

BENDER, Mateus *et al.* (Orgs.). **O futuro do trabalho: perspectivas latino-americanas**. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2022.

BIAVASCHI, Magda B; DROPPA, Alisson (Orgs.). **Terceirização e as reformas trabalhistas na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

BOERI, Tiro; OURS, Jan van. **The Economics of Imperfect Labor Markets**. 3. ed. Princeton: Princeton Economic Press, 2021.

BORJAS, George Jesus. **Economia do Trabalho**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

CAHUC, Pierre; CARCILLO, Stéphane. ZYLBERBERG. André. **Labor Economics**. 2 ed. Cambridge: MIT Press, 2014.

ENRENBERG, Ronald G.; SMITH, Robert S.; HALLOCK, Kevin F. **Modern Labor Economics: Theory and Public Policy**. 14 ed. New York: Routledge, 2023.

DELGADO, Gabriela N. (Orgs.). **Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI**. São Paulo: LTr, 2020.

TOKER, Dereli; SOYKUT-SARICA, Y. Pinar; ŞEN-TAŞBAŞI, Asli (Eds.). **Labor and Employment Relations in a Globalized World: New Perspectives on Work, Social Policy and Labor Market Implications**. New York: Springer, 2014.

GUIMARÃES, N. A.; PAUGAM, S. Work and employment precariousness: a transnational concept? **Sociologia del Lavoro**. Diseguaglianze oggi: quanto conta ancora l'occupazione, n. 144, p. 55-84, 2016.

KON, Anita. **A Economia do Trabalho**. Qualificação e Segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

KREIN, José Dari. **Trabalho e regulação em perspectiva comparada**. São Carlos: Edufscar, 2017.

LARSSON, Anthony; TEIGLAND, Robin. **The Digital Transformation of Labor: Automation, The Gig Economy and Welfare**. New York: Routledge, 2020.

MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B.; PIRES, I. J. B. Trajetórias ocupacionais na Região Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, p. 173–184, 2017.

MAURIZIO, R.; BECCARIA, L.; MONSALVO, A. Labour Formalization and Inequality: The Distributive Impact of Labour Formalization in Latin America since 2000. **Development and Change**, v. 53, Issue 1, p. 117-165, 2021.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2022.

MCCONNELL, Campbell R.; BRUE, Stanley L.; MACPHERSON, David A. **Contemporary Labor Economics**. New York: McGraw Hill LLC, 2020.

MORETTO, Amilton José; MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.

OLIVEIRA, Tiago; PRONI, Marcelo Weishaupt. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. 15, n. 2, p. 60-86, dez. 2016.

OLIVEIRA, Roberto V.; RODGERS, Gerry. (Orgs.). **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Anablume, 2021.

OLIVEIRA, Roberto V.; LADOSKY, Mário H.; ROMBALDI, Maurício. A reforma trabalhista e suas implicações para o Nordeste: primeiras reflexões. **Caderno CRH**, v. 2, p. 271-288, 2019.

OLIVEIRA, Roberto V.; VARELA, Paula; CALDERÓN, Ana M. (Eds.). **Informalidad en América Latina: ¿Un debate actual?** San Vicente del Raspeig, ES: Universidad de Alicante, 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **As plataformas digitais e o futuro do trabalho**. Lisboa: OIT, 2020.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the twenty-first century**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio José M.; PINHEIRO, Patrícia Regina. **Direito e Economia do Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25 (1), p. 89-99, dez. 2019.

PRONI, M. W. Teorias do desemprego: debates contemporâneos. **Revista Pesquisa & Debate**, v. 27, n. 1 (49), p. 63-90, jan./mar. 2016.

RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho: modelos teóricos e o debate no Brasil**. Curitiba: CRV, 2012.

SABOIA, João; NETO, João Hallak. Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1 (62), p. 265-285, abril 2018.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

STANDING, Guy. **The Precariat: The New Dangerous Class**. London: Bloomsbury Academic. 2011.

SUSSKIND, Richard; SUSSKIND, Daniel. **The Future of the Professions: How Technology will transform the work of human experts**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

TROVÃO, Cassiano J. B. M.; ARAÚJO, Juliana B.; MONTENEGRO, Rafael F. Economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XXI, v. 1, n. 42, p. 134-160, abril de 2019.

VILLEN, P. **(In)visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

1.11.2.11 *Economia Rural e Desenvolvimento (docente: Jaira Maria Alcobaça Gomes)*

Ementa: Dinâmica do meio rural: A expansão/territorialização do capitalismo e as novas relações no campo; os sujeitos sociais, processos de ocupação e conflitos de terra. As formas de economia rural: diversidade e padronização produtiva. Desenvolvimento territorial rural: A produção agropecuária. O associativismo rural. A industrialização da agricultura. A agroindústria. Estrutura agrária e relações de poder e de produção. Política agrícola brasileira e formas de intervenção do estado no setor agropecuário. A reforma agrária. *Socioeconomias alternativas nos espaços rurais*.

Referencial bibliográfico:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. IN ORTEGA, Cesar A. e ALMEIDA FILHO. Niemeyer. *Desenvolvimento territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ACORINI, José Honório. *Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**. Brasília: Maio/2006. (tese de doutorado – orientador: Cristóvão Buarque).

APPENDINI, Kirsten; NUIJTEN, Monique. **El papel de las instituciones en contextos locales**. *Revista de La CEPAL*, 76, abril de 2002.

BASTOS, Fernando. **Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres/IFCH/Unicamp, 2006.

BASTOS, Fernando. **O desenvolvimento e a natureza simbólica do progresso**. Maceió (AL): Economia Política do Desenvolvimento; vol. 1, n.1, p. 9 – 31; jan/abril de 2007. AQUINO, Joacir e

BASTOS, Fernando. **Dez Anos do Programa AGROAMIGO na Região Nordeste: Evolução, Resultados e Limites para o Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v.46, suplemento especial, p. 137-158, 2015.

BRANDÃO, Carlos. **Crise do capitalismo e os espaços produzidos nas escalas nacional e regional**. IN: ETGES, Virginia E. e AREND, Silvio C. (Orgs.). *Crises do capitalismo, estado e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CONTERATO, Greicy Michelle Marafiga; FILLIPI, Eduardo Ernesto. *Teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DALY, Herman. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & Sociedade*. vol.7, n.2, jul./dez., 2004.

CARNEIRO, Maria José. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

CAVALCANATI, Josefa Salete Barbosa et al. (Orgs.). **Lá no território: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da Cidadania**. Recife: Editora da UFPE; Brasília: MDA, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro. **Ocupações não-agrícolas e pluriatividade dos residentes rurais**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

KAGEYAMA, Angela Antonia. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

MALUF, Renato. **Multifuncionalidade da agricultura e as políticas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

MARTINS, José de Souza. **A Nova Face da Questão Agrária**. *Jornal Estado de São Paulo*: 18 de maio de 2008.

NEVES, Delma. **Quadros Institucionais e Configurações de Políticas Públicas**. IN: Gomes, Ramonildes A. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande, PB: EDUERP, 2014.

NOGUERA TUR, Joan; PÉREZ, Javier Esparcia(Eds). **Nuevos factores de desarrollo territorial**. Valencia (Espanha): Universitat de València, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

SAUER, Sergio; LEITE, Sergio P. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.50 no.3. Brasília July/Sept. 2012

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia**. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/projetos/ruralidade.html>. Acessado em 24/08/1998.

SCHNEIDER, Sergio. **Abordagem territorial do desenvolvimento territorial e suas articulações externas**. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza: 16 a 19 de novembro de 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 14, p. 225-256, 1997.

SCHNEIDER, Sergio.; CONTERATO, M. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações ap artir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CAVIOTTI, C. (Org.). *Entre el campo y la ciudad: desafíos y estrategias de la pliriactividad en el agro*. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão das capacidades**. São Paulo: Cedec, Revista Lua Nova, nº 28/29, 1993.

SEPULVEDA, Sérgio. **Desenvolvimento sustentável microrregional: método para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001.

SOTO, William Hector Gomez. **A Produção do Conhecimento sobreo “Mundo rural” no Brasil: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SUMPSI, JoseMaria. Desarrollo rural com enfoque territorial: diferencias y semenjanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N (Org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

TARTARUGA, IVÁN PEYRÉ. **As inovações no território e o papel das universidades**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento (Texto para Discussão, nº 81). Setembro de 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Identidade social e espaço de vida**. In: WANDERLEY, M^a (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2004.

WITTMANN, Milton Luiz. *et alli*. **Estruturas organizacionais em rede e desenvolvimento regional: contextualização e complexidades**. IN: Wittmann, Milton L e Ramos, Marília Patta. *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2004.

ZYLBERSZTAJN, Decio. **Coordenação e governança de sistemas agroindustriais**. In: O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, A. M. et al. (Eds.) Brasília, DF: Embrapa, 2014.

1.11.3 Outras disciplinas

As outras disciplinas da proposta são Tópicos Especiais em Economia I e Tópicos especiais em Economia II, ambas de 4 créditos cada, com conteúdos não presentes nos módulos de obrigatórias e optativas. Haverá também uma Atividade Programada I, de 2 créditos, para o desenvolvimento e publicação de artigos científicos. Além disso, existirá o Estágio Docência para discentes bolsistas ou voluntários. Por último, constará a disciplina de Elaboração da Dissertação, com 6 créditos.

1.12 Corpo Docente

1.12.1 Dados Pessoais

Tabela 4 - Produção intelectual dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI – 2019-2023

NOME	CPF	E-MAIL	LATTES	CATEGORIA	HORAS DEDICAÇÃO SEMANAL	
					Instituição	Programa
Caio Matteucci de Andrade Lopes	373.377.908-80	caiolopes@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0457139584939995	Permanente	40	15
Edivane de Sousa Lima	446.543.753-68	edivanelima@yahoo.com.br	http://lattes.cnpq.br/7142872011671005	Permanente	40	15
Fernanda Rocha Veras e Silva	347.988.033-91	fernandaveras@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7658207408828094	Permanente	40	15
Francisco Prancacio Araujo de Carvalho	815.895.493-68	prancacio@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4189641878376282	Permanente	40	15
Jaira Maria Alcobaca Gomes	145.191.193-91	jaira@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1062706664834278	Permanente	40	15
Joao Soares da Silva Filho	844.582.244-68	jfilho@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0226441772795125	Colaborador	40	15
Juliano Vargas	003.435.710-64	juliano.vargas@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7857231631766693	Permanente	40	15
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	031.764.924-80	romina.paradizo@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9198539260484260	Permanente	40	15
Samuel Costa Filho	117.200.183-91	smcst9@gmail.com	http://lattes.cnpq.br/8498206164098403	Colaborador	40	15
Thiberio Mota da Silva	619.296.893-49	thiberiomota@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4039330225981878	Permanente	40	15
Fabio Junior Clemente Gama	066.850.516-80	fabio.gama@ufdpar.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3454531851481185	Permanente	40	15

1.12.2 Formação acadêmica / Vínculo profissional

Quadro 5 - Formação acadêmica, vinculação profissional e data de admissão dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI - 2023

Nome	Formação / Instituição / Ano obtenção do título	IES vínculo	Data de admissão
Caio Matteucci de Andrade Lopes	Doutorado / UFPR / 2020	UFPI	09/07/2018
Edivane de Sousa Lima	Doutorado / UFPE / 2009	UFPI	06/08/2009
Fernanda Rocha Veras e Silva	Doutorado / UFRGS / 2016	UFPI	03/10/2005
Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	Doutorado / UFPI / 2018	UFPI	19/01/2006
Jaira Maria Alcobaça Gomes	Doutorado / ESALQ / 1998	UFPI	16/03/1984
Joao Soares da Silva Filho	Doutorado / UFPI / 2019	UFPI	17/09/2008
Juliano Vargas	Doutorado / UNB / 2020	UFPI	17/07/2019
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	Doutorado / UFPI / 2015	UFPI	04/08/2009
Samuel Costa Filho	Doutorado / UFMA / 2014	UFPI	08/08/1986
Thiberio Mota da Silva	Doutorado / UFC / 2017	UFPI	23/02/2018
Fabio Junior Clemente Gama	Doutorado / UFJF / 2019	UDPAR	

Fonte: Superintendência de Recursos Humano (SRH/UFPI)

Este grupo de docentes, embora em sua maioria, tenha ingressado recentemente na instituição, vem se organizando em grupos de pesquisa para o desenvolvimento de estudos sobre o movimento humano. Os docentes listados apresentam experiência em orientação de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, de Monitoria e de Iniciação Científica. Além disso, demonstram capacidade de liderança de pesquisa demonstrada pela produção intelectual, bem como desenvolvem projetos de extensão relacionados ao movimento humano que permitem a aproximação da Universidade à comunidade.

1.12.3 Produção

Tabela 5 - Produção intelectual dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI – 2019-2023

Nome	A1	A2	A3	A4	B1	B2	B3	B4	Total de artigos publicados no período
Caio Matteucci de Andrade Lopes	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Edivane de Sousa Lima	0	0	1	2	0	0	0	0	3
Fernanda Rocha Veras e Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Jaira Maria Alcobaça Gomes	5	4	2	4	2	2	0	0	19
João Soares da Silva Filho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juliano Vargas	0	3	0	5	1	8	2	1	20
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Samuel Costa Filho	0	0	0	0	5	0	0	1	6
Thiberio Mota da Silva	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Fábio Júnior Clemente Gama	4	3	1	1	1	2	1	0	13
TOTAL	6	7	3	13	8	10	2	1	54

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA ORIGEM, NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º. O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Economia (PPGE), criado pela Resolução nº XX/XX CEPEX/UFPI de XX de XXXX de 20XX e reconhecido pelo CNE/CES parecer nº XXX/20XX de XX de XXXX de 20XX, é um Programa vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL/UFPI) e à Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (PRPG/UFPI), regulamentado sob a égide da Resolução de nº 189/07 – CEPEX/UFPI.

Parágrafo único. O Programa será regulamentado pelo presente Regimento Interno, pelos Estatutos e Regimento Geral da UFPI e pelas Normas dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* desta Universidade.

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação em Economia é constituído por um núcleo básico de professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI e de outros Departamentos e Instituições de Ensino Superior.

Art. 3º O Programa de Pós-Graduação em Economia oferece curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado Acadêmico, cujas atividades estão voltadas para a qualificação de docentes, pesquisadores, graduados e profissionais, proporcionando a obtenção do título de Mestre em Economia.

Art. 4º. O curso de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem por objetivo promover a formação ampla e aprofundada dos(as) discentes, visando à preparação profissional para o meio acadêmico (atividade de pesquisa e docência), para centros e institutos de pesquisa (governamentais, de opinião pública, de *marketing*, etc.) e também para a prestação de serviços de planejamento, consultoria e assessoria em órgãos públicos, empresas e associações da sociedade civil.

TITULO II
REGIME DIDÁTICO

SEÇÃO I

DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Art. 5º O Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí

(UFPI) é constituído por uma Área de Concentração denominada Economia e Desenvolvimento e duas Linhas de Pesquisa: Linha 1 - Economia Aplicada ao Desenvolvimento; Linha 2 - Desenvolvimento Socioeconômico.

Art. 6º A área de concentração de “Economia e Desenvolvimento” contempla estudos – empíricos e/ou teóricos – de diversos conteúdos e questões de variados campos do conhecimento tanto de forma autônoma quanto integrada relativos aos processos de desenvolvimento econômico. Objetiva a formação acadêmica sólida e plural de profissionais com pensamento técnico-crítico abrangente para refletirem e atuarem sobre a realidade observável tendo como foco a promoção de avanços econômicos quali-quantitativos no Brasil e, especialmente, na Região Nordeste e no estado do Piauí.

§ 1º A área de concentração compreende as seguintes linhas de pesquisa:

I - Na linha 1, de “Economia Aplicada ao Desenvolvimento”, serão elaborados estudos sobre a teoria, os métodos e a análise do desenvolvimento e da avaliação de políticas públicas no âmbito das dinâmicas regionais e suas interações inter-regionais e internacionais. O foco é a teoria e a aplicação do conhecimento econômico alinhado a diversas dimensões, dentre as quais: saúde, educação, renda, trabalho, estudos setoriais (na agropecuária, na indústria e nos serviços), inovação e meio ambiente. Os métodos utilizados para respostas às questões econômicas pesquisadas estão associados às seguintes temáticas: análise multivariada, econometria, instrumentos de análises regional, dentre outros.

II - A linha 2, de “Desenvolvimento Socioeconômico”, tem como eixo central a realização de estudos sobre o desenvolvimento do ponto de vista inclusivo e sustentável nas suas dimensões teórica e empírica. Com este foco, especialmente são tratados aspectos e características relativas à inovação, à sustentabilidade, à cultura e à criatividade, ao mundo do trabalho, à educação, ao meio rural, dentre outras. O propósito é desenvolver pesquisas que privilegiem a dinamização do debate e da ação sobre as particularidades regionais e sua conexão com a universalidade do crescimento e do desenvolvimento.

Art. 7º A dissertação deverá estar vinculada a uma das linhas que compõe a área de concentração do curso.

SEÇÃO II

DO CURRÍCULO, DISCIPLINAS E PROGRAMAS

Art. 8º O currículo do Curso de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí está estruturado em torno de dois núcleos de formação, nos quais estão distribuídas as disciplinas obrigatórias e optativas.

§ 1º. O **Núcleo de disciplinas obrigatórias** é formado por três disciplinas regularmente oferecidas pelo Programa de Mestrado em Economia da UFPI, a saber: Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia.

§ 2º. O **Núcleo de disciplinas optativas** é formado por três disciplinas optativas, que deverão ser cursadas no Programa de Mestrado em Economia da UFPI.

§ 3º. As disciplinas de Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia deverão ser cursadas no primeiro ano do curso.

§ 4º. O componente curricular de Seminários de Dissertação deverá ser cursada no segundo semestre do curso.

§ 5º. O componente curricular de Atividade Programada deverá ser cursada no terceiro semestre do curso.

§ 6º A Elaboração da dissertação I e II é atividade obrigatória, cuja natureza consiste em garantir o vínculo do aluno com o curso e o acompanhamento do mesmo pelo orientador. O discente deverá matricular-se nela no terceiro e quarto semestres do curso, respectivamente.

§ 7º O Estágio Docência é atividade obrigatória para alunos bolsistas/CAPES e opcional para alunos não bolsistas.

§ 8º O aluno que não se matricular nas disciplinas e nas atividades obrigatórias, conforme previsto no presente regimento, será desligado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI.

§ 9º Para integralização do curso, é necessário o cumprimento das seguintes atividades: Qualificação e Defesa Pública da Dissertação.

SEÇÃO III

DA DURAÇÃO DO CURSO

Art. 9º. O Curso de Mestrado Acadêmico em Economia, em consonância com o que dita o Regimento Geral da UFPI e a Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI, deverá ser realizado no prazo mínimo de 12 (doze) meses, e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, com justificativa do Orientador, e aprovado pelo Colegiado do Programa, por até o prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Único. O discente que obtiver prorrogação dos prazos e não concluir a dissertação será desligado automaticamente do curso.

TITULO III
DA ADMISSÃO NO CURSO
SEÇÃO I
DAS VAGAS

Art. 10º. O Mestrado Acadêmico em Economia oferece vagas anualmente, através de Edital público de divulgação do processo de seleção e ingresso, cumprindo os critérios definidos no Regimento Geral da UFPI e da Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI que regulamenta os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Parágrafo Único. Só poderão ser admitidos no Mestrado em Economia os candidatos em Curso de Graduação Plena e que tenham sido aprovados na seleção prescrita pela Comissão de Seleção.

SEÇÃO II
DA SELEÇÃO E ADMISSÃO

Art. 11 A seleção dos candidatos ao curso de Mestrado em Economia será baseada em classificação definida pelo desempenho dos candidatos no Exame da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Exame da ANPEC, conforme informado em Edital público.

Art. 12 O edital de cada processo seletivo apresentará informações referentes às datas, aos documentos necessários para participação no processo, aos documentos necessários para a realização de matrícula, ao número de vagas disponíveis e aos pesos atribuídos às disciplinas que compõem o Exame da ANPEC.

Art. 13 Os editais serão divulgados tanto na página da UFPI/CCHL na *internet* como no Diário Oficial da União (D.O.U.).

Art. 14. A seleção de candidatos ao Mestrado Acadêmico em Economia será realizada anualmente. O processo deverá ser conduzido por uma Comissão de Seleção, composta por três professores permanentes do Programa, incluindo o Coordenador, que será o presidente da referida Comissão.

Parágrafo Único. Os dois outros membros da Comissão de Seleção deverão ser escolhidos em reunião do Colegiado do Programa.

Art. 15. Estarão aptos a se candidatarem ao processo portadores de diploma de graduação plena (Bacharelado ou Licenciatura).

Art. 16. O processo de seleção obedecerá aos critérios estabelecidos pela Comissão de acordo com o que está previsto no Regimento Geral da UFPI e na Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI.

Art. 17. O ingresso dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas.

Art. 18. O Programa de Mestrado em Economia da UFPI admite alunos especiais que estejam regularmente matriculados em outros programas de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí ou de qualquer outra IES do Brasil ou do exterior (mediante convênio ou qualquer outro tipo de associação) ou portador de Curso Superior a critério do professor responsável pela disciplina.

§ 1º. Os alunos especiais devem obter a aceitação formal do(s) docente(s) responsável pela(s) disciplina(s) selecionada(s), antes da realização da matrícula.

§ 2º. Os alunos matriculados em caráter de aluno especial têm as mesmas obrigações formais que os alunos regularmente matriculados. O aluno em caráter especial somente poderá cursar até duas disciplinas, totalizando 8 (oito) créditos. O aluno especial que for aprovado recebe uma certificação de conclusão da disciplina, podendo, inclusive, ser convalidada, caso o aluno seja aprovado, posteriormente, no Mestrado em Economia da UFPI ou em outro curso que admita a convalidação.

SEÇÃO III

DO EXAME DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Art. 20. A língua estrangeira de que trata a presente seção é o inglês.

§ 1º. O exame de proficiência é cobrado na matrícula institucional. Sua realização é pré-condição à matrícula no Programa.

SEÇÃO IV

DA MATRÍCULA

Art. 21. A matrícula, renovável antes de cada período letivo a cursar, distingue-se em matrícula institucional e matrícula curricular. A primeira assegura ao candidato a condição de membro do corpo discente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A matrícula curricular, por disciplina, assegura ao aluno regular o direito de cumprir o currículo para a obtenção do diploma de semestre.

§ 1º. A matrícula institucional far-se-á na Coordenação do Programa de Pós-graduação em Economia, de acordo com o calendário acadêmico da Universidade.

§ 2º. A matrícula curricular será feita segundo normas do Mestrado Acadêmico em Economia constantes no Edital de seleção e sua realização dar-se-á na Coordenação do Curso ou via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

§ 3º. A primeira matrícula do estudante deverá ser institucional e curricular.

Na matrícula institucional o aluno deverá apresentar:

- a. Atestado de aprovação em exame de proficiência em língua estrangeira (em inglês), nos termos das resoluções nº 225/2013 e nº 101/14 – CEPEX/UFPI;
- b. Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e do Registro Geral (RG);
- c. 1 (uma) foto 3x4;
- d. Cópia do Diploma ou Certidão de Graduação;
- e. Cópia do Histórico Escolar da Graduação;
- f. Cópia do Certificado de Quitação no Serviço Militar (gênero masculino);
- g. Comprovação de liberação, da instituição em que trabalha, de no mínimo 20 (vinte) horas semanais, para dedicação ao Curso de Mestrado.

A matrícula curricular deverá ser realizada na Coordenação do Curso ou via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), no prazo fixado pelo Edital público, mediante a apresentação do comprovante de aprovação na seleção fornecido pela Coordenação do Curso.

Art. 22. O direito à matrícula em determinada disciplina ou outra atividade curricular depende de sua inclusão na lista de oferta no semestre, considerado o plano de estudo do aluno e seu ajustamento às condições que forem estabelecidas e às vagas existentes.

§ 1º. Os alunos regulares do Curso têm prioridade quanto ao preenchimento de vagas disponíveis nas diversas disciplinas e outras atividades curriculares oferecidas. A matrícula dos alunos especiais está condicionada à orientação da Coordenação do Mestrado e à existência de vagas.

§ 2º. Ao concluir as disciplinas e demais atividades curriculares, integrantes de seu plano de estudo, o aluno deverá inscrever-se, no último semestre, na disciplina Elaboração da Dissertação até sua conclusão e defesa.

Art. 23. A matrícula poderá ser feita com aproveitamento de estudos realizados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI ou de outra IES, desde que sejam reconhecidas pelas CAPES.

§ 1º. O aproveitamento de estudos no Curso de Mestrado será feito utilizando os seguintes critérios:

- a. equivalência de carga horária e ementa;
- b. nota igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º. A critério da Coordenação do Curso, os estudos realizados em duas ou mais disciplinas poderão, quando se completarem, serem aproveitados em uma ou mais disciplinas do curso pretendido.

§ 3º. Na ocasião da matrícula, a disciplina cursada na Universidade Federal do Piauí, cujo estudo se aproveite, será transcrita no sistema próprio da Universidade, consignando os créditos respectivos.

§ 4º. As menções ou notas obtidas em disciplinas de pós-graduação, cursadas em outras instituições e cujo estudo se aproveite, serão classificadas de acordo com o sistema de avaliação da UFPI, respeitando a nota do curso de origem.

§ 5º. Os créditos de disciplinas cursadas em outras IES deverão ser computados de acordo com a equivalência carga-horária-crédito estabelecida pelo Curso de Mestrado em Economia da UFPI.

Art. 24. A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação (PRPG) divulgará anualmente o Calendário da pós-graduação que estabelecerá um período para alteração (cancelamento, trancamento ou rematrícula de disciplina ou atividade) de matrícula.

Parágrafo Único. O cancelamento, trancamento ou rematrícula em disciplina no período estabelecido pelo Calendário da Pós-graduação não implicará em prejuízo ao aluno que, formalmente, passa a cursar a nova disciplina a partir daquele período.

Art. 25. Antes de decorrida a metade do período letivo, com parecer favorável do Orientador e do Coordenador do Curso será permitido ao aluno trancar matrícula em 1 (uma) ou mais disciplinas ou atividades.

§ 1º. O trancamento, de que trata este artigo, será feito antes de decorrido a metade das horas aula ou atividades previstas, no caso das disciplinas ou atividades ministradas sob forma intensiva.

§ 2º. O trancamento só poderá ser feito uma vez na mesma disciplina, exceto por motivo de doença devidamente comprovada pelo Serviço Médico da UFPI.

§ 3º. Será permitido ao aluno, por motivo de doença devidamente comprovada pelo Serviço Médico da UFPI, o trancamento do Curso pelo período máximo de 6 (seis) meses, que não será computado para efeito do que preceitua o Art. 9º, desse regimento.

Art. 26. Ante requerimento de interessados e desde que haja vagas, o Curso poderá aceitar transferência de alunos procedentes de cursos idênticos ou equivalentes, recomendados pela CAPES.

§ 1º. O aluno transferido deverá apresentar o histórico escolar e um exemplar, devidamente autenticado, de cada um dos programas das disciplinas concluídas ou em estudo, com indicação de conteúdo e duração;

§ 2º. A matrícula do aluno transferido poderá ser feita com aproveitamento de estudos realizados, a critério da Coordenação do Curso e Colegiado;

§ 3º. O aluno transferido deverá respeitar os prazos mínimos e máximos de duração do curso, conforme estabelecido no Artigo 9º desse regimento.

TÍTULO IV

DO REGIME E DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

SEÇÃO I

DO ANO ACADÊMICO

Art. 27. O ano acadêmico obedecerá ao calendário da pós-graduação da Universidade Federal do Piauí e terá dois períodos regulares.

SEÇÃO II

DO REGIME DE CRÉDITOS

Art. 28. A integralização dos estudos necessários ao curso será expressa em unidades de crédito.

Art. 29. No Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia, os alunos terão que integralizar um mínimo de 33 créditos acadêmicos, distribuídos da seguinte forma:

I. 12 créditos em 3 disciplinas obrigatórias de 60h/a cada, quais sejam, acroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia;

II. 12 créditos em 3 disciplinas optativas de 60h/a cada;

III. 1 crédito de Seminário de Dissertação;

IV. 2 créditos de Atividade Programada;

V. 6 créditos de elaboração e defesa da Dissertação.

Art. 30. O aproveitamento de créditos adquiridos em outros cursos de Mestrado, requerido pelo aluno e devidamente justificado pelo Orientador, deverá ser apreciado pelo Colegiado do Curso, não podendo exceder a 1/3 (um terço) dos créditos mínimos referidos às disciplinas referentes.

§ 1º. Somente poderão ser aceitas disciplinas que tenham sido cursadas em época não anterior a 5 (cinco) anos à matrícula do candidato no Curso.

§ 2º. Para os fins do disposto neste Artigo, o aluno deverá fornecer documento comprobatório do seu aproveitamento, com os respectivos programas das disciplinas cursadas, histórico escolar e declarações de situação do Curso aludido perante a CAPES.

SEÇÃO III

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

Art. 31. O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades didáticas tomarão como critério de avaliação os aspectos relativos à assiduidade e à eficiência, ambos eliminatórios, conforme exigências mínimas definidas pelos docentes.

§ 1º. A critério do professor, a avaliação de eficiência em cada disciplina do Curso far-se-á por um ou mais dos seguintes meios de aferição: provas, exames, trabalhos, projetos, assim como a efetiva participação nas atividades da disciplina.

§ 2º. A avaliação de que se ocupa este Artigo será expressa em resultado final, através de notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) com, no máximo, uma casa decimal.

§ 3º. Considerar-se-á aprovado, em cada disciplina, o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades desenvolvidas e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 4º. O resultado final do aluno será expresso pela média aritmética das notas atribuídas nas disciplinas e demais atividades integrantes de seu plano estudo, obedecendo à escala prescrita no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 32. O aluno reprovado duas vezes em uma mesma disciplina ou disciplinas distintas terá sua matrícula cancelada e será automaticamente desligado do Curso.

Art. 33. Considerar-se-á aprovado no Mestrado Acadêmico em Economia o aluno que cumprir as seguintes condições:

- a. Tenha obtido média acumulada igual ou superior a 7,0 (sete);
- b. Tenha demonstrado capacidade de leitura em uma língua estrangeira, mediante aprovação no exame de proficiência realizado nas dependências da UFPI. Na avaliação desses exames, serão atribuídos os conceitos “S” = Satisfatório e “NS” = Não Satisfatório; c) Tenha sido aprovado na apresentação e defesa da Dissertação;
- c. Comprovar a submissão de ao menos um estudo para evento e/ou revista científica ao final do componente curricular denominado “Atividade Programada”;

- d. Comprovar a submissão de ao menos um artigo em revista científica (Qualis CAPES B1 ou superior, em Economia) para defesa de Dissertação, com tema diretamente associado à Dissertação.

SEÇÃO IV

DA ORIENTAÇÃO

Art. 34. Todo aluno regularmente matriculado no Mestrado Acadêmico em Economia terá o direito a um professor-orientador, homologado pelo Colegiado do Curso, de acordo com a sua área de interesse.

§ 1º. O aluno poderá solicitar mudança de orientador através de requerimento justificado, instruído com a aquiescência do novo orientador escolhido, dirigido à Coordenação do Curso, o qual deverá ouvir o orientador inicial e emitir parecer, encaminhado à decisão do Colegiado do Curso.

§ 2º. O Orientador poderá requerer dispensa da função de orientador de determinado aluno, através de requerimento justificado, dirigido ao Coordenador do Curso, o qual deverá ouvir o aluno e emitir parecer encaminhado à decisão do Colegiado do Curso.

§ 3º. Tanto o orientador quanto o orientando deverão requerer dispensa da função de orientador ou mudança de orientador, conforme o caso, até 6 (seis) meses antes de findo o prazo para a conclusão do Curso.

Art. 35. Os Orientadores e Co-orientadores deverão possuir o título de Doutor e:

- a. Apresentar produção científica regular e na forma de publicações;
- b. Estar ativo na linha de pesquisa em que oferece orientação ou co-orientação.
- c. No caso do Orientador, deverá estar, institucionalmente, vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Economia.

Art. 36. São atribuições do Orientador:

- a. Orientar o aluno na organização de seu plano estudo e assisti-lo em sua formação acadêmica;
- b. Dar assistência a o aluno na elaboração e execução de seu projeto de dissertação, acompanhando, orientando, revendo e aprovando este trabalho;
- c. Verificar a necessidade e conveniência de um co-orientador, cuja orientação deverá estar restrita a aspectos específicos do trabalho;
- d. Participar como membro e presidente das bancas de exame de qualificação e de defesa pública da dissertação;

- e. Cumprir os prazos e normas estabelecidas no presente Regimento e em outras instruções emitidas pelo Colegiado e Coordenação e Coordenação de Curso.

Art. 37. O número de orientados por orientador, será, no máximo, 4 (quatro).

SEÇÃO V

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 38. O Exame de Qualificação no Mestrado Acadêmico em Economia será realizado obedecendo aos seguintes critérios:

§ 1º. Caso a pesquisa envolva seres humanos, deverá ser apresentado documento que ateste a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

Parágrafo Único – A qualificação será feita mediante a atribuição de menção de aprovação ou de reformulação pela Banca Examinadora da Qualificação, que será constituída por 3 (três) membros titulares e um suplente, dos quais um será o Orientador e os demais indicados pelo Colegiado de Curso baseado em sugestões do Orientador e do aluno. Na segunda hipótese, o prazo concedido ao aluno é de 30 (trinta) dias, quando então será submetido à nova avaliação.

Art. 39. O exame de Qualificação deverá ser realizado entre o 12º e o 15º mês de vínculo com a pós-graduação após o cumprimento dos créditos em disciplinas, podendo ser realizado antes.

Art. 40. O documento submetido à Qualificação deve ter sido aprovado pelo orientador do discente.

SEÇÃO VI

DO TÍTULO E DA DISSERTAÇÃO

Art. 41. A Dissertação de Mestrado constitui um instrumento essencial à formação do aluno. Será elaborada mediante acompanhamento do orientador, devendo, obrigatoriamente, ser um trabalho individual, inédito, no qual o aluno deverá demonstrar domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização dos conhecimentos adquiridos e de utilização adequada da metodologia científica.

Art. 42. A dissertação será desenvolvida com base em um projeto de pesquisa, devendo o tema de estudo estar relacionado à área de concentração e a uma das duas linhas de pesquisa.

Art. 43. Para a apresentação da dissertação o aluno deve ter integralizado os créditos exigidos em disciplinas, além da comprovação da submissão de um artigo científico com o orientador

para periódicos científicos com QUALIS B1, A4, A3, A2 ou A1 na área da Economia, conforme classificação mais recente estabelecida pelas CAPES, além de ter comprovado a aprovação no exame de proficiência em língua estrangeira e ter sido aprovado na qualificação, observados os prazos fixados neste regimento.

§ 1º. A dissertação deverá ser redigida em português, com resumo em português e inglês.

§ 2º. A dissertação deverá ser apresentada de acordo com as normas fixadas pelo colegiado do curso.

Art. 44. Elaborada a dissertação, compete ao professor-orientador requerer, junto à Coordenação do Curso, a defesa pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. No requerimento constará o parecer do Orientador de que o trabalho está em condições de ser apresentado.

Parágrafo Único – Junto com o requerimento para a defesa pública, deverá ser entregue a versão digital, conforme normas determinadas pelo colegiado do curso e de acordo com a ABNT.

Art. 45. A Banca Examinadora da Dissertação será constituída por 3 (três) membros titulares e um suplente, dos quais um será o Orientador e os demais indicados pelo Colegiado do Curso baseado em sugestões do Orientador e do aluno, cabendo a presidência ao Orientador.

§ 1º. Na falta ou impedimento do Orientador, o Colegiado do Curso designará um substituto.

§ 2º. Um dos membros da Banca Examinadora da Dissertação, pelo menos, e seu suplente, deverão pertencer a outro Programa de Pós-Graduação em Economia ou área afim.

§ 3º. Os membros das Bancas Examinadoras devem ser portadores do grau de doutor.

§ 4º. Caberá ao Colegiado do Curso determinar o tempo de exposição do candidato e da arguição dos membros examinadores da Banca.

§ 5º. O colegiado do curso pode decidir a forma da defesa (presencial, híbrida ou virtual), caso não seja possível juntar toda a banca fisicamente.

Art. 46. No julgamento da Dissertação será atribuída uma nota ou conceito equivalente, especificado nesse Regimento.

§ 1º. Será aprovado na defesa pública da Dissertação o aluno que obtiver aprovação unânime da Banca Examinadora, em deliberação secreta.

§ 2º. Os procedimentos para registro e demais providências relacionadas ao julgamento da dissertação, serão conduzidos com base nas normas da UFPI;

§ 3º. Os casos em que a dissertação receba a aprovação com restrições serão regidos pelas normas da UFPI;

Parágrafo Único – A Coordenação do Curso responsabilizar-se-á pela confecção de uma Ata sobre o resultado do julgamento da Dissertação e demais informações pertinentes, que será assinada pela Banca Examinadora.

Art. 47. Será concedido o grau de Mestre em Economia ao aluno que atender aos seguintes requisitos:

Integralização obrigatória de um mínimo de 33 (trinta e três) créditos em disciplinas/seminários e/ou outras atividades previstas no currículo do Curso;

- a. comprovação do exame de proficiência em língua estrangeira, conforme exigência do curso;
- b. aprovação com nota mínima de 7,0 (sete) numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), ou conceito equivalente em todas as disciplinas, seminários, atividades e dissertação;
- c. obtenção de frequência integral ou superior a 75% (setenta e cinco por cento);
- d. não ter quaisquer pendências com a Biblioteca da UFPI;
- e. aprovação do Exame de Qualificação;
- f. aprovação na defesa pública da Dissertação, conforme determina o presente Regimento;
- g. permanência no Curso pelo período regulamentar.

Art. 48. O candidato à obtenção ao grau de Mestre que tenha satisfeito as exigências deste regimento fará jus ao respectivo diploma.

Art. 49. A expedição do diploma ficará condicionada à preparação pela Secretaria Administrativa- Acadêmica do Curso, de um relatório em que conste:

- a. histórico escolar do aluno no Curso de Mestrado;
- b. o resultado do Exame de Qualificação;
- c. o resultado da defesa de Dissertação;
- d. o resultado do exame de proficiência em língua estrangeira;
- e. a duração total da realização do Curso pelo aluno.

TÍTULO V

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL

Art. 50. A estrutura administrativa e organizacional do Mestrado Acadêmico em Economia é composta dos seguintes órgãos e serviços:

- a. Colegiado de Curso;
- b. Coordenação de Curso;
- c. Subcoordenação de Curso;
- d. Secretaria Administrativo-acadêmica de Curso;
- e. Núcleos de Pesquisa.

SEÇÃO I

DO COLEGIADO

Art. 51. O Colegiado de Curso é órgão de natureza normativa e deliberativa e será composto pelo Coordenador ou Subcoordenador, por um representante eleito de cada uma das duas linhas sendo um membro titular e um suplente, e por um representante discente (um representante titular e um suplente), sob a presidência do Coordenador do curso.

§ 1º. O Coordenador e Subcoordenador de Curso serão escolhidos na forma da legislação em vigor na Universidade Federal do Piauí e, de preferência, deverão pertencer ao Departamento Acadêmico de Sustentação do Curso.

§ 2º. A representação discente contará com 01 um discente que será eleito pelos alunos regularmente matriculados no Curso para o mandato de 01 (um) ano, permitindo uma única recondução.

Art. 52. O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Coordenador, ou, a pedido, por escrito, da maioria simples de seus membros.

§ 1º. As deliberações do Colegiado de Curso serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;

§ 2º. As reuniões do Colegiado do Curso serão secretariadas pela Secretaria Administrativa-Acadêmica que se encarregará de lavrar a Ata, que será assinada pelos membros do Colegiado.

Art. 53. São atribuições do Colegiado de Curso:

- a. supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas do Curso;
- b. eleger entre os membros do Colegiado, em processo de eleição com formação de chapas, o Coordenador e o Subcoordenador do Curso;
- c. decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular do curso, bem como a criação de novas áreas e linhas de pesquisa;

- d. aprovar no início de cada semestre letivo, os programas de disciplinas, o calendário semestral e demais atividades curriculares do Curso;
- e. credenciar mediante análise de currículo, os nomes de professores que integrarão o corpo docente permanente, de visitantes do curso e o quadro de professores orientadores, encaminhando seus nomes para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, bem como aos Departamentos/Cursos nos quais os professores são lotados;
- f. reunir-se, pelo menos uma vez no ano, para, em conjunto com todo o corpo docente, produzir relatório de avaliação do andamento do curso, bem como do desempenho de cada um dos membros do corpo docente, recomendando, quando necessário, as providências cabíveis;
- g. homologar membros integrantes de comissão de seleção, de bancas examinadoras de exame de qualificação e de defesa de dissertação;
- h. homologar o resultado de exame de qualificação e de defesa pública de dissertação;
- i. fixar prazos para inscrição, seleção, matrícula e trancamento de disciplinas, em comum acordo com a Coordenação Geral de Pós-Graduação;
- j. julgar as solicitações de inscrição no curso;
- k. propor aos órgãos competentes da UFPI o número de vagas do Curso para o ano seguinte, conforme a disponibilidade de orientação do corpo docente;
- l. propor aos órgãos competentes da UFPI, alterações na estrutura curricular do curso, modificação ou extinção de disciplinas ou outras atividades que integrem o plano curricular do Curso;
- m. decidir sobre questões referentes à matrícula, transferência e aproveitamento de créditos, bem como a recursos que lhe forem encaminhados;
- n. decidir sobre a oferta de disciplinas;
- o. apreciar o Plano de Trabalho Anual da Coordenação do Curso, procedendo as alterações necessárias;
- p. apreciar e sugerir providências para a melhoria do nível de ensino do Curso;
- q. indicar um substituto na falta ou impedimento do orientador de dissertação;
- r. baixar instruções normativas e aprovar convênios e intercâmbios do curso com outras Universidades e Instituições, observando a legislação interna da UFPI;
- s. indicar um docente e homologar um representante estudantil para compor a Comissão de Bolsas do curso, encarregada de selecionar, acompanhar e avaliar o plano de trabalho dos bolsistas;
- t. fixar critérios para a seleção de bolsistas junto à Comissão de Bolsas;

- u. propor alterações e/ou atualizações deste regimento julgadas úteis ao funcionamento do Curso e submetê-las à apreciação dos órgãos competentes da UFPI;
- v. decidir sobre os casos omissos.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO E SUBCOORDENAÇÕES

Art. 54. São atribuições do Coordenador de Curso:

- a. convocar e presidir as reuniões da Coordenação e do Colegiado do Curso, cabendo-lhe o direito de voto em consonância com as resoluções institucionais;
- b. representar o Curso junto às instâncias superiores da UFPI, entidades de financiamento, pesquisa e pós-graduação;
- c. exercer a direção administrativa do Curso;
- d. executar as deliberações do Colegiado, coordenar os serviços administrativos e as atividades acadêmicas necessárias ao bom funcionamento do Curso;
- e. organizar o calendário de atividades acadêmicas do Curso para homologação pelo Colegiado e encaminhamento à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- f. organizar a oferta de disciplinas de cada período letivo;
- g. exercer a coordenação das atividades de seleção e matrícula no âmbito do Curso, em articulação com órgãos competentes da UFPI;
- h. elaborar pareceres sobre processos de cancelamento ou trancamento de matrícula, acréscimo ou substituição de disciplinas ou outras atividades curriculares e aproveitamento de créditos, submetendo-os à aprovação do Colegiado;
- i. elaborar e apresentar, para a apreciação do Colegiado, Plano de Trabalho e Relatório Anual das atividades do Curso;
- j. enviar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Centro de Ciências Humanas e Letras, ao final de cada ano letivo, relatórios bem como outras informações necessárias ao funcionamento do Curso;
- k. propor, para a aprovação do Colegiado, nomes de professores para a comissão de seleção ao ingresso no Curso;
- l. Propor, para homologação do Colegiado, nomes indicados pelos orientadores para compor as bancas de exame de qualificação e de defesa pública da dissertação;
- m. designar os professores orientadores para a orientação de dissertações, de acordo com a disponibilidade do quadro de orientadores, submetendo à homologação do Colegiado;

- n. expedir portarias, atestados, históricos e declarações relativas às atividades do Curso;
- o. propor, para aprovação do Colegiado, modificações na estrutura curricular do Curso;
- p. manter relações permanentes com os Departamentos Acadêmicos que dão sustentação ao Curso;
- q. cumprir e fazer cumprir as determinações deste Regimento.

Art. 55. São atribuições do Subcoordenador do Curso, substituir, em seus impedimentos, o Coordenador do Curso, bem como auxiliá-lo nas tarefas que a ele competem.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA

Art. 56. A Secretaria Administrativa ligada diretamente à Coordenação, é a unidade executora dos serviços administrativos do Curso, sendo dirigida por um Secretário, a quem compete as seguintes atribuições:

- a. coordenar, organizar e controlar o trabalho da Secretaria;
- b. informar, processar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades didáticas-administrativas;
- c. organizar e manter atualizada a legislação e outros instrumentos legais pertinentes ao Curso;
- d. sistematizar informações, organizar prestações de contas e elaborar relatórios;
- e. secretariar as reuniões do Colegiado e manter em dia o Livro de Atas;
- f. manter em dia o inventário dos equipamentos e material permanente pertencentes ao Curso;
- g. receber a inscrição dos candidatos ao processo de seleção, quando necessário;
- h. providenciar editais e convocações das reuniões do Colegiado, e demais órgãos da estrutura administrativa do Curso;
- i. programar e controlar o uso dos equipamentos da Coordenação do Curso.
- j. responsabilizar-se pela programação do uso do espaço físico do Curso, bem como pela supervisão de sua conservação;
- k. oferecer apoio administrativo ao corpo docente no exercício de suas atividades vinculadas ao Curso;
- l. realizar outras atividades indispensáveis ao bom funcionamento do Curso.

SEÇÃO IV

DOS NÚCLEOS DE PESQUISA

Art. 57. O corpo docente do Programa de Mestrado em Economia deverá integrar Núcleos de Pesquisa que desenvolvem suas atividades de investigação científica sobre temas e problemas relacionados às áreas de pesquisa do programa.

Parágrafo Único. A Coordenação do Programa deverá incentivar a criação de novos núcleos de pesquisa conforme as demandas e as práticas de pesquisa.

TÍTULO V

DO CORPO DOCENTE E DE PESQUISADORES

SEÇÃO I DO CORPO DOCENTE

Art. 58. O corpo docente do Mestrado Acadêmico em Economia é composto de professores dos Departamentos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, de professores visitantes, e outros colaboradores.

§ 1º. O quadro permanente do Curso é constituído de professores doutores com inserção em atividades de ensino, pesquisa, extensão, orientação acadêmica e de dissertação;

§ 2º. O professor visitante é docente de reconhecido desempenho acadêmico, originário de outra instituição de ensino superior ou de pesquisa, e se integra ao Curso, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, orientação de dissertação, consultoria e assessoria.

§ 3º. O professor participante pode ser membro do quadro permanente da UFPI, professor aposentado ou oriundo do quadro de outras instituições de ensino superior do país ou do exterior, através de uma participação delimitada por uma contribuição específica, como coorientação, docência em disciplina, participação em banca examinadora, pesquisa, assessoria e outras atividades.

Art. 59. Todos os professores do curso deverão ter projetos de pesquisa cadastrados junto à Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFPI.

Art. 60. Serão cadastrados novos professores apenas se os mesmos tiverem pesquisas na área do programa, com publicação em periódico Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área da Economia nos últimos dois anos, respeitando as regras impostas nos editais de credenciamento.

Art. 61. Quando houver necessidade apontada pelo colegiado do curso, a Coordenação lançará um edital para o credenciamento de novos professores conforme regras presentes no Regimento

Interno do Programa. A aprovação do cadastramento de novos professores deverá ser aprovada pelo colegiado.

Art. 62. Os professores que não publicarem ao menos um artigo em revistas com Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área de Economia em um período de três anos serão desligados do programa.

Art. 63. A exigência de publicação em periódico Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área de Economia para a permanência do programa do artigo anterior começará a valer a partir do início do programa.

Art. 64. Todos os professores devem encaminhar sua produção acadêmica anual a coordenação, a qual deve ser apreciada pelo colegiado do Curso. Os professores que não conseguirem publicar artigos em um ano serão acompanhados pela Coordenação.

TÍTULO VII

DO CORPO DISCENTE

Art. 65 O corpo discente do Mestrado Acadêmico em Economia é constituído por todos os discentes regulares e especiais, na forma desse Regimento.

Parágrafo Único. Aos discentes regulares será exigida a disponibilidade de pelo menos 20 horas semanais de dedicação ao Curso.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 66. O presente Regimento somente pode ser alterado por decisão do colegiado.

Art. 67. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos, preliminarmente, pelo Colegiado do Curso, cabendo recursos às instâncias superiores da UFPI, conforme legislação interna.

Art. 68. O presente regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) da UFPI, revogadas as disposições em contrário.

POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A autoavaliação do programa passa a ser um componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES. Deve ser considerada a política institucional da pós-graduação.

O Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI inicia o processo de autoavaliação por meio das seguintes ações: a) constituição de uma comissão formada por professores, técnico-administrativo e discentes do programa; b) criação de instrumentos/canais de autoavaliação; c) análise dos resultados; e d) adoção de medidas para a melhoria dos indicadores de autoavaliação

Com o objetivo de produzir autoconhecimento sobre o Programa de Mestrado em Economia da UFPI – Campus Ministro Petrônio Portella, propõe-se um processo de autoavaliação, em conformidade com as recomendações do grupo de trabalho CAPES (2019), desenvolvido de forma sistemática e participativa, visando assegurar a qualidade, processo formativo, produção de conhecimento, a promoção de reflexões e ações sobre o contexto e as políticas adotadas. Como resultado, a autoavaliação deverá implicar em tomadas de decisão e, portanto, mudanças que possibilitem a formação de um pós-graduado inserido socialmente e/ou profissionalmente.

O processo de autoavaliação seguirá as seguintes etapas, com base em CAPES (2019): (a) preparação; (b) implementação; (c) divulgação; (d) uso dos resultados; e (e) meta-avaliação.

A condução e operacionalização será feita com base nas seguintes etapas:

1. **Preparação:** envolve a constituição de uma Comissão de Autoavaliação (CAA), a sensibilização de todos os participantes para elaboração de um Plano de Autoavaliação (PA), o qual conterá os princípios adotados pelo programa, os instrumentos de autoavaliação, definição clara da missão e planejamento estratégico (metas e objetivos de médio e longo prazos), além da definição da periodicidade da coleta de dados.
2. **Implementação:** fase em que o plano será concretizado e monitorado para assegurar que as propostas sejam adequadas aos objetivos.
3. **Divulgação dos resultados:** nessa etapa os resultados devem ser publicizados, com linguagem clara e objetiva para atingir o público-alvo.

4. Uso dos resultados: as informações e dados levantados serão registradas em um banco de dados, permitindo a monitoração do desempenho do programa ao longo do tempo.
5. Meta-avaliação: a Comissão de Autoavaliação avalia a sistemática de avaliação delineada para o Programa, considerando um determinado ciclo, e propõe ajustes, A Comissão de Autoavaliação (CAA) será composta de um(a) coordenador(a) e vice coordenador(a); 02 (dois) membros docentes; um pós-graduando, um técnico-administrativo; e um egresso.

COMPROMETIMENTO DAS DEMAIS INSTÂNCIAS COM AÇÕES DESTINADAS A FORTALECER O PROGRAMA

- Programa de Acompanhamento da Qualidade na Pós-Graduação: tem por objetivo apoiar os processos de avaliação da Pós-Graduação da UFPI;
- Seminários de Acompanhamento da Pós-Graduação realizados nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 tem o objetivo de possibilitar a troca de experiências e fomentar discussões mais amplas acerca dos PPG. Neste evento cada programa apresenta seus dados consolidados dos últimos três anos e posteriormente é realizada uma avaliação sobre estes dados apresentados por um comitê de assessores convidados.
- Ciclos de Palestras da PRPG realizados nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023;
 - Objetivo: discutir as perspectivas da pós-graduação na UFPI e ampliar ações voltadas à consolidação dos Programas de Pós-Graduação;
- Resolução de carga horária docente em sala de aula;
 - Objetivo: disciplinar a carga horária semanal, em sala de aula, dos docentes da UFPI vinculados aos cursos de Pós-Graduação
- Edital Prêmio UFPI de Dissertação e Tese
 - Objetivo: O Prêmio UFPI de Dissertação e Tese objetiva reconhecer os melhores trabalhos desenvolvidos nesta IES; realizar a autoavaliação institucional e estimular a difusão de novos conhecimentos.
- Edital de bolsas de produtividade:
 - Objetivos:
 - a) identificar, reconhecer e valorizar docentes pesquisadores, concedendo no ambiente institucional da UFPI, bolsas de produtividade em pesquisa, de acordo com o estabelecido no Edital, para aqueles que obtiveram mérito comprovado na proposta apresentada no Edital de Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), porém, não contemplados;

- b) Aumentar a competitividade dos docentes pesquisadores da UFPI nos editais do CNPq e, conseqüentemente, induzir o aumento do número de bolsistas em Produtividade em Pesquisa do CNPq, bem como tornar a pesquisa da UFPI em destaque no cenário nacional;
 - c) Incentivar e induzir os docentes da UFPI a submeterem projetos competitivos nos editais do CNPq;
 - d) Melhorar o conceito dos Programas de Pós-Graduação da UFPI, considerando que o número de bolsista de produtividade em pesquisa constitui indicador de excelência no processo de avaliação da CAPES;
 - e) Estimular o desenvolvimento das pesquisas inovadoras que tenham mérito reconhecido por comitês avaliadores da principal agência oficial de fomento à pesquisa no país.
- Programa de Incentivo à Publicação da Produção Intelectual da UFPI.
 - Objetivo: estimular e apoiar a produção intelectual de docentes da Instituição, por meio de publicações em veículos de divulgação qualificados pelo sistema de avaliação da CAPES (QUALIS) em autoria ou coautoria.

Ademais, algumas metas propostas no PDI 2020-2023 da UFPI que nortearão o desenvolvimento de ações do Programa de Pós Graduação em Economia, são apresentadas a seguir:

- Uso de ferramenta web como mecanismo de acompanhamento permanente dos egressos dos programas de pós-graduação;
- Incremento e diversificação dos mecanismos de captação de recursos junto a entidades públicas e/ou privadas de fomento à pesquisa e inovação, de modo a garantir as condições necessárias para promoção de ações que levem à produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de forma exitosa, visando a solução de problemas locais e regionais emergentes;
- Ampla divulgação da carteira de projetos de pesquisa da instituição; bem como do cadastro de pesquisadores e sua organização em grupos de pesquisa, laboratórios, centros e núcleos. Esta ação deve contemplar também a divulgação da infraestrutura de

pesquisa (Contendo número de Equipamentos classificados; Laboratórios; Técnicos de laboratório e administrativo). Estas informações organizadas e acessíveis de forma fácil serão relevantes para captação de projetos pelo programa, principalmente junto à iniciativa privada, que passará a conhecer melhor a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Economia e da UFPI como um todo;

- Participação em ações de extensão, por meio tanto de discentes, quanto de docentes permanentes. Ressalta-se que o Programa de Pós-Graduação em Economia está empenhado em contribuir com estas ações para a sociedade.

REFERÊNCIAS

CAPES. Autoavaliação de Programa de Pós-Graduação. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf> >. Acesso em: 06 de nov de 2023

FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí). Institucional/história. Disponível em: <<https://www.fapepi.pi.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov 2023.

FADEX (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação). Institucional/sobre nós. Disponível em: < <https://www.fadex.org.br/> >. Acesso em: 17 nov 2023.

SEPLAN-PI (Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí). Site da secretaria. Disponível em: <<https://www.pi.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov 2023.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 618, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Ratifica a Resolução CEPEX/UFPI Nº 480, de 22 de maio de 2023, que aprovou o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em Higienista de Serviço de Saúde, a ser ofertado pelo Colégio Técnico de Bom Jesus – CTBJ/UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 18/12/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.024515/2023-77;

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CEPEX/UFPI Nº 480, de 22 de maio de 2023, que aprovou o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Higienista de Serviço de Saúde, a ser ofertado pelo Colégio Técnico de Bom Jesus – CTBJ/UFPI, de forma concomitante e presencial, por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA Integrada-EPT), conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação **ad referendum** em 22 de maio de 2023.

Teresina, 20 de dezembro de 2023


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor